

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

RILMA BENTO

**A história de vida de crianças e adolescentes como
mediadora da reintegração no contexto familiar**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2010

RILMA BENTO

**A história de vida de crianças e adolescentes como
mediadora da reintegração no contexto familiar**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dra^a Myrian Veras Baptista.

**SÃO PAULO
2010**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

DM BENTO, Rilma.

361.3 A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da
B478h reintegração no contexto familiar / Rilma Bento. – São Paulo, s.n, 2010.
174f.

Bibliografia

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo

Área de concentração: Serviço Social

Orientadora: Profª Dra. Myrian Veras Baptista

1. Adolescentes – Acolhimento institucional. 2. Crianças – Acolhimento
institucional. 3. Histórias de vida. 4. Interface Serviço Social e Psicologia.
5. Metodologia de Intervenção. 6. Intervenção com família.

I. Título

Ficha catalográfica elaborada pelos bibliotecários

Izilda Santos da Silva Patti – CRB-8/1512

Maurício Thadeu Rodrigues Alves – CRB-8/7449

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Às crianças e às famílias que me possibilitaram a aquisição de novos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre estiveram comigo e deram o suporte necessário para o meu desenvolvimento e minha formação, ensinando-me a valorizar o maior bem da vida: *as relações humanas*.

Ao Sergio pelo companheirismo que me tem dado a honra de vivenciar em todos os momentos e, neste, em especial.

À minha orientadora, professora Myrian Veras Baptista, por toda a disponibilidade ao me acolher como orientanda e pela sabedoria ao me ajudar organizar minhas ideias e concretizá-las nesta dissertação. Sou-lhe eternamente grata por este presente!

À Maria da Glória, pela possibilidade de tecer as reflexões iniciais deste trabalho e pela confiança a mim dedicada.

À Rosemeire, pela parceria engajada, com a qual tive o prazer de experienciar.

Aos profissionais da Vara da Infância e Juventude de São Caetano do Sul pela parceria durante a realização o projeto de intervenção.

Aos profissionais dos abrigos, que ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

À Prof^a Dra. Maria Lucia Martinelli e à Prof^a Dra. Rita Margarida Toller Russo pelas considerações e sugestões valorosas que permearam o exame de qualificação.

Aos professores Heloísa de Faria Cruz, Arlindo Machado, Gilberto Safra, Maria Carmelita Yasbek, Maria Lucia Carvalho da Silva, pela oportunidade de expandir o referencial teórico-metodológico que norteou esta produção.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social pela acolhida e pela possibilidade de compartilhar saberes e construir novos conhecimentos.

Às famílias e às crianças atendidas que, ao compartilharem suas histórias de vida, foram, junto comigo, protagonistas da ação, ajudando na desconstrução de saberes e na construção de novos conhecimentos que resultaram nesta dissertação. Só com eles e por meio deles esta produção foi possível!

Aos meus amigos pelos momentos de descontração que juntos partilhamos.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio econômico.

PERTENCER

Um amigo meu, médico, assegurou-me que desde o berço a criança sente o ambiente, a criança quer: nela o ser humano, no berço mesmo, já começou. Tenho certeza de que no berço a minha primeira vontade foi a de pertencer. Por motivos que aqui não importam, eu de algum modo devia estar sentindo que não pertencia a nada e a ninguém. Nasci de graça.

Se no berço experimentei esta fome humana, ela continua a me acompanhar pela vida afora, como se fosse um destino. A ponto de meu coração se contrair de inveja e desejo quando vejo uma freira: ela pertence a Deus.

Exatamente porque é tão forte em mim a fome de me dar a algo ou a alguém, é que me tornei bastante arisca: tenho medo de revelar de quanto preciso e de como sou pobre. Sou, sim. Muito pobre. Só tenho um corpo e uma alma. E preciso de mais do que isso.

Com o tempo, sobretudo os últimos anos, perdi o jeito de ser gente. Não sei mais como se é. E uma espécie toda nova de "solidão de não pertencer" começou a me invadir como heras num muro.

Se meu desejo mais antigo é o de pertencer, por que então nunca fiz parte de clubes ou de associações? Porque não é isso que eu chamo de pertencer. O que eu queria, e não posso, é por exemplo que tudo o que me viesse de bom de dentro de mim eu pudesse dar àquilo que eu pertenço. Mesmo minhas alegrias, como são solitárias às vezes. E uma alegria solitária pode se tornar patética. É como ficar com um presente todo embrulhado em papel enfeitado de presente nas mãos - e não ter a quem dizer:

tome, é seu, abra-o! Não querendo me ver em situações patéticas e, por uma espécie de contenção, evitando o tom de tragédia, raramente embrulho com papel de presente os meus sentimentos.

Pertencer não vem apenas de ser fraca e precisar unir-se a algo ou a alguém mais forte. Muitas vezes a vontade intensa de pertencer vem em mim de minha própria força - eu quero pertencer para que minha força não seja inútil e fortifique uma pessoa ou uma coisa.

Quase consigo me visualizar no berço, quase consigo reproduzir em mim a vaga e no entanto premente sensação de precisar pertencer. Por motivos que nem minha

mãe nem meu pai podiam controlar, eu nasci e fiquei apenas: nascida. No entanto fui preparada para ser dada à luz de um modo tão bonito. Minha mãe já estava doente, e, por uma superstição bastante espalhada, acreditava-se que ter um filho curava uma mulher de uma doença. Então fui deliberadamente criada: com amor e esperança. Só que não curei minha mãe. E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado. Sei que meus pais me perdoaram por eu ter nascido em vão e tê-los traído na grande esperança. Mas eu, eu não me perdôo. Queria que simplesmente se tivesse feito um milagre: eu nascer e curar minha mãe. Então, sim: eu teria pertencido a meu pai e a minha mãe. Eu nem podia confiar a alguém essa espécie de solidão de não pertencer porque, como desertor, eu tinha o segredo da fuga que por vergonha não podia ser conhecido.

A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho!

Clarice Lispector

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo *ex-post factum* – que tem por escopo a pesquisa-ação-na-ação – da construção de uma metodologia aplicada no processo de reintegração no contexto familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Partiu-se do princípio de que, o apropriar-se da história de vida, no caso de crianças institucionalizadas, poderia ser um mediador no seu processo de reintegração familiar.

O ato investigativo foi pautado em casos de crianças e adolescentes de faixas etárias distintas, atendidos em acompanhamento psicológico nos anos de 2006 a 2007, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude do município de São Caetano do Sul, na região do ABCD paulista.

Com base em uma abordagem qualitativa, foi realizado o estudo de dois casos com ênfase na metodologia utilizada nos atendimentos. Foram coletados depoimentos dos sujeitos que participaram do processo e também de profissionais que acompanharam a elaboração da metodologia.

O embasamento teórico do estudo abordou conceitos de privação afetiva, formação e rompimento de laços afetivos, acolhimento institucional e redes sociais como aspectos fundamentais para se compreender não apenas os casos estudados, mas todo o processo desenvolvido para reintegrar crianças no contexto familiar.

Os resultados obtidos mostraram a importância de se estabelecer uma proposta de intervenção que vise a reconstruir a história de vida de crianças e adolescentes como mediadora no processo de reintegração familiar, de forma a garantir-lhes respeito em sua singularidade.

Palavras chave: Criança, história de vida, convivência familiar, instituição de acolhimento.

ABSTRACT

This paper presents an study “ex-post factum” – concerning the “research-action-in-the-action” – of the development of a methodology applicable in the process of reintegrating in the familiar context the children and teenagers attended by institutions.

The research was based upon the principle that the life history of institutionalized children could be helpful in their process of familiar reintegration.

The investigation was based in cases of children and teenagers of different ages, object of psychologic monitoring during the years 2006 and 2007, sent by the judiciary of childhood and youth of São Caetano do Sul, in the metropolitan region of São Paulo.

Based upon a qualitative approach, the study was performed in two cases, emphasizing the methodology utilized in the monitoring above mentioned. Depositions were collected from the personal that participated in the process and the professionals that attended in the elaboration of the methodology.

The theoretical base of the study utilized concepts of affective privation, formation and breaking of affective relations, institutional foster care, and social nets as fundamental aspects, not only for understanding the cases studied, but all the process developed for reintegrate the children in the familiar context.

The results obtained showed the importance of establishing a proposal for the intervention aiming the reconstruction of the history of life of the children and teenagers as helpful mediators in the process of reintegration in the family, assuring them respect in their singularity.

Key words: children, life history, familiar conviviality, child caring institution.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
2. A PROCESSUALIDADE DA INTERVENÇÃO.....	21
2.1 Os primeiros passos para a intervenção.....	21
2.2 O estabelecimento e o desenvolvimento do fluxo de trabalho	23
2.3 O desenho, a fotografia e a narrativa como mediadores da ação.....	26
3. A INTERFACE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL	36
4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	40
4.1 A institucionalização e seus aspectos emocionais	40
4.2 A importância da rede.....	46
4.3 A importância da família.....	50
5. A HISTÓRIA DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MEDIADORA DA REINTEGRAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR: ESTUDO DE DOIS CASOS ATENDIDOS.....	55
5.1 A metodologia de intervenção	55
A) Caso A	55
B) Caso B.....	74
5.2 A análise do processo e de seus resultados.....	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
7. REFERÊNCIAS.....	110
8. ANEXOS	114
8.1 Anexo A - entrevistas realizadas com os sujeitos participantes da pesquisa.....	114

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa em si é uma prática social onde pesquisador e pesquisado se apresentam enquanto subjetividades que se materializam nas relações desenvolvidas.

Silvia Tatiana Mauri Lane, 1989

Foi dessa perspectiva de interação entre pesquisador e pesquisado que se constituiu a experiência de uma prática de intervenção no contexto social, a qual deu possibilidade de apreensão de conhecimentos inovadores que serão explanados nesta dissertação. Prática esta que só pôde ser efetivada com base no estabelecimento de múltiplas parcerias.

Uma produção acadêmica não surge do nada. Ela se constrói em determinado contexto histórico, a partir de um caminho trilhado por seus idealizadores. Portanto, é uma ação que tem por escopo um projeto ético-político.

A essência de uma pesquisa está na possibilidade de construção de novos conhecimentos. E a construção do conhecimento deve expressar uma conectividade entre a produção acadêmica e o contexto sociopolítico. Neste sentido, o pesquisador, sujeito ético-político, deve ser um mediador importante de transformação de saberes, construídos em sua prática, em conhecimentos que possam trazer uma perspectiva de mudança social.

Esta dissertação tem como propósito realizar uma análise avaliativa de uma metodologia de intervenção desenvolvida com crianças e adolescentes sob uma medida de proteção: o acolhimento institucional.¹

Socializar os conhecimentos construídos com base em uma experiência de intervenção representa a possibilidade de reflexão teórico-metodológica daqueles

¹ O termo “acolhimento institucional” será utilizado em conformidade com a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, Dispõe sobre adoção, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 -- Estatuto da Criança e do Adolescente --, e a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -- Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho --- CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Com as novas determinações, o termo “abrigo” cai em desuso e é substituído por “acolhimento institucional”. “Abrigo”, neste texto, será utilizado quando se tratar de produções anteriores à nova terminologia.

que impulsionaram a ação e, ao mesmo tempo, num contexto mais amplo, uma superação de saberes já existentes que apontem novos caminhos que possam nortear a ação profissional cotidiana.

A pesquisadora, como psicóloga e terapeuta, partiu da concepção de que a apropriação da própria história de vida, com suas raízes culturais – no caso de crianças institucionalizadas -- poderia ser um mediador no seu processo de reintegração² em sua família de origem ou de colocação em família substituta.

Nesta perspectiva de valorização de raízes históricas e culturais, a mediação – pressuposto norteador do pensamento de Vygotsky – foi um elemento fundamental no desenvolvimento da intervenção proposta. Segundo Oliveira (1993, p. 26), a mediação pode ser definida como um “processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação”. É por meio da interação entre seus membros, de determinado grupo cultural, que o indivíduo pode se desenvolver em sua plenitude. Nesse sentido, para Vygotsky, o homem é um ser histórico-cultural e é na relação com o outro que o indivíduo se constitui.

Desta forma, a valorização e a preservação daquilo que a criança e a família traziam em seu âmago, como herança cultural, sempre estiveram presentes nas ações realizadas.

A pesquisa que deu base a esta dissertação ocorreu no município de São Caetano do Sul, na região do ABCD Paulista.

Pela relevância do tema e por abarcar, parcialmente, uma das necessidades do município, em prol dos direitos da criança e do adolescente, o programa foi apresentado, reconhecido e legitimado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -- CMDCA.

² Aqui é considerada a definição utilizada no âmbito jurídico, conforme é expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente. O termo reintegração parte de um conceito durkheimiano que expressa a situação em que determinado indivíduo volta a assumir os valores do seu grupo de pertença. Conforme Sá (2007), no contexto jurídico, o termo reintegração social foi proposto por Alessandro Baratta, autor que trata das teorias criminológicas contemporâneas, por considerar que pela reintegração social a sociedade (re) inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias nas quais esses “excluídos” tenham participação ativa.

Durante dezesseis meses transitaram, pelo atendimento proposto, onze casos de crianças e/ou adolescentes de faixas etárias distintas, todos em situação de acolhimento institucional, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude.

Esta pesquisa se coloca na perspectiva de um esforço no sentido de oferecer subsídios metodológicos para a construção de intervenções efetivas que garantam o direito preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 19: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária...”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade, devendo assegurar a preservação dos vínculos familiares e a promoção da reintegração familiar e integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa (art. 92 I e II e art. 101 § 1º).

Com a instauração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que propõe ações a serem desenvolvidas no período de 2007 a 2015, instituiu-se um cenário que aponta para o reconhecimento da importância do direito de toda criança e de todo adolescente à convivência familiar e comunitária – incluindo aí as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Dado relevante apontado por Rizzini (2004, p. 36) refere-se ao fato de que, desde 1º/12/1964, com a Lei 4.513 no governo Castelo Branco, a tônica era a valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”.

É intrigante pensar que, mais de quarenta anos depois, apesar de tantas mudanças, ainda não se dispõe de uma proposta de intervenção efetiva, assumida em larga escala, que possa atender à demanda das crianças e dos adolescentes que se encontram afastados do convívio familiar.

Sabe-se que a situação de acolhimento institucional de crianças tem sido uma questão cada vez mais presente em nossa sociedade. A pesquisa nacional realizada pelo IPEA³, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e o CONANDA⁴, em 2004, sobre o abrigamento⁵ de crianças e adolescentes, constatou que 86,7% das crianças e dos adolescentes abrigados possuíam família, sendo que, em 58,2% desses casos, seus vínculos com ela eram mantidos.

A mesma pesquisa constatou ainda que na realidade dos abrigos⁶ o que seria provisório tem se estendido significativamente: o tempo de abrigamento das crianças e adolescentes pesquisados variou de dois a cinco anos em 32,9% dos casos. Este dado vem mostrar que a necessária transitoriedade do tempo de abrigamento não vem sendo cumprida.

Este não cumprimento das determinações da lei, além de violar direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, enfraquece os vínculos da criança com a família e com a comunidade. A situação de acolhimento institucional inscreve a criança ou o adolescente em um contexto no qual não há espaços de escuta para a emergência de sua subjetividade – imprescindível para seu desenvolvimento psicossocial saudável.

Na instituição, o coletivo se sobrepõe ao individual e impossibilita que crianças e adolescentes expressem sua singularidade. Conforme aponta Bernal (2004), a massificação institucional tende a desconsiderar a herança sócio-histórica que traz a possibilidade de pertencimento social⁷ com perspectivas de presente, passado, e futuro.

Essas lacunas que se abrem no curso do desenvolvimento psicossocial da criança podem gerar dificuldades quando de sua inserção em um lócus familiar. Na prática cotidiana das instituições observa-se frequentemente ausência de rigor e

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁴ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

⁵ Aqui será mantido o nome original da pesquisa, que usa o termo abrigamento e não acolhimento institucional como prevê a legislação atual de agosto de 2009.

⁶ Termo vigente na época da realização da pesquisa.

⁷ Partimos do que preconiza Weber (1987 apud Quaresma, 2005) ao tratar pertencimento como o sentimento compartilhado pelos participantes de um grupo dentro da comunidade com possibilidade de um encontro afetivo e a criação de um canal simbólico de expressão identitária.

fragilidade no processo de preparo para a recolocação familiar. Muitas vezes esse processo é limitado a entrevistas técnicas, acompanhamentos psicológicos convencionais e a audiências, com intervenções fragmentadas da rede. Essas ações não são suficientes para oferecer a sustentabilidade social e emocional imprescindíveis à criança e ao adolescente nesse momento de reintegração em um contexto familiar e comunitário.

Evidencia-se cada vez mais que o novo paradigma assumido pela legislação e pelas políticas sociais aponta para a necessidade de repensar o modelo vigente de reintegração no contexto familiar. Torna-se clara a necessidade de uma mudança na filosofia institucional de preparo das crianças e dos adolescentes para o retorno à sua própria família ou para o estabelecimento de um novo convívio familiar e comunitário.

A superação da realidade do afastamento familiar e comunitário da criança institucionalizada exige uma intervenção efetiva que possa auxiliá-la em seu esforço para se adaptar a uma nova situação. A busca dos caminhos para essa intervenção levou à construção de uma metodologia que pudesse resgatar a sua história de vida na perspectiva de favorecer sua sensação de pertencimento social.

Ao estabelecer um elo entre os aspectos conceituais e as determinações legais do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, esta análise avaliativa dos resultados obtidos possibilitou construir novos conhecimentos que poderão subsidiar a construção de alternativas de intervenção que favoreçam a criança e o adolescente institucionalizados desenvolver a sensação de pertencimento social, imprescindível à construção de sua identidade psicossocial.

A necessidade da realização desse estudo focado na reintegração da criança e do adolescente em um dado contexto familiar se justifica principalmente por se tratar de um momento permeado de incertezas e de expectativas e, ao mesmo tempo, decisivo para delinear suas trajetórias de vida.

O presente estudo foi realizado com base em uma pesquisa empírica de natureza *ex-post factum*,⁸ de abordagem qualitativa, tendo por objeto a metodologia aplicada durante o processo de reintegração no contexto familiar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

A metodologia analisada, por sua vez, pode ser considerada uma investigação na ação, em busca de um caminho de intervenção, em que se entrelaçam conhecimentos teóricos da psicologia, do serviço social e aspectos legais para compreender os fenômenos e suas significações no contexto dinâmico estabelecido entre o pesquisador e os sujeitos.

Segundo Baptista (2006, p. 70), a investigação na ação se dá quando:

[...] à medida que o profissional que pesquisa assume como postulado a associação fundamental entre prática e teoria, vê-se desafiado a construir um caminho para a investigação de sua ação no processo mesmo de intervenção.

Esta metodologia de investigação, apesar de estar atrelada ao rigor científico, tem a particularidade de desenvolver percursos independentes para a operacionalização da ação e, conseqüentemente, para a produção do conhecimento. Procura conhecer a realidade a atuar sobre ela numa perspectiva de totalidade, ou seja, vai além da compreensão unitária dos processos que a configuram.

Como afirma Baptista (2006, p.71), essa metodologia procura um saber abrangente e crítico para construir um saber fazer também crítico e abrangente. Acrescenta ainda que:

[...] nessa modalidade de pesquisa o profissional/pesquisador procura dar à questão particular que lhe é posta uma dimensão universalizante, seja no que concerne à reflexão que informa seu

⁸ Termo cuja locução latina significa aquilo que já aconteceu. A expressão “experimento *ex-post factum*”, como nome e análise, foi introduzida pela primeira vez por Chapin (Chapin e Queen, 1937 apud Polanski s.d.). Mais tarde, esse delineamento foi tratado extensivamente por Greenwood (1945 e Chapin (1947, 1955 apud Polanski s.d.).

projeto, seja no que se refere às análises que realiza durante todo o percurso da investigação sobre a ação profissional.

Esse tipo de prática interventiva traz pressupostos definidos ética e politicamente. Eticamente refere-se ao papel do técnico que a executa e seu posicionamento diante das relações da sociedade. Politicamente está ligado às ações profissionais sobre a realidade no sentido de sua mudança ou transformação.

O profissional que realiza uma pesquisa dessa natureza tem por propósito mobilizar esforços para a produção do conhecimento, a partir da construção de uma prática inovadora, dinâmica, abrangente e replicável, que possa subsidiar a intervenção profissional.

Esta dissertação caracteriza-se por retomar a prática vivenciada por meio de um estudo analítico e crítico. E se propõe a identificar suas possibilidades como mediadora do processo de reintegração familiar, evidenciando sua importância no contexto dos conhecimentos nessa área.

Para a coleta de dados da pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, por ser esta a mais adequada para abarcar o objeto de estudo proposto, além da possibilidade de conhecer a realidade dos sujeitos.

Sobre a pesquisa qualitativa, Martinelli (1999, p. 21-22), aponta que:

[...] a pesquisa qualitativa tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito [...] não desconectamos esse sujeito da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa qualitativa tem, em relação ao sujeito, um caráter emancipatório e participativo na transformação da realidade social.

Os dados que foram coletados compuseram um estudo de caso, tendo por base os depoimentos dos sujeitos que participaram do processo. Além desses

dados, a pesquisa valeu-se de depoimentos de profissionais que acompanharam a construção da metodologia utilizada.

O estudo de caso, de acordo com Martinelli (1999, p. 49) “[...] é uma forma de investigar o real pela qual se coletam e se registram dados para a posterior interpretação, objetivando a reconstrução, em bases científicas, dos fenômenos observados”.

Ainda segundo a autora:

[...] o estudo de caso volta-se à realidade objetiva, investigando e interpretando os fatos sociais que dão contorno e conteúdo a essa realidade. [...] propõe a exploração e o aprofundamento dos dados. [...] é adequado para investigar tanto a vida de uma pessoa quanto a existência de uma entidade de ação coletiva, nos seus aspectos sociais e culturais. (Martinelli, 1999, p. 45-46)

A investigação foi pautada na tomada de depoimentos, com entrevistas semiestruturadas, gravadas com a anuência dos sujeitos. As entrevistas tiveram duração indeterminada e foram agendadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos.

Foram entrevistados:

- 1) Duas das famílias atendidas (incluindo as crianças inseridas no seu contexto), parte dos onze casos que tiveram acompanhamento psicológico no período de 2006 a 2007.
- 2) A assistente social, coordenadora do setor técnico da Vara da Infância e Juventude, que seguiu o desenrolar de todo o projeto.
- 3) A psicóloga do abrigo que participou do processo de atendimento de uma das crianças por seis meses.
- 4) O promotor de justiça que acompanhou o projeto.
- 5) Um dos motoristas encarregado de levar uma das crianças ao atendimento.

Uma questão central foi elaborada para todos os entrevistados. Foi solicitado que mencionassem a percepção que tinham da criança ou das crianças antes, durante e após o processo de intervenção psicológica realizado pela terapeuta.

Cada depoimento coletado foi transcrito. Após a transcrição, passou-se à última etapa: a transcrição. Conforme Meihy (1996, p. 59), “A transcrição se compromete ser um texto, recriado em sua plenitude”.

Desta forma, vícios de linguagem, palavras ou expressões repetidas foram, na maioria das vezes, suprimidas. Foram mantidas apenas aquelas consideradas suficientes para não descaracterizar a narrativa do sujeito.

Para a análise dos dados a pesquisadora realizou estudos teóricos das questões que emergiram, os quais proporcionaram o aprofundamento dos conceitos de privação afetiva, formação e rompimento de laços afetivos, de identidade psicossocial, de redes sociais e pertencimento social, enquanto aspectos fundamentais para a compreensão, não apenas dos casos estudados, mas de todo o processo desenvolvido para a inserção das crianças e dos adolescentes no contexto familiar.

Dados complementares foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de estudo da documentação dos dois casos atendidos -- que foram entrevistados --, e da análise do “diário” de resgate da história de vida construído com as crianças dessas duas famílias durante o período de atendimento.

Por fim, foi realizada uma síntese com o objetivo de integrar os elementos que foram detalhados na análise, numa relação entre o todo e as partes, entre os aspectos desenvolvidos pela teoria e aqueles apreendidos da realidade estudada.

2. A PROCESSUALIDADE DA INTERVENÇÃO

2.1 Os primeiros passos da intervenção

As primeiras interlocuções firmadas, que acenavam para a implementação de um programa que pudesse abarcar a inserção no contexto familiar das crianças e dos adolescentes em situação de acolhimento institucional, ocorreram nas dependências do fórum da comarca de São Caetano do Sul, entre a coordenadora do setor técnico e a responsável pela implementação posterior do “Programa de recolocação familiar: resgatando o direito da criança e do adolescente à convivência familiar a partir da intervenção clínica”⁹.

Em discussões preparatórias deste Programa, das quais participaram a coordenadora do setor técnico da Vara da Infância e da Juventude e a terapeuta, futura responsável pelo mesmo, várias reflexões foram geradas em torno da temática central, que era a garantia de direitos de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Foram discutidas principalmente as possibilidades de promoção do estabelecimento de vínculos afetivos entre crianças e adolescentes institucionalizados e as respectivas famílias (fossem estas a família de origem, a família extensa ou a família substituta).

As discussões se aprofundaram e viabilizaram a construção de uma proposta de intervenção que contemplava determinações conceituais e legais imprescindíveis para a execução do trabalho de intervenção.

Considerando as instituições de acolhimento um dos espaços onde se encontram os atores principais para a efetivação do trabalho, foram feitas articulações iniciais com profissionais dessas instituições, intermediadas pela coordenadora do setor técnico da Vara da Infância e da Juventude. Foram firmadas reuniões para apresentação da proposta de trabalho que seria desenvolvido, e da pessoa responsável por ele.

⁹ Nome do programa de intervenção, conforme consta no certificado de registro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), datado de 29.03.2007.

Foram solicitadas as devidas autorizações para a realização da proposta. Nas instituições, a autorização foi firmada mediante consentimento preesclarecido. Ao juiz da Vara de São Caetano, ela ocorreu por meio de despacho, com deferimento no próprio corpo do ofício a ele encaminhado.

Com relação ao setor técnico da Vara da Infância e da Juventude, efetivaram-se reuniões iniciais para apresentação formal da profissional que desenvolveu o programa, bem como para apresentação da demanda de casos já encaminhados pelo juiz daquela Vara. Nessas reuniões foi deliberada, também, a instauração de um fluxo de trabalho inicial, passível de ajustes que vislumbraassem o andamento adequado de cada caso, considerando-se suas particularidades.

Desde o início foi definido que o trabalho seria supervisionado pela coordenação do setor técnico da Vara da Infância e da Juventude, o que lhe permitiu acompanhar e controlar as ações do programa, dando-lhe ou não o seu consentimento.

A responsável pelo Programa foi, então, autorizada a acessar os autos das crianças. Foram coletadas informações relevantes imprescindíveis para a reconstrução de suas histórias de vida. Pretendia-se reconstruir a história de vida a partir de um novo contorno psíquico, que delineasse um espaço de pertencimento psicossocial.

Com relação às instituições de acolhimento, foi estabelecido um fluxo de atendimento -- terapeuta/criança -- conforme a disponibilidade de horário da criança e/ou do adolescente, a fim de garantir o não prejuízo da participação em outras atividades já incluídas na rotina da instituição. Os atendimentos eram todos agendados por contato telefônico, cabendo à instituição designar um responsável para tal função. Vários ajustes foram feitos para garantir o cumprimento sistemático dos atendimentos, mediante contatos telefônicos e também por meio de reuniões formais.

As interlocuções com os dirigentes e técnicos das instituições de acolhimento para discussão dos casos efetuaram-se na própria instituição ou no consultório da terapeuta, conforme a disponibilidade e a concordância entre as partes.

Considerando-se o tipo de atendimento proposto, vale ressaltar que, no início, mais especificamente durante o primeiro mês de desenvolvimento do trabalho, os atendimentos ocorreram na própria instituição. Contudo, dadas as variáveis externas desfavoráveis ao estabelecimento de um *setting*¹⁰ facilitador à desvinculação da criança da instituição e capaz de abarcar a proposta do trabalho, os atendimentos foram deslocados para o consultório da terapeuta. Com isso, o enquadre inicial foi modificado mediante discussões técnicas e concordância do juiz da Vara da Infância e da Juventude.

2.2 O estabelecimento e o desenvolvimento do fluxo de trabalho

A triagem inicial dos casos que seriam encaminhados para a terapeuta era feita pela Vara da Infância e da Juventude. Por meio de contato telefônico, ou pessoalmente, a terapeuta obtinha os dados de identificação da criança.

Mediante tais informações, a terapeuta entrava em contato com a instituição de acolhimento para agendar uma primeira entrevista com um dos profissionais (psicólogo, assistente social ou dirigente). Essa entrevista tinha por objetivo colher dados das atividades da vida diária da criança e de seu desenvolvimento físico e emocional.

Conforme disponibilidade da assistente social do judiciário, era agendada uma reunião com a terapeuta para a contextualização do caso que seria atendido. Também recorria-se aos autos para coleta de informações significativas do histórico da criança e da família.

Após coletadas as informações relevantes, era agendado o primeiro atendimento à criança. Neste momento de entrevista inicial com a criança era

¹⁰ Soma de todos os detalhes presentes na relação terapêutica. Engloba desde o manejo do terapeuta para se relacionar com o paciente até o espaço físico e temporal, no qual se dá esta relação.

estabelecido *rapport*¹¹ para apresentação da terapeuta e de sua proposta de atendimento.

Tão logo era agendado o primeiro atendimento, a Vara da Infância e da Juventude era informada a respeito do dia e horário que a criança seria atendida. Da mesma forma, era comunicado o atendimento inicial. O conteúdo das sessões, conforme prevê o código de ética profissional, era mantido em sigilo. Apenas em casos excepcionais – mediante conhecimento da criança ou da família – o conteúdo da sessão era mencionado ao judiciário.

Somente após o primeiro contato, para evitar percepções distorcidas, é que eram buscadas as informações nos autos sobre a história de vida da criança.

As ações que nortearam as intervenções realizadas foram:

- 1) Entrevista inicial com as famílias (de origem, extensa ou substituta).
- 2) atendimentos psicológicos individuais às crianças e/ou adolescentes.
- 3) atendimentos psicológicos às famílias de origem, extensa ou substituta.
- 4) atendimentos conjuntos das crianças e/ou adolescentes e as respectivas famílias.
- 5) Reuniões com magistrado e promotor.
- 6) Reuniões com o corpo técnico da Vara da Infância e da Juventude para discussão do fluxo de atendimento.
- 7) Entrevistas individuais com a assistente social responsável pelo caso.
- 8) Visitas domiciliares conjuntas com a assistente social, quando a particularidade do caso requeria.

¹¹ Técnica de comunicação utilizada em diferentes áreas. No caso da psicologia refere-se ao tipo de manejo utilizado no primeiro contato entre psicólogo e paciente, em que o profissional fornece informações relevantes sobre a dinâmica do processo que será iniciado, com o intuito de estabelecer uma proximidade entre ambos.

- 9) Encontros sistemáticos com as instituições de acolhimento para discussão do fluxo de atendimento e evolução do caso, dos quais participavam: dirigente, psicólogo, assistente social, concomitantemente ou não, conforme a disponibilidade dos profissionais e da instituição.
- 10) Participação da terapeuta em audiência, mediante convocação.
- 11) Elaboração de relatórios técnicos para a Vara da Infância e da Juventude, para as instituições de acolhimento e para as escolas, conforme solicitação formal ou de acordo com a particularidade do caso.
- 12) Reuniões com outros profissionais (médicos, professores, coordenadores de escola) que compunham a rede social da criança.

O trabalho foi supervisionado pela coordenadora do setor técnico da Vara da Infância da Juventude.

Foram realizadas, também, supervisões clínicas de estudo de caso, por um profissional com formação em psicologia, escolhido pela terapeuta.

A partir do fluxo de trabalho construiu-se uma metodologia de intervenção que tinha como eixo a centralidade e totalidade da criança. Todas as ações eram previamente discutidas e/ou comunicadas à criança. Inclusive, o conteúdo dos relatórios encaminhados pela terapeuta.

As reuniões sistemáticas com os profissionais que compunham a rede social da criança eram agendadas previamente e ocorriam em local e horário definidos conforme a disponibilidade das partes.

Cada atendimento com a criança tinha duração de 50 minutos, e eram realizadas atividades espontâneas e dirigidas; com a família, também, a duração era de 50 minutos, podendo se estender se houvesse necessidade.

Os relatórios eram enviados à Vara da Infância e da Juventude (VIJ) conforme a evolução do caso. Nos períodos de maior aproximação ou

reaproximação da criança com a família, eram encaminhados quando havia indício de fortalecimento ou estabelecimento de vínculos afetivos.

Os casos de pedido de guarda pela família extensa – em que os requerentes residiam em estados diferentes daquele no qual a criança estava em acolhimento institucional – demandavam interlocução por meio de relatórios e por telefone com a assistente social e psicóloga da VIJ do estado de domicílio da família. Também eram feitos contatos telefônicos com o familiar que estava requerendo a guarda. Os contatos telefônicos, com exceção do primeiro, eram agendados previamente pela assistente social da VIJ e pela terapeuta que optavam por receber o telefonema conjuntamente. Quando não era possível a presença de ambas, estas assumiam o compromisso da troca de informações sobre o conteúdo da conversa, no mesmo dia.

2.3 O desenho, a fotografia e a narrativa como mediadores da ação

Normalmente, durante um processo de intervenção psicológica com crianças, recorre-se à família, mais especificamente aos pais, para levantar os dados da história de vida. No caso das crianças institucionalizadas, mesmo aquelas que mantêm contato com suas famílias, este procedimento torna-se difícil, em virtude da dinâmica familiar estabelecida. Portanto, nesses casos, é preciso recorrer a outras fontes de informação – prontuário institucional, vida escolar e outros – que possam dizer da criança.

Lançar mão do uso do desenho, da fotografia e da narrativa da história de vida da criança ampliou a possibilidade de desvelar as subjetividades que estavam postas na dinâmica de cada caso atendido.

O desenho e a fotografia foram utilizados como símbolos que têm por escopo a possibilidade de representação da realidade.

Convém dizer que os símbolos foram construídos ao longo da humanidade como forma possível de comunicação. Na especificidade da intervenção em estudo, durante o trabalho realizado, a utilização do desenho e da fotografia como símbolos possibilitou o estabelecimento de uma comunicação não verbal entre a criança e a terapeuta. Ou seja, a criança percebia que naquele espaço havia uma possibilidade de comunicar algo.

Conforme descreve Cobo (apud Salvador, 1988, p. 14):

[...] nos momentos difíceis da sua vida, a criança evade-se para um mundo imaginário em que ninguém a impedirá de realizar os seus desejos. As manifestações visíveis desta fuga são os sonhos, os contos, os jogos e os desenhos.

Partindo desta perspectiva e considerando a intencionalidade que está posta no processo de comunicação, entende-se que a criança ao realizar uma produção gráfica comunica algo. Neste momento, deve encontrar um interlocutor que possa compreender esta forma de expressão como uma possibilidade de materialização de seus sentimentos e de suas emoções.

De acordo com Taille (1996, p. 14), “[...] comunicar-se com outrem implica a consciência de que o outro é ser que percebe o ato da comunicação”.

Neste sentido, a terapeuta esteve presente como este interlocutor, e pôde perceber o que a criança estava comunicando.

Nos casos em estudo, as produções gráficas realizadas no espaço terapêutico possibilitaram às crianças a expressão de sentimentos e emoções os quais foram deixados de lado no contexto do afastamento familiar e que não tinham espaço para ser elaborados no cotidiano da instituição. Também por meio do desenho representavam sua vivência relacional com o ambiente institucional.

Pode-se dizer que ao desenhar a criança organiza uma imagem criada internamente. E esta organização gráfica possibilita a elaboração de suas emoções.

Segundo Vygotsky (1990 apud Souza et al., 2003, p. 4) " [...] as imagens da fantasia servem de expressão interna para nossos sentimentos. A emoção tende a manifestar-se em determinadas imagens".

Partindo da concepção de Piaget, a criança tem a capacidade de se apoderar do mundo através de representações de imagens mentais. E esta possibilidade de trabalhar com representações só é possível com base na relação estabelecida com o outro e com o ambiente, durante o processo de desenvolvimento infantil.

Para compreender a relação do desenho com os estágios de desenvolvimento cognitivo infantil, preconizados por Piaget, tem-se os pressupostos de Di Leo (1985 apud Menezes et al., 2008, p. 2) que estabelece critérios para a compreensão do processo de desenvolvimento do desenho na criança. O autor considera que:

No Estágio Sensório-Motor (de zero a quatro anos) surge a *garatuja* e até os dois anos de idade o desenho é inicialmente uma resposta reflexa e faz parte da atividade motora (desenho cinestésico). A partir dos dois anos, surgem os círculos como indícios da comunicação simbólica que fica mais evidente a partir dos três e quatro anos. No Estágio Pré-Operacional (dos quatro aos sete anos) ocorre o realismo intelectual e a criança desenha a partir de um modelo interno, evidenciando as transparências e a presença de expressionismo e subjetivismo. No Estágio das Operações Concretas (dos 7 aos 12 anos) há a diminuição da subjetividade e a criança passa a desenhar a realidade visível. As figuras humanas tornam-se mais proporcionais, sem transparências, e as cores são mais convencionais em virtude do realismo visual. No Estágio das Operações Formais (dos 12 anos em diante) os desenhos são submetidos à própria crítica e, em decorrência disso, a atividade do desenho diminui, porém as crianças com habilidades para desenhar mantêm essa atividade.

O desenho como forma de expressão está presente durante todo o processo de desenvolvimento da criança: a evolução desta forma de expressar-se graficamente ocorre paralelamente ao desenvolvimento geral da criança. Portanto, em qualquer etapa da vida da criança o desenho é um mediador importante para a expressão da singularidade humana.

No trabalho realizado com as crianças que estavam afastadas da convivência familiar a realização do desenho deu a elas a possibilidade de organizar

informações, processar experiências vividas e elaborar suas emoções. Assim, a produção de desenhos propiciou àquelas crianças uma forma de representação singular do mundo.

Outra possibilidade de representação simbólica da realidade, nos casos estudados, ocorreu por meio do uso da imagem fotográfica.

Sabe-se que a fotografia é uma técnica antiga. Ela nasceu da descoberta da propriedade de algumas substâncias reagirem à luz. Segundo Kossoy (apud Lima, 2007 p. 12-13), a fotografia teve múltiplas paternidades, sendo uma delas, inclusive, no Brasil com a obra de Antoine Hercules Romuald Florence em 1833, quando fotografou através da câmera escura com uma chapa de vidro e usou papel sensibilizado para a impressão por contato.

De acordo com Lima (2007 p. 12), Florence inventou seu próprio meio de impressão, o qual denominou *Polygraphie* e para definir tal processo, criou o termo *Photografie*.

Outro momento importante do surgimento da fotografia está localizado na descoberta de Daguerre. Segundo Newhall (apud Lima, 2007 p. 10), em 1835, Daguerre, que era pintor e decorador, descobriu que uma imagem quase invisível podia ser revelada com o vapor do mercúrio.

Desde então, a fotografia se disseminou e passou a ser um instrumento importante de registro da realidade e de preservação da memória.

Para Lima (2007), a preservação da memória por meio de imagens é uma técnica utilizada desde o mundo antigo pelos pintores renascentistas através da câmera obscura – caixas-pretas lacradas que deixavam passar luz apenas por um orifício – de modo que os raios luminosos entravam e faziam projetar em uma das paredes o reflexo invertido dos objetos e, assim, o pintor, dentro da caixa, fixava a imagem e pintava-a.

Assim como os pintores do mundo antigo tinham a necessidade de fixar uma imagem, recriando coisas com implicações de verdade, para materializá-las na

memória, as crianças atendidas que estavam afastadas da convivência familiar necessitavam registrar e preservar, por meio das imagens, aquilo que lhes era significativo.

A preservação da história de vida – no caso de crianças institucionalizadas – com suas raízes culturais próprias, concorre com o cotidiano institucional, em que o coletivo se sobrepõe ao individual e impossibilita que crianças e adolescentes expressem sua singularidade, uma vez que a massificação institucional tende a desconsiderar a herança sócio-histórica que traz a possibilidade de pertencimento social com perspectivas de presente, passado e futuro.

E esta era, de fato, a forma de as crianças atendidas se mostrarem durante as sessões psicoterápicas – sem possibilidade de expressar sua singularidade.

Com isso, o uso da imagem fotográfica foi estabelecido como uma possibilidade de evitar o esquecimento e de preservar a memória, dando espaço para a expressão de sua singularidade com um estímulo externo.

Segundo Gondar (2000), entre os diferentes estímulos que nos chegam do mundo, alguns serão investidos e outros serão segregados de acordo com o desejo da memória. Neste sentido, considera a memória um espaço singular de lembranças e esquecimentos.

Naquelas crianças, notou-se que havia mais esquecimentos e uma sensação emergente de não pertencimento social. Faltavam informações. Faltavam recursos internos para lidar com contextos tão difíceis.

Era preciso, então, recorrer a outros recursos, mesmo que externos, que pudessem amenizar as lacunas existentes pela falta de informações.

Durante o processo de intervenção, havia uma demanda das próprias crianças de localizar, no tempo e no espaço, sua história de vida.

Para reconstruir a trajetória da memória que desvelasse a história de vida, atravessada por prontuários institucionais, foram selecionados casos em que as

crianças tinham reais possibilidades de reintegração em um contexto familiar – da família de origem, da extensa ou da substituta.

Quando havia possibilidade de a criança ser acolhida na família extensa, por exemplo, eram solicitadas fotos aos familiares – por meio de contatos telefônicos – traduzissem para a criança quais eram as pessoas, o ambiente físico e relacional que ela iria encontrar no momento de sua reintegração familiar. As fotos eram enviadas com uma espécie de legenda para que a terapeuta, junto com a criança, identificasse as pessoas.

É importante ressaltar que as fotos eram mostradas gradativamente para a criança, no decorrer dos atendimentos, para evitar um excesso de informações em uma única vez.

As fotos eram apresentadas para a criança em papel original e depois escaneadas, o que dava a possibilidade de a criança visualizar e brincar com as imagens na tela do computador. A cada sessão a criança pedia para ver as fotos e era comum esboçar um sorriso diante da imagem visualizada na tela, o que denotava sua satisfação diante da possibilidade de possuir a imagem.

Isso nos reporta à ideia de Sontag (2004, p. 180) ao falar sobre o mundo-imagem:

Fotos são um meio de aprisionar a realidade, entendida como recalcitrante, inacessível, de fazê-la parar. Ou ampliam a realidade, tida por encurtada, esvaziada, perecível, remota. Não se pode possuir a realidade, mas, pode-se possuir imagens [...].

Entende-se que este era um momento importante para a criança, de aproximação de seu contexto familiar e que trazia a sensação de materialização da realidade, como uma possibilidade de pertencimento a um grupo e, consequentemente, de pertencimento social.

Conforme aponta Sontag (2004, p. 196):

[...] a força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade [...]. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor.

Considera-se, portanto, que para a criança que sofreu ruptura nos vínculos familiares, as imagens fotográficas representaram um importante veículo de apropriação e ressignificação da realidade.

No contexto descrito, o uso das imagens fotográficas não se resumiu apenas ao registro da memória, mas pôde representar um instrumento importante na construção e reconstrução da subjetividade da criança que, em algum momento de seu desenvolvimento emocional, foi afastada do convívio familiar e comunitário.

Os desenhos e as fotos eram escaneados, e a redação da história era digitada. Todas as partes eram impressas no momento da construção, em um caderno que compunha o resgate da história de vida da criança. A elaboração deste material fazia parte das atividades que compunham os atendimentos da criança.

Durante a construção deste caderno, por meio das produções gráficas – espontâneas e dirigidas, realizadas pela criança -- e das imagens fotográficas, eram trabalhados aspectos importantes do desenvolvimento afetivo e social, por meio da expressão dos sentimentos que pudessem subsidiar a narrativa da história e, posteriormente, sua redação. A redação da história que era elaborada pela terapeuta apresentava os principais acontecimentos da vida da criança – desde o seu nascimento até o momento presente – mencionando a cronologia dos fatos além dos sentimentos e emoções que compunham o contexto vivido.

Antes da impressão, em papel, a redação da história era lida para a criança, a fim de considerar sua opinião sobre o que estava escrito. Em todos os casos atendidos, as crianças concordaram com a redação feita pela terapeuta.

O caderno, que foi denominado “Minha história”, fez parte do Programa de recolocação familiar: “Resgatando o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária a partir da intervenção clínica”. Trabalhou

aspectos do desenvolvimento afetivo e social, possibilitando o conhecimento de si e do outro, por meio da expressão dos sentimentos, que norteavam a experiência de privação de uma vida familiar e comunitária adequadas. As atividades contemplavam produções espontâneas e dirigidas, visando a proporcionar à criança o resgate de laços familiares e de relações de convivência na reconstrução de sua história pessoal.

Cada parte era composta por produções distintas; continha desenhos, fotos e redação da história de vida.

Da Parte I constavam: uma foto da criança, tirada no início dos atendimentos, e produções gráficas referentes às atividades da vida diária de que a criança gostava. Na Parte II havia os desenhos que mostravam as mudanças no desenvolvimento físico da criança, numa sequência cronológica. Já a Parte III incluía fotos que registravam a passagem da criança pela instituição de acolhimento. A Parte IV incluía produções gráficas (desenhos), espontâneas e dirigidas da criança durante os atendimentos psicológicos. A Parte V compreendia uma composição de fotos selecionadas pela criança e pela família, que demonstrava sua inserção no contexto familiar. E a última, a Parte VI, com a redação da história de vida da criança, desde o seu nascimento até o presente. Abaixo de cada foto eram colocados dizeres que traduziam o contexto de cada situação e também os sentimentos naquele momento e foi denominada: “Narrando a minha história”.

É oportuno aqui um esclarecimento. Considerando algumas limitações, há que se tomar muito cuidado quanto ao uso da narrativa, para que a história não seja deturpada ou crie lacunas que possam prejudicar a criança. Conjecturas que não possam ser comprovadas não devem ser consideradas.

A narrativa também foi utilizada como elemento mediador para a reconstrução da história da criança.

Nos casos atendidos, além de recorrer à cronologia, com a menção de aspectos do passado, a narrativa buscava abarcar as principais angústias da criança e da família, elucidadas no presente, a fim de ressignificar os acontecimentos com possibilidade de resolução de conflitos que amenizassem a angústia inicial.

Isso está relacionado ao que preconiza Safra (2005, p. 48), ao considerar que quando a criança comunica suas angústias a alguém e estas podem ser organizadas em forma de narrativa, há uma possibilidade de sua superação. Menciona ainda que:

A narrativa insere as situações de vida no registro da temporalidade humana, de maneira que cada conflito ou impasse acontece e, em seguida, tende a uma resolução ou um fim. Na narrativa o vir a ser humano está devidamente contemplado.

Nos casos estudados, as histórias podiam ser narradas, parcial ou integralmente, mais de uma vez, dependendo da solicitação da criança -- o que era mais comum no caso daquelas mais novas, com menos de sete anos de idade.

Era comum a eclosão de perguntas: *“Como foi mesmo essa parte?”*. E assim que ouviam a repetição, seguiam adiante com novas questões. Ou, encerradas as dúvidas daquele momento, sugeriam outra atividade – preferencialmente, o brincar.

Pode-se aqui recorrer ao que menciona Winnicott sobre a importância da vida passada da criança. Este autor considera que é comum a criança perguntar sobre as atividades que realizou num determinado dia. E que, mediante a resposta, pode reintegrar todo o esquema daquele dia a partir do exterior. O autor complementa dizendo:

A criança sabe tudo o que aconteceu, mas quer ser ajudada a ter consciência do conjunto. Isso lhe dá um sentimento bom e verdadeiro, ajudando-a a distinguir a realidade do sonho e das brincadeiras imaginativas. A mesma coisa ocorre quando um pai reconta ao filho toda sua vida passada, incluindo também aquilo de que a criança mal se lembra e aquilo que não lhe vem de modo algum à memória. Winnicott (2005 [1950], p. 207)

Fica evidente, com tais colocações, que qualquer criança necessita de ajuda para ter consciência e reintegrar os acontecimentos que norteiam sua história de vida.

Nesta perspectiva considera-se que, para as crianças afastadas da convivência familiar e comunitária, a narrativa da história de vida atua como um

elemento importante de mediação. Pode amenizar a sobreposição do coletivo ao individual, durante o período de institucionalização. E pode, também, facilitar a transição da saída da instituição para a reintegração no contexto familiar e comunitário.

Retomando, portanto, a ideia central transcorrida neste item, pode-se dizer que o uso do desenho, da fotografia e da narrativa como mediadores da ação foi imprescindível para que os sujeitos dos casos em estudo pudessem ressignificar suas histórias de vida.

Esta afirmação está demonstrada no seguinte trecho, verbalizado durante a entrevista com uma das famílias:

A primeira coisa que queríamos era ler para ver tudo o que tinha acontecido. Eu, particularmente, tive que ler em duas etapas, porque não deu para conter muito a emoção quando lemos desde o começo. Algumas coisas, eu já nem lembrava mais [...] Procurar ler e ver: poxa eu vivi isso. Isso aqui é real, acontece. Aconteceu comigo. Então, é uma coisa muito emocionante. Para mim, foi ótimo. [...] É uma ideia bacana de ter materializado o que era sonho. Pra nós fica fácil ver a leitura. E a criança deve ter a leitura até mais fácil do que a nossa para poder perceber o que é aquilo. [...] o mais bacana é ver a satisfação dele falar do “meu livro”, da “minha história”, é aí que conta como eu sou e de onde eu vim. A satisfação dele contar é o mais legal de tudo.

Encerra-se esta ideia com uma citação de Winnicott ao se referir às crianças privadas de vida familiar. “Assim, estudando o que crianças normais apreciam, podemos reconhecer o que as crianças carentes absolutamente necessitam.” (2005 [1950], p. 212)

3. A INTERFACE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Para compreender a interface estabelecida nesta pesquisa, entre a psicologia e o serviço social, é necessário um breve histórico da psicologia como ciência.

Desde Descartes, que postula a separação mente-corpo, a fisiologia e a anatomia passaram a contribuir para a psicologia como ciência. Com isso, a psicologia, que era estudada por filósofos, passou a ser investigada também pela fisiologia e pela neurofisiologia.

No Brasil, foram os médicos que estimularam e popularizaram a ciência psicológica numa época de nacionalismo exacerbado, em que se pretendia contribuir para a transformação do país em uma grande nação.

Dessa forma, desde o início, a vertente da psicometria foi privilegiada, já que os médicos reconheciam a psicologia como uma importante aliada no trabalho de classificar a população conforme suas aptidões e habilidades cognitivas.

A profissão se consolidou com o primeiro curso de psicologia no Brasil, em 1958, na Universidade de São Paulo. E foi regulamentada pela Lei 4.119 de 27/8/1962.

Os primeiros cursos tinham como base teórica e metodológica os modelos importados dos Estados Unidos. Havia pouca participação das produções europeias.

Paralelamente, a formação das primeiras turmas de psicólogos brasileiros ocorria em cenário nacional e internacional; o surgimento de conflitos sociais, impulsionados pela insatisfação frente à repressão que fazia parte das ações do Estado. Assim, em meados da década de 1960, a profissão acena para práticas mais voltadas à mobilização social.

A psicologia passou a ter envolvimento e participação política nos movimentos sociais. Eram os primeiros passos para o surgimento do que, hoje, denominamos psicologia comunitária.

Em meados dos anos 1980, com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), instaura-se um marco importante da psicologia social no Brasil. No entanto, urgia a necessidade de repensar os aspectos metodológicos que regiam a ação profissional no contexto da comunidade. O homem passou a ser considerado em seu contexto sócio-histórico.

Muito se avançou no que diz respeito ao desenvolvimento da prática da psicologia. No entanto, os modelos teóricos e metodológicos para a preparação do futuro profissional de psicologia pouco mudou se comparado ao modelo desenvolvido nas primeiras décadas do estabelecimento da profissão no país.

Nos bancos acadêmicos, o universo discente dos cursos de psicologia ainda conhece muito pouco, ou quase nada, das reais condições e tampouco se percebem como sujeitos que podem colaborar para o desenvolvimento de uma consciência crítica nas pessoas com as quais irão atuar no cotidiano profissional.

Sob essa perspectiva, percebe-se que a formação do psicólogo, desde seu início, esteve voltada para o campo da clínica, que se sustenta, até os dias de hoje, em um modelo específico de atuação cujo enfoque teórico e técnico privilegia o indivíduo e suas particularidades.

Considerando a grade curricular da maioria das universidades do país, nota-se que, ainda hoje, é na área clínica que se concentra a maior carga horária nos cursos de graduação, o que mostra uma desconexão entre a formação e a necessidade de atuação dos psicólogos no contexto social brasileiro. As instituições de formação profissional visam a atender a um imediatismo mercadológico.

Por sua formação, o psicólogo está habilitado a atuar em diversas áreas. Porém, conforme aponta Gomide (1984, *apud* Cambaúva et al., 1998, p. 213), há deficiências na formação acadêmica em psicologia: "Não estamos formando profissionais capazes de construir a psicologia, mas apenas de repeti-la, pois o estudante apenas aprende técnicas e busca o cliente para aplicá-las".

Alguns autores contemporâneos, como Neto (2002), mencionam a ruptura artificial que o universo *psi* tende a fazer com o contexto sócio-histórico. No

entanto, na prática cotidiana, evidencia-se que uma parcela de psicólogos apresenta preocupação em aplicar técnicas e métodos sem levar em conta a realidade e as condições em que o indivíduo se insere, restringindo-se apenas a interpretar os fenômenos psicológicos isoladamente. Os problemas apresentados passam a ser interpretados como crises individuais, ignorando-se que possam ser decorrentes de suas condições sociais, que acobertam a realidade de vida e retornam ao indivíduo a total responsabilidade pelo seu bem-estar.

Neste sentido, é preciso que haja uma mudança de paradigma, em que o psicólogo não use o “psicologismo” e passe a assumir plenamente um novo papel ético-político em sua atuação.

Para Gomide (1988), os psicólogos brasileiros são profissionais com formação tecnicista e com preocupações mais voltadas para a doença do que para a saúde, direcionando assim intervenções centradas no indivíduo que está sofrendo e não nas condições ou variáveis que determinam o seu sofrimento.

Com base nesse contexto histórico da formação em psicologia, fica evidente que existiam lacunas teórico-metodológicas para o tipo de intervenção proposta nesta pesquisa. Havia a necessidade de recorrer a outras áreas do conhecimento que dialogassem com a temática.

Porém, havia uma preocupação eminente: “Como realizar um trabalho clínico no contexto comunitário, sem reproduzir ações paternalistas e assistencialistas, que tendem à manutenção do individualismo e da fragmentação do sujeito e aplacam a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência crítica?”. Ou, ainda, “como não interpretar e psicologizar o que é social?”.

Como abarcar o sofrimento social e contribuir para a construção de ações que possam potencializar os sujeitos e preservar suas raízes sociais e culturais? Era possível uma intervenção na área da psicologia, com viés clínico, que tivesse uma dimensão sociopolítica?

Concluiu-se que os conhecimentos da psicologia não dariam conta de compreender a demanda daquelas crianças. Com isso, foi preciso, então, recorrer a

outras áreas do conhecimento que tratavam do tema e tentar estabelecer um diálogo teórico-metodológico, que pudesse dar sustentabilidade às intervenções e focassem a escuta da criança no contexto institucional em que ela se inseria.

Eclodiu, assim, o desejo e a necessidade de associar os conhecimentos da psicologia clínica aos conhecimentos do serviço social – campo fecundo de atuação profissional com dimensões sociopolíticas –, razão pela qual a pesquisa ora realizada se deu no campo do serviço social.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4.1 A institucionalização e seus aspectos emocionais

A institucionalização faz parte de um processo sócio-histórico. Expressa uma condição de vulnerabilidade social e emocional de famílias expostas a situações de abandono e negligência.

O lugar destinado a essa população e o tipo de tratamento que lhes é imposto foi instituído pela sociedade, no contexto das diversas conjunturas que consolidaram o Estado brasileiro.

Baptista (2006) relata que nos tempos do Brasil Colônia, os portugueses estrategicamente, para facilitar a colonização, incluíram a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos. Porém, considerando a resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã, os padres decidiram educar e catequizar as crianças indígenas por se tratar de *almas menos duras* que os índios adultos. E, assim, muitas dessas crianças foram separadas de suas famílias e passaram a morar em abrigos, na época, denominados Casa dos Muchachos. Essas instituições eram ocupadas por meninos indígenas e também por órfãos e enjeitados vindos de Portugal. As crianças indígenas ajudavam na catequização e serviam de intérpretes aos jesuítas e às crianças vindas de Portugal, por aprender rapidamente a língua nativa.

Conforme menciona Marcílio (1988, apud Baptista, 2006, p. 26), os jesuítas fundaram colégios nas principais vilas e cidades da época: Salvador, Porto Seguro, Vitória, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Recife, São Luís (MA) e Belém (PA). No entanto, de acordo com Marcílio, os jesuítas não estavam preocupados com as crianças da Colônia, fossem elas abandonadas, ilegítimas ou escravas, já que “nenhum pequeno exposto¹² foi admitido nos colégios jesuítas”. O cenário retratava uma situação de miséria, exploração e marginalização, que levou

¹² Criança deixada na roda dos expostos.

os moradores da terra “a seguirem o exemplo dos descendentes espanhóis e europeus, de abandonar seus filhos”. Nos séculos XVI e XVII crianças brancas e mestiças eram encontradas perambulando, esmolando e vivendo ao redor das vilas, entocadas no mato.



Roda dos expostos – Criada na Idade Média. Permitia o recolhimento de crianças sem que a identidade dos pais fosse revelada.

No século XVIII, como menciona Baptista (2006 p. 26), surgiram as primeiras instituições de proteção à criança abandonada. Foram implantadas as primeiras rodas de expostos em Salvador, no Rio de Janeiro e em Recife.

Inaugurava-se, assim, o cenário de instituições de acolhida em território brasileiro, que naquela conjuntura seguia o modelo de claustro, com colégios distintos de recolhimento masculino e feminino sem propostas pedagógicas sistemáticas. Só em 1829, como expõe Marcílio (1988 apud Baptista, 2006, p. 27), foi implantada uma escola de primeiras letras e, em 1855, um novo projeto de políticas públicas implantou o ensino profissionalizante.

A institucionalização foi criada e se instaurou, transformando-se numa prática que perdura até os dias de hoje.

Isso nos convida a uma reflexão sobre o que propõe Hobsbawm (1984), ao trazer a concepção de tradições que são inventadas. O autor define a tradição inventada como um conjunto de práticas de natureza real ou simbólica, que visam a

inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição. O que nos leva a pensar sobre o afastamento de crianças – brasileiras – de suas respectivas famílias, como uma invenção que foi criada no início da colonização quando os índios curumins eram separados de suas famílias e tribos, com o intuito de serem catequizados. Dessa forma, pode-se considerar que a catequização foi algo inventado, que impôs uma prática fixa que forja o passado real.

Considerando os diferentes contextos sociopolíticos do Brasil, várias foram as transformações ocorridas no que se refere às políticas públicas destinadas à criança abandonada, as quais não serão mencionadas detalhadamente neste momento.

Ao longo dos anos, várias foram as modificações para reordenamento das instituições, porém em todos os modelos propostos fica clara a impossibilidade de crianças e adolescentes expressarem sua singularidade, uma vez que a massificação institucional tende a desconsiderar a herança sócio-histórica que traz a possibilidade de pertencimento social com perspectivas de presente, passado e futuro. Além disso, a forma como as crianças eram, separadas das famílias, e ainda o são, denuncia uma ruptura brusca de vínculos afetivos determinados pelo viés do mundo adulto.

Conforme relata Bernal (2004), lidar com a criança institucionalizada implica em se deparar com registros que apontam para uma perspectiva do adulto. Os prontuários traduzem uma cultura de ofícios que pouco reproduz a história da criança de forma linear, pois a falta de informações lógicas e objetivas abre lacunas que impedem a compreensão de marcos importantes da vida da criança. Os aspectos do desenvolvimento psicossocial não são mencionados e alguns dados de identificação são registrados de forma errônea ou imprecisa. Na leitura de prontuários emerge a sensação de que são muitas as vozes que falam da criança; muitos são os sujeitos que inferem pareceres decisivos em suas trajetórias de vida. Há um protagonismo institucional em que o sujeito não aparece.

Bernal menciona, ainda, que ao pesquisar prontuários de crianças institucionalizadas pôde verificar uma sequência de informações errôneas. Havia datas imprecisas, como se passado, presente e futuro se misturassem, sem a

possibilidade de uma perspectiva temporal real. Relata, também, que o importante era o ritual burocrático de abertura e encerramento do prontuário, que se dava por meio de ofícios.

Com o propósito de superar o modelo das instituições que acolhem crianças e adolescentes sem perspectivas de reintegração familiar e com o objetivo de dimensionar os direitos já estabelecidos pela Constituição, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente como uma resposta à necessidade de mudança de paradigma.

Em 2006, como uma das prioridades do governo, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, com propostas a serem desenvolvidas no período de 2007 a 2015. Considerando alguns pressupostos abordados nesse documento, destaca-se a necessidade do acolhimento institucional garantir registros inclusive fotográficos, sobre a história de vida e o desenvolvimento de cada criança e de cada adolescente.

É certo que o acolhimento institucional deveria durar somente até a tomada de providências que visassem a assegurar à criança o retorno à família, à comunidade ou uma colocação em família substituta. Isso porque, uma vez rompidos os laços afetivos familiares e comunitários, a trajetória de vida da criança vai ficando cada vez mais difícil. Percebe-se que esse período gera sensações de desamparo e insegurança, em um ambiente no qual a criança não pode confiar, gerando prejuízos a sua capacidade de estabelecer relações afetivas.

Crianças e/ou adolescentes são acolhidos em instituições por vários motivos, mas sempre para garantir segurança, quando, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos da criança são ameaçados ou violados. No entanto, o acolhimento institucional representa um momento de passagem, em que a criança não sabe ao certo por quanto tempo permanecerá institucionalizada e nem ao menos qual será seu destino, se irá voltar ou não para a própria família.

Aqui, torna-se oportuno fazer um recorte das ideias de Winnicott (1999 [1946]) no que se refere a um ambiente suficientemente bom, e ao conceito de privação afetiva.

No decorrer do desenvolvimento emocional a criança experimenta situações positivas com relação ao ambiente¹³ e, portanto, as coisas correm bem. No entanto, se lhe tirarem algo positivo por longo período de tempo, cuja lembrança boa da criança possa se perder, haverá uma perturbação em que a criança será exigida num nível além de sua capacidade. Aí, então, ela experimentará a falha. Este é o momento da privação original. As defesas do ego desmoronam e a criança se reorganiza, porém com um modelo inferior de defesa do ego. Neste caso, é comum que a criança passe a reagir retrocedendo a uma posição anterior de seu desenvolvimento emocional.

Ainda de acordo com Winnicott, o desenvolvimento saudável da criança está diretamente ligado a um ambiente capaz de suprir satisfatoriamente as suas necessidades; a relação inicial mãe-bebê se estabelece desde muito cedo. A mãe, especialmente no final da gravidez, é invadida por uma sensibilidade aumentada que caracteriza o estado de preocupação materna primária. Winnicott compara esse estado de sensibilidade aumentada, em que se encontra a mãe, a uma doença. E, nesse sentido, considera que a mãe deva ser saudável o suficiente para desenvolver esse estado de doença e poder sair dele posteriormente. É a capacidade de a mãe transitar entre esses dois polos que caracteriza o estado de preocupação materna primária e disso depende a saúde psíquica e física do bebê.

Segundo Winnicott (1993 [1956]) é a mãe, portanto, através da preocupação materna primária, que pode fornecer um ambiente capaz de ser suficientemente bom às necessidades do bebê, facilitando o curso saudável de seu desenvolvimento. Quando o ambiente se mostra com alto grau de adaptação às necessidades individuais da criança, viabiliza-se o aparecimento de suas tendências

¹³Considera-se aqui a teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott que enfatiza a influência do ambiente para o desenvolvimento emocional do bebê. Segundo Abran (2000, p.25) in a Linguagem de Winnicott: “O ambiente facilitador possibilita ao indivíduo a chance de crescer, frequentemente em direção à saúde, enquanto que o ambiente que falha, principalmente no início, mais provavelmente levará à instabilidade e à doença”.

individuais herdadas – o bebê estabelece uma base egoica a partir de um “continuar a ser”.

Para Winnicott (1993[1956], p. 495-6):

[...] quando a mãe fornece uma adaptação suficientemente boa à necessidade, a própria linha de vida do bebê é muito pouco perturbada por reações à invasão. (Naturalmente, são as *reações* à invasão que contam, não as invasões em si.) Fracassos maternos produzem fases de reação à invasão e estas reações interrompem o “*continuar a ser*” do bebê. Um reagir excessivo não produz frustração mas sim uma *ameaça de aniquilação*.

É importante salientar que, para Winnicott, a mãe não pode prover suficientemente bem seu filho, sozinha. Ela precisa da ajuda de outras pessoas, como o marido, a mãe (a avó materna da criança), a vizinha, e o contexto social mais amplo. Aponta, ainda, para a importância do contexto familiar para a maturidade emocional do indivíduo.

Na literatura pertinente ao tema, têm-se os pressupostos de Bowlby, que também serão apontados aqui. Esse autor enfoca a questão da interação mãe-filho nos primeiros anos de vida, da formação do vínculo entre os dois, de sua evolução e de sua significação na história da criança. Além disso, é evidente em seus escritos uma preocupação com alguns momentos decisivos da vida da criança que anunciam transformações no seu processo de crescimento e na sua relação com o ambiente. Há uma preocupação com o tipo de assistência que pode ser adequado às crianças que foram privadas de uma vida familiar “normal”.

De acordo com Bowlby ([1976], 1981), a reação da criança à separação da família vai depender da forma de tratamento que ela vai receber. Se encontrar pessoas afetivas, compreensivas, que oferecem um ambiente acolhedor, os efeitos negativos poderão ser minimizados. Aponta, ainda, para o fato de ser melhor para o desenvolvimento da criança, viver num lar inadequado, do que numa boa instituição. No entanto, afirma não ser possível obter provas conclusivas sobre o assunto, já que isso vai depender da qualidade do lar e da instituição.

Ainda para Bowlby ([1988],2006), quanto maior o intervalo entre a separação da mãe natural e a inserção da criança em família substituta, maior é o estado de privação. Nesse sentido, considera que a mãe substituta pode suprir necessidades básicas da criança, na medida em que consegue estabelecer uma relação íntima, calorosa, regular e constante com ela.

A condição de acolhimento institucional pressupõe a mudança de um ambiente familiar em condições desfavoráveis ao desenvolvimento da criança para um ambiente melhor. Trata-se da passagem de um ambiente não satisfatório para um suficientemente bom.

Independentemente do ambiente encontrado na instituição, no momento de reintegração no contexto familiar, pressupõe-se que a criança passará da privação de um convívio familiar – e, por consequência, de uma condição de enfraquecimento de seus vínculos com uma família – para uma situação que viabiliza a formação ou o fortalecimento de vínculos afetivos.

Transcorrer sobre esse tema implica em deparar com situações antagônicas que emergem no processo da reintegração familiar. Assim como propor o resgate da história de vida requer não apenas conhecimento técnico, mas uma disponibilidade para elencar e recorrer aos diversos atores que compõem a rede social desse entorno, o que aponta para a complexidade desse tipo de atuação, que se contrapõe aos modelos que acenam para ações superficiais e fragmentadas.

Esse contexto se reporta à ideia de rede e, portanto, parece oportuno discorrer sobre algumas concepções, de diferentes autores, que trabalham essa temática.

4.2 A importância da rede

Por oportuno, convém fazer aqui um breve esclarecimento conceitual acerca de rede. O termo, conforme aponta Sanicola (2008), está presente na linguagem

comum e assume diferentes significados. Pode representar, para alguns, a ideia de suporte e, para outros, a ideia de controle.

Sanicola menciona, ainda, a esse respeito:

O conceito de rede indica um “objeto” que cria uma relação entre pontos, mediante ligações entre eles que, cruzando-se, são amarradas e formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação, ou seja, no nó e por meio do nó, acontecem trocas sinérgicas. (2008, p.13)

Partindo desta concepção, observa-se que a rede tem características que lhe conferem uma estrutura particular, capaz de exercer, ao mesmo tempo, a função de suporte e de contenção.

Atualmente, nota-se que o termo rede transita em diferentes áreas do conhecimento, assumindo um aparato técnico, como é o caso da informática. Também, no campo científico, aparece como aporte teórico, por exemplo, nas ciências econômicas e tecnológicas. No campo das ciências humanas, volta-se à finalidade social, sendo utilizado para explicitar o funcionamento das redes sociais pessoais e, também, como uma forma de intervenção profissional no âmbito coletivo.

Considerando uma concepção histórica, de acordo com Sanicola (2008), o conceito de “rede social” foi introduzido por John Barnes em 1954, para descrever tipos de relações informais de parentesco, de vizinhança e amizade.

Isto posto, evidencia-se que, dada a amplitude do termo, várias áreas do saber se apropriaram do conceito de rede como aporte teórico e prático, que pode descrever realidades relacionais e práticas profissionais diversificadas, com uma peculiaridade: a possibilidade de movimento.

Para a reconstrução da história de vida de crianças e adolescentes – objeto deste estudo – assim como para a compreensão da totalidade de cada caso, foi necessário acionar os diferentes atores sociais que compunham a rede social

desses sujeitos. Portanto, o trabalho em rede foi essencial para o desfecho dos casos que serão apresentados.

O trabalho em rede se constitui na construção coletiva e reflexiva de uma ação. Nesse sentido, se constrói a partir da forma como cada ator que nela participa olha a realidade e da compreensão que têm dos fenômenos humanos apreendidos. Este trabalho reflexivo implica que o ator saia do seu próprio ambiente e se introduza no ambiente do outro. Isso dá a cada um dos atores a possibilidade de instaurar um constructo semântico novo, que pode desenvolver sua competência para ressignificar a compreensão da história de vida do outro, e sua ação terá novos contornos a partir desse reconhecimento.

Percebeu-se que ao articular a rede social – família, escola, equipamentos de saúde – os sujeitos sentiam-se apoiados e encorajados a traçar um novo modo de atuar.

Isso se reporta ao que preconiza Sluzki (1997, p. 41) ao definir rede social pessoal “como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade”.

O mesmo autor também afirma que:

[...] as fronteiras do sistema significativo do indivíduo não se limitam a família nuclear ou extensa, mas incluem todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, de estudo, de inserção comunitária e práticas sociais. (1997, p. 37)

Já Rosseti-Ferreira (2004, p. 23), traz uma perspectiva teórico-metodológica denominada Rede de Significações e compreende que:

[...] o desenvolvimento humano só se torna possível se consideradas as relações às quais ele se encontra articulado, pertencente e submetido e, principalmente, o modo de atualização dessas relações.

A autora parte de uma perspectiva interacional e, nesse sentido, considera que:

[...] o outro se constitui e se define por mim e pelo outro, ao mesmo tempo em que eu me constituo e me defino com e pelo outro. É nesse interjogo que se dá o processo de constituição das identidades pessoais e grupais, ao longo de toda a vida da pessoa. (2004, p. 25)

Entende-se, então, que a rede pode responder à nossa necessidade de laço, de ligação, de pertencimento, como fonte de identidade pessoal e social, que se constituem pela nossa história de vida.

Além desta perspectiva relacional e interacional para a efetivação do trabalho, houve a necessidade de articulação de uma rede de trabalho – na ocasião do estabelecimento do fluxo de trabalho.

No que se refere à importância do trabalho em rede têm-se as concepções de Mello (2006, p. 113):

O processo de tecer redes deve ser alimentado, construído e reconstruído através da mediação entre os conflitos, os ajustes. Os fios se fazem e se desfazem na própria construção e no movimento da rede. Esse movimento é sempre uma relação e seu processo é dialético, dinâmico, técnico, político e ético. E sua tecitura é obra de todos os atores sociais. Nesse sentido, a rede precisa ser tecida num processo contínuo, construindo saberes e poderes através dos conhecimentos já adquiridos ou compartilhados. Só no processo de tecer a rede é que avançaremos na proteção integral à criança e possibilitaremos novos saberes e novos percursos. E, principalmente, a rede é um processo relacional de construção de trajetórias dos sujeitos envolvidos e só funciona se houver compartilhamento democrático dos saberes e dos poderes. Ela é tecida nesse processo para se efetivar nas práticas sociais. O trabalho em rede fundamenta-se na política de proteção integral à criança, envolvendo compromissos ético/políticos que busquem potencializar e possibilitar laços de emancipação e de direitos.

Articulando as concepções dos diferentes autores mencionados à proposta deste estudo, conclui-se que a constituição do homem se dá fundamentalmente pelas redes sociais. E somente a partir desta articulação em rede é que foi possível contemplar o sujeito em sua singularidade, a fim de facilitar a eclosão de seu sentimento de pertencimento, que é essencial para a formação de sua identidade psicossocial.

Dessa forma, entende-se que as redes sociais devem desenvolver uma mobilidade capaz de colocar o indivíduo em direção ao compartilhamento, ou seja, favorecer que o indivíduo passe da dependência para a autonomia e, para tanto, é preciso verificar que realidade relacional compõe esse entorno, com quem efetivamente o sujeito pode contar no atendimento de suas necessidades.

Portanto, nesse processo, o fator humano, como ato profissional, se torna imprescindível para dar o suporte necessário às demandas familiares, respeitando suas adversidades e peculiaridades. E isso só é possível mediante uma escuta que contemple o humano em sua totalidade – o que foi confirmado no tipo de intervenção abordado neste estudo.

4.3 A importância da família

Apesar de esta dissertação não trabalhar especificamente com a temática da família, é impossível não mencioná-la, considerando o trabalho realizado com as crianças afastadas da convivência familiar. Portanto, serão apresentados aqui alguns aspectos relevantes sobre "família", os quais dialogam com a temática da intervenção proposta.

No âmbito da legislação brasileira, considerando-se a Constituição de 1988, em seu Artigo 226, parágrafo 4º: "entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes".

Entretanto, desde a promulgação da Constituição, ocorreram várias mudanças sociais no campo simbólico e relacional referente à concepção de família. Diante das novas organizações familiares no contexto histórico, social e cultural, a ênfase dada à família natural precisa ser repensada. É preciso que haja o reconhecimento das novas configurações familiares que são estabelecidas com base no estabelecimento de vínculos afetivos.

Conforme o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006): “É preciso compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes”. Este Plano propõe uma definição mais ampla de família. “A família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade”.

A partir deste prisma, nota-se que o enfoque no modelo ideal de família deve ser substituído pela capacidade da família, independentemente de sua configuração em exercer a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes.

Ao estudar o desenvolvimento de crianças e adolescentes, com base em concepções teóricas distintas, evidencia-se a importância do papel atribuído à família no processo de socialização da criança.

De acordo com Vicente (1994), toda criança ao nascer está inserida em determinado território social e geográfico. Esse território revela o lugar ao qual esta criança pertence e a qual comunidade está vinculada. Dessa forma, pode-se dizer que toda criança nasce em uma comunidade e que esta, portanto, também definirá sua identidade.

A história de vida da criança tem início dentro da história da família, de sua comunidade e de sua nação. Neste sentido, a criança que vive em acolhimento institucional e, portanto, afastada da convivência familiar e comunitária, sofre uma ruptura no processo de construção de sua história de vida, pois é afastada de suas raízes culturais.

No entanto, por vários motivos, o afastamento do convívio familiar e comunitário ainda é uma prática recorrente nos dias de hoje.

Dados da pesquisa nacional (IPEA, 2004) revelam que os motivos mais citados para o abrigo de crianças e adolescentes referem-se à pobreza (52%). Ou seja, diante da situação de vulnerabilidade social de algumas famílias, o abrigo surge para suprir uma condição desfavorável de subsistência.

A situação socioeconômica da família pobre, gerada por desigualdades sociais, inviabiliza o suprimento de condições mínimas necessárias à proteção de seus membros e desencadeia o esgarçamento de suas relações.

Conforme aponta Sarti (2007, p. 34-5):

Se, em toda a sociedade brasileira, a família é um valor alto, entre os pobres sua importância é central, e não apenas como rede de apoio ou ajuda mútua, diante de sua experiência de desamparo social. A família, para eles, vai além; constitui-se em uma referência simbólica fundamental, que organiza e ordena sua percepção do mundo social, dentro e fora do mundo familiar.

[...] No mundo simbólico dos pobres, a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo. [...] Sendo assim, no que se refere às famílias pobres, como escutar o discurso daqueles a quem se dirige as políticas sociais – os pobres – e situá-lo no contexto que lhe dá significado, ou seja, o contexto de quem emite o discurso (e não de quem o analisa)?

Pode-se dizer, então, que parte das crianças que vivem em instituições de acolhimento é proveniente de famílias de baixa renda e que, no momento do abrigo e no seu decorrer, experimenta o enfraquecimento do grupo familiar. Com isso, existe a necessidade de intervenções que viabilizem o restabelecimento ou o fortalecimento de vínculos.

Esta dissertação se propõe a demonstrar que este restabelecimento ou fortalecimento pode ocorrer por meio do resgate da história de vida.

No caso das famílias de crianças em situação de acolhimento institucional, além das situações socioeconômicas desfavoráveis que as colocam em situação de vulnerabilidade social existem, também, os aspectos peculiares das mudanças de configuração familiar na contemporaneidade.

Diante deste panorama, há que se perguntar como instituir práticas que possam, ao mesmo tempo, dar conta das configurações e peculiaridades do grupo familiar e garantir direitos de crianças e de adolescentes.

Portanto, este é um trabalho de alta complexidade, não só pelas diversidades do grupo familiar, mas, principalmente, por ter de identificar que tipo de família se

está abordando, que referenciais teóricos-metodológicos são adequados para este tipo de intervenção.

Muitas vezes, as novas configurações familiares ainda não foram compreendidas e elaboradas por seus próprios membros, o que se evidencia nos discursos ambíguos por eles proferidos.

De acordo com Sarti (2007), apesar das mudanças que permeiam a constelação da família brasileira contemporânea, esta ainda continua sendo alvo de significativas idealizações. A autora (2007, p. 25), afirma que a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade, e traz algumas considerações importantes:

[...] não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. [...] Como delimitar a família se as relações entre pais e filhos cada vez menos se resumem ao núcleo conjugal? Como se dão as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos de casais em situações tão diferenciadas?

É preciso estabelecer um manejo adequado para abarcar as demandas que se apresentam no cenário familiar. Os valores e idealizações do profissional que trabalha com famílias não devem se sobrepuser em detrimento dos valores cultuados por determinado grupo familiar.

Existe uma tendência cultural de culpabilizar a família diante de situações difíceis vivenciadas por qualquer de seus membros.

Nos casos de crianças institucionalizadas, essa culpabilidade tende a ser mais intensa. Com isso, essas famílias se sentem sem poder e impossibilitadas para resolver e superar os conflitos que as colocam em situação de vulnerabilidade.

A intervenção com essas famílias deve possibilitar o estabelecimento de uma parceria, em que o profissional e a família caminhem juntos. Ao se sentir apoiada, a família poderá assumir seu papel no processo e desenvolver formas de resolução e superação dos conflitos que permeiam a dinâmica familiar.

Ausloos (1996) ao realizar seu trabalho como terapeuta familiar observou que era preciso ver as famílias como competentes. Considera que é preciso sair do prisma da família culpada e passar à noção de família responsável. Neste sentido, a família responsável é aquela que é capaz de assumir e, portanto, tem competências para administrar seus conflitos.

E considera, ainda, (1996, p. 158) que todas as famílias são competentes, mas muitas vezes não sabem utilizar suas competências ou não têm informações suficientes para funcionar de forma satisfatória. Menciona: “Por outras palavras, diria que as famílias sabem, mas não sabem que sabem e não sabem o que sabem”.

Em um dos casos estudados (Caso B), que será detalhado no próximo capítulo, observou-se que, ao participar efetivamente do processo, a família pôde descobrir suas competências e utilizar-se delas. Desta forma, foi possível articular ações que levaram a um desfecho satisfatório.

Portanto, cabe ao profissional que trabalha com famílias, em situação de vulnerabilidade, realizar intervenções que otimizem a participação da família como colaboradora do processo. Isso significa que o profissional e a família trabalharão juntos, como colaboradores.

Como alerta Ausloos (1996, p. 160) ao falar deste trabalho conjunto, deve-se ter em mente que:

Colaborar com as famílias não é, portanto, fazer terapia, não é procurar os problemas que as famílias e os casais possam apresentar, mas é trabalhar com eles. Colaborar é trabalhar em conjunto com as nossas competências, os nossos valores, as nossas responsabilidades respectivas e também as nossas insuficiências, sabendo que não são verdades na educação, mas apenas um processo de tentativa e erro no qual se pode caminhar e crescer.

5. A HISTÓRIA DE VIDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MEDIADORA DA REINTEGRAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR: ESTUDO DE DOIS CASOS ATENDIDOS

5.1 A metodologia de intervenção

a) Caso A

Trata-se de um menino, na época, com cinco anos de idade, em situação de acolhimento institucional desde os cinco meses de vida, por situação de negligência materna. Na ocasião do acolhimento institucional, apresentava um quadro de desnutrição crônica, anemia, problema ortopédico e vacinação incompleta. Ficou na primeira instituição por dez meses, já que esta era de curta permanência. Foi transferido para uma segunda instituição, e lá permaneceu por um ano e seis meses, até que foi desativada. Já na terceira e última instituição de acolhimento, esteve por dois anos e onze meses, e, nos oito meses finais, foi inserido no programa de atendimento psicológico, visando à sua reintegração no contexto familiar. Considerando-se que as tentativas de reintegração na família de origem foram infrutíferas, ocasionando, portanto, a destituição do poder familiar, o trabalho com a criança foi direcionado para sua reintegração em família substituta.

No período que antecedeu os atendimentos, a criança passou por experiências negativas de colocação em família substituta. Duas famílias, as quais iniciaram uma aproximação, desistiram durante o processo por motivos desconhecidos. Após o ocorrido, a criança passou a reagir com comportamentos de evitação e negação quanto à possibilidade de se vincular a qualquer pessoa que não fizesse parte da instituição. Com isso, ela criou um forte vínculo com a instituição, como se aquele fosse o único ambiente seguro e confiável (e, até certo ponto, essa era a realidade).

Estas experiências infrutíferas com casais pretendentes à adoção, atreladas a experiências de permanência em várias instituições de acolhimento distintas, representaram para a criança uma repetição de situações de privação afetiva, o que desencadeou sentimentos de insegurança e inadequação, justificando, assim, as

dificuldades do estabelecimento de vínculos e a necessidade de um atendimento terapêutico focal.

Os atendimentos terapêuticos da criança tiveram início, então, pelas razões já expostas e também por ser a mais nova da instituição, dentre as que estavam disponíveis para colocação em família substituta. Convém esclarecer que, nesta oportunidade, a criança se mostrava resistente a ser encaminhada à família substituta em razão das experiências traumáticas anteriores. Esses atendimentos tiveram início na instituição e, posteriormente, foram transferidos para o consultório da terapeuta. Percebeu-se que manter os atendimentos na instituição acentuaria a dificuldade de estabelecimento de vínculo da criança, com pessoas de fora da instituição, pois a terapeuta seria mais uma pessoa da instituição e não uma mediadora na passagem da criança do cenário institucional para o cenário social mais amplo.

Esta transição dos atendimentos da instituição de acolhimento para o consultório foi marcada por atitudes hostis por parte da criança em relação à terapeuta, bem como pela exigência da permanência da assistente social da instituição nas sessões lúdicas. Em nenhum momento a criança recorreu à profissional da instituição (apenas a queria por ela lhe transmitir confiança).

Em todas as sessões a criança queria a garantia de que iria retornar à instituição no horário exato, o que era extremamente respeitado tanto pela terapeuta quanto pelo abrigo.

Após as primeiras sessões de observação da criança, notou-se, em suas produções gráficas, uma configuração familiar robotizada e sem afetividade – desenhava robôs e pessoas na composição dos desenhos sobre família, sem interação alguma entre os personagens. Mencionava que uma das pessoas, a quem atribuiu o nome de “tia”, era qualquer tia da instituição que cuidava das crianças. Mas não se referiu a nenhuma em particular. Esta produção é espelho da vivência institucional intensa desta criança.

A Figura 1, a seguir, reproduz o desenho mencionado:

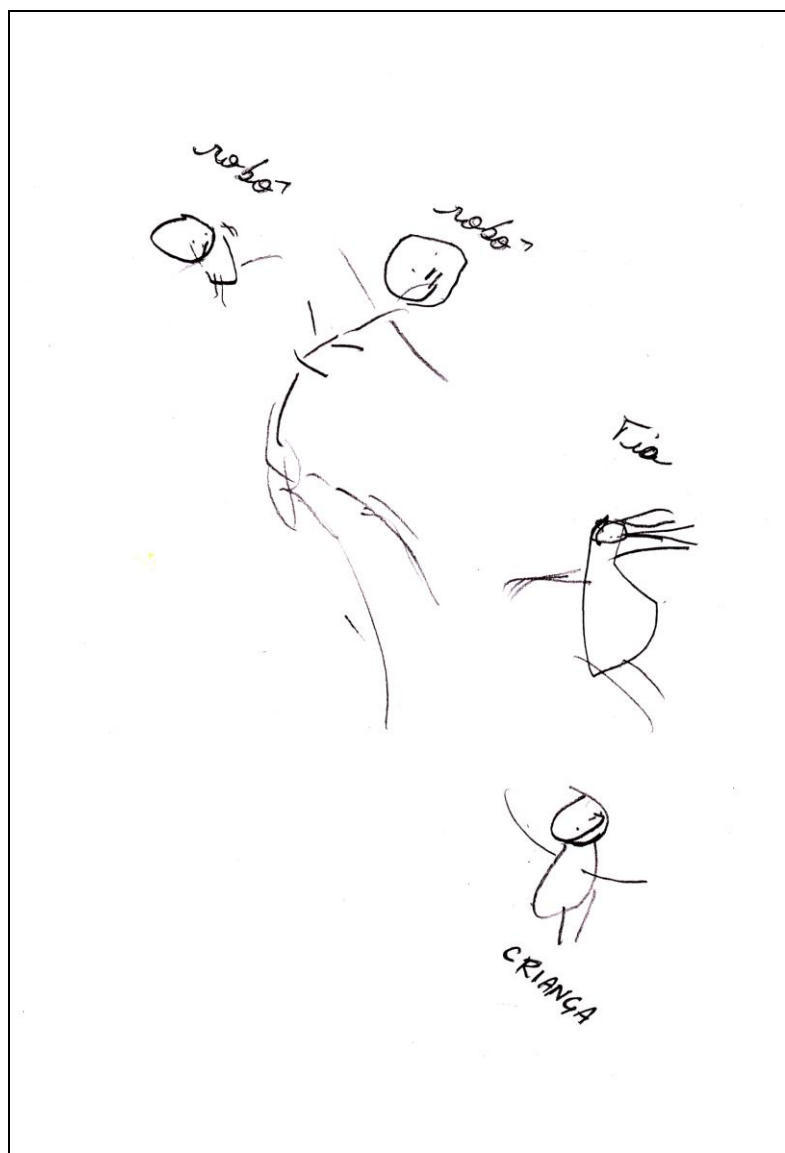


Figura 1 – Desenho representando família, realizado pela criança no primeiro mês de acompanhamento psicológico, anterior ao convívio familiar. A identificação das personagens foi escrita pela terapeuta, de acordo com a verbalização da criança.

Paralelamente aos atendimentos da criança, a assistente social responsável pelo caso realizou os procedimentos de consulta ao cadastro de pessoas pretendentes à adoção.

A fim de garantir uma aproximação adequada da criança com o casal que pretendia adotá-la, e para evitar a repetição das experiências de falhas ambientais, tão logo se chegou à identificação dos pretendentes, por meio de consulta ao

cadastro, tiveram início os atendimentos ao casal. Isso ocorreu antes de seu contato com a criança. Efetivaram-se dois atendimentos direcionados a compreender as questões subjetivas do desejo de adoção e também a oferecer as devidas orientações sobre os passos relacionados ao processo de aproximação à criança, amenizando expectativas e dúvidas quanto ao primeiro encontro.

Entre a triagem inicial e o primeiro encontro com a criança houve, por parte do casal, um tempo permeado de ansiedade, que pode ser comparado ao início de uma gestação.

Após três meses de atendimento à criança (duas sessões semanais), ela sinalizou estar pronta para conhecer o casal interessado em adotá-la. Durante esse período, notou-se significativa evolução da criança no que se refere à concepção de família, observada em suas produções gráficas, que inicialmente eram robotizadas e sem vida, e que posteriormente passaram a ter vivacidade e criatividade. Além disso, em uma das sessões iniciais, suas produções no Desenhos-Estórias¹⁴ – indicavam sentimento de solidão, de abandono e de estar sem perspectivas para o futuro. Um dos desenhos reproduziu apenas pedras que estavam paradas num rio. Podemos considerar, simbolicamente, que pedras não têm vida, mas que, sobre o rio, apesar de estarem paradas, podem ser movimentadas pela correnteza da água (e talvez fosse esse o movimento da criança, após o início das sessões lúdicas). Nesse ínterim, a criança firmou uma vinculação significativa com a terapeuta, essencial ao andamento do processo.

A apresentação inicial do casal à criança ocorreu por meio de fotos, que foram providenciadas pela terapeuta e utilizadas como um instrumento facilitador da aproximação. As primeiras fotos mostravam o casal, a família extensiva e alguns cômodos da casa.

Por aproximadamente um mês, trabalhou-se nos atendimentos com essas fotos e com outras que a criança solicitou – como a foto de casamento do casal e de cômodos da casa.

¹⁴ Procedimento utilizado em uma das sessões iniciais da criança, como forma de investigação clínica (Trinca, 1997).

No decorrer das sessões lúdicas, a terapeuta narrou a história de vida da criança utilizando, como elementos facilitadores, bonecos de pano e fantoches que representassem os principais personagens identificados no prontuário da criança. Da mesma forma, a história de vida do casal, incluindo o namoro, o casamento, as tentativas de concepção de um bebê, a decisão de adotar uma criança e o momento atual do processo de adoção, foi narrada à criança pela terapeuta.

Essas histórias foram narradas separadamente durante uma das sessões, momento em que a terapeuta observava a reação da criança quanto à revelação de sua história de vida e, gradativamente, inseria conteúdos da história do casal, até que a criança, espontaneamente, passou a inserir na história seus sentimentos com relação à sua inserção naquela família.

O objetivo ali era narrar ambas as histórias e, ao final, interligá-las numa unicidade capaz de delinear um contorno psíquico à criança. Isto porque, inicialmente, ela indicava fragilidade nesse sentido, pois no espaço de sua memória, haviam lacunas significativas por conta de esquecimentos e lembranças emocionais.

Nesse período, no decorrer das sessões, mobilizou-se na criança o desejo de conhecer o casal. Contudo, era comum a ambivalência de sentimentos, evidenciada pelos mecanismos de negação e evitação em relação ao desejo de ser inserida no seio familiar, e de permanecer na condição de acolhimento institucional.

Para a criança foi primordial a disponibilidade afetiva daqueles requerentes, que respeitaram o seu tempo e propiciaram, desde o primeiro instante, um *holding*¹⁵ suficientemente bom às suas necessidades, como será exposto a seguir.

No dia do encontro inicial, a criança estava bastante apreensiva. Entrou na sala da terapeuta e perguntou-lhe se eles iriam chegar. A terapeuta disse-lhe que dentro de 15 minutos eles deveriam estar ali, e mostrou à criança, no relógio de mesa, o quanto seriam 15 minutos.

¹⁵ Considera-se a definição de Winnicott ao falar de *holding* como um cuidado parental satisfatório às necessidades físicas e egóicas do bebê (Abram, 2000, p. 135-140).

Enquanto isso, a criança escolheu um quebra-cabeça, jogo de que gostava muito, dizendo que seria para montar com o casal. Transcorridos os 15 minutos, a criança ouviu o toque da campainha e, com fisionomia apreensiva, pediu à terapeuta que não abrisse a porta, pois dizia estar assustada.

Diante da reação da criança, a terapeuta colocou-a no colo, tranquilizou-a e disse-lhe que entendia sua reação, mas que estaria o tempo todo ao seu lado e que era natural sentir medo. Passados 10 minutos, a criança concordou com que a terapeuta abrisse a porta para o casal, que, até então, aguardava na recepção.

A terapeuta abriu a porta e convidou o casal a entrar. Assim que o casal veio em direção à porta, a criança rapidamente se abaixou e acomodou-se embaixo da mesa, sentando-se com as pernas entrelaçadas.

O casal, que já havia sido orientado sobre as dificuldades vinculares da criança, sentou-se e aguardou um direcionamento da terapeuta, que foi traduzindo para eles o que a criança estava sentindo diante da nova situação. Durante a sessão, a criança se referia apenas à terapeuta, mas sempre com direcionamento ao casal. Inicialmente, a criança pediu ao casal que montasse o quebra-cabeça que ela havia escolhido. Quando achava oportuno, solicitava a ambos que fechassem os olhos, para que ela saísse debaixo da mesa e pudesse conferir a assertividade da tarefa que havia sugerido. Vemos, aqui, o início de um processo de estabelecimento de confiança, em que, para a criança, importava saber se o casal compartilhava de seu mundo de brincar e, ao mesmo tempo, se respeitava sua condição, mantendo-se com os olhos fechados enquanto ela olhava o quebra-cabeça sobre a mesa.

Próximo ao término da sessão, a criança solicitou à terapeuta que mostrasse sua “pastinha” ao casal. Na pasta, estavam suas produções gráficas. A terapeuta, então, pegou a pasta e a criança foi dizendo o que gostaria que fosse mostrado. Fica evidente, aqui, a ambivalência entre o desejo de se mostrar e a necessidade de evitar um contato efetivo que pudesse reproduzir a falha inicial de privação afetiva.

Nas duas sessões subsequentes, a criança também permaneceu debaixo da mesa. No entanto, aos poucos, foi firmando uma interlocução com o casal, e a terapeuta passou a intervir cada vez menos. Um adendo importante aqui é o fato de

que a criança gostava muito de óculos escuros, e desde a primeira sessão a terapeuta orientou os requerentes para que viessem sempre munidos de óculos escuros, pois em algum momento poderiam ser úteis. De fato, isso foi importante, já que, ao término de cada sessão, a criança pedia para que colocassem os óculos porque assim não poderiam vê-la ir embora. Quando se despedia do casal, pedia que só saíssem da sala depois que a condução do abrigo viesse buscá-la. No final da quarta sessão, a criança saiu debaixo da mesa e esboçou um sorriso, mas ainda não permitiu que o casal a acompanhasse até a porta. O casal se reporta a este momento, no decorrer da entrevista, com a seguinte fala:

A gente interagia e demorou demais esse processo dele aparecer. [...] Porque a criança se esconder, não é um absurdo. É uma coisa natural. Percebemos com essa naturalidade. Mas depois quando começou a alongar nós realmente começamos a conversar muito sobre essa coisa dele estar escondido. Por que está? Aquela coisa de ficar olhando de óculos escuros e ficar passando as coisas (brinquedos) por baixo da mesa para interagir com ele [...]. Realmente teve muita conversa e muito comentário em cima da situação em si. [...] Acho que era não uma frustração, mas você não ter aquele momento de aproximação e de uma coisa que não acontecia. Íamos, sempre, cada vez imaginando que: "hoje conseguiremos ter um contato maior, uma proximidade". E esse sentimento de que você não consegue é ruim. Porque não está na sua mão. É engraçado, não depende só de você. Mas você acha que poderia ter feito mais para aquilo acontecer, para aquela cena acontecer.

Saber esperar até este momento, em que a criança pôde se mostrar, foi primordial. A partir desse ponto, a criança estabeleceu com o casal uma relação de confiança, que foi sustentada pela disponibilidade deste em comparecer ao consultório duas vezes por semana. Após a nona sessão conjunta, o casal sugeriu um primeiro passeio, para o qual a condição da criança foi a presença da terapeuta e a certeza de que voltaria ao abrigo. Em virtude das particularidades do caso e para evitar intercorrências no abrigo, que pudessem comprometer a saída da criança,

firmou-se um *setting*¹⁶ específico para a realização dos passeios: a criança, em dia e horário determinados judicialmente, era levada ao consultório da terapeuta e aguardava o casal para a saída. Esse período foi de extrema importância, e a terapeuta contou com o comprometimento da psicóloga do abrigo para a manutenção do cronograma previsto. Contou, ainda, com a concordância do Judiciário a cada nova sugestão para o estágio de aproximação e principalmente com a disponibilidade do casal em se adequar ao cronograma estabelecido.

Nos dois meses seguintes a criança e os requerentes foram atendidos juntos, duas vezes por semana, e o casal uma vez a cada quinzena. Houve também três passeios diurnos, nos quais, por condição da criança, a terapeuta os acompanhou.

Durante o acompanhamento aos passeios, a terapeuta procurava não interferir na dinâmica relacional que se estabelecia entre a criança e o casal. O intuito era, somente, oferecer um suporte emocional para a criança enquanto ela estava em processo de estabelecimento de confiança com os requerentes. A terapeuta assumiu uma posição de mediadora, entre um momento inicial permeado de insegurança e um momento posterior de estabelecimento de confiança. Fazendo uso da linguagem de Winnicott, o *setting*¹⁷ estabelecido propiciou um ambiente de *holding*¹⁸, que pôde atender à necessidade emocional da criança naquele momento.

A cada passeio, e também durante as sessões lúdicas, a criança era preparada para se desvincular da terapeuta. Assim, no quarto passeio, a criança se despediu da terapeuta e foi sozinha com o casal. Com isso, ela sinalizou condições para permanecer a sós com o casal, e a terapeuta não mais a acompanhou aos passeios, mantendo apenas os atendimentos semanais com as partes envolvidas. Iniciou-se, então, o estágio de pernoite e, diante de resposta satisfatória, evidenciada no conteúdo das sessões lúdicas, instituiu-se o estágio de convivência.

¹⁶ Winnicott faz referência ao *holding* como uma espécie de manejo utilizada pelos profissionais para lidar com pessoas que não podem tomar conta de si mesmas. Neste sentido, a terapeuta utilizou esse tipo de manejo para a realização dos passeios, por considerar que a criança sozinha não poderia conduzir a situação.

¹⁷ Considera-se a conduta estabelecida pela terapeuta no ambiente físico e temporal.

¹⁸ Para Winnicott é o *setting* analítico que fornece o ambiente de *holding* necessário ao paciente (Abram, 2000 p. 138).

Num terceiro momento, que teve duração de dois meses, ocorreram dois atendimentos semanais com criança e requerentes juntos, um atendimento quinzenal com o casal, um passeio diurno sem acompanhamento terapêutico e dois passeios durante a noite.

Foi observado que, desde o início da aproximação, o casal atendia às necessidades da criança com paciência e afeto, aspectos importantes para o estabelecimento dos laços afetivos. Compreendiam que isso era necessário, conforme expressaram durante a realização da entrevista:

No começo desse processo houve uma expectativa muito grande. E o que nós percebíamos dele, é que ele não estava muito disponível. Ele tinha muitas recusas. Ele não conseguia uma aproximação com a gente. Então, precisamos ter um pouquinho de paciência [...]. Não dependia só de nós. Não estava só na nossa mão resolver a situação. Tinha mais uma pessoa envolvida. Tivemos que ter paciência e compreender tudo isso, até aprender um pouco mais do jeito dele e do tempo que ele tinha.

A cada nova etapa, a criança apresentava-se mais segura, demonstrando formação de confiança básica em relação ao casal, emergindo daí os primeiros sinais de vínculos afetivos.

Durante todo o processo de aproximação, ficou evidente que os sentimentos de insegurança inicial da criança foram se diluindo e dando espaço a sentimentos de segurança e adequação.

Na quarta etapa, que teve duração de seis meses, houve um estágio de convivência mediante guarda provisória, com dois atendimentos semanais à criança e um atendimento quinzenal ao casal.

No período de guarda provisória, a criança relatava à terapeuta os passeios que realizava e as novas relações interpessoais firmadas, tanto no contexto familiar quanto no comunitário. Isso indicava seus sentimentos em relação à sua nova condição de pertencimento social. Sobre isto, os pais mencionaram ao longo da entrevista:

[...] a primeira vez que ele teve contato com a família, já não estava assim tão distante. Não foi muito difícil ele chegar nos outros, conversar e ficar junto. Então, eu acho que ele já estava preparado para absorver tudo que poderia vir depois. Talvez de outra maneira que ele pensasse. Acho que ele já estava elaborando essa ideia, realmente, de família. Porque fomos ver as outras pessoas. Não era só mais dois, duas pessoas. Tinham outras pessoas envolvidas. Acho que aquilo também deve ter despertado um pouco essa vontade de interagir com as pessoas. Não me lembro de ele ter sido assim refratário. Ele participou tanto de um lado da família quanto do outro, no primeiro contato com ambos. [...] com o passar do tempo as pessoas foram nos falando que ele estava diferente, não só fisicamente, mas, também, de aproximação – brincava com as crianças, filhas dos nossos amigos.

Aos poucos, as lembranças do cotidiano institucional deram espaço à descoberta de atividades diárias do cotidiano familiar e do contexto social mais amplo.

Com o aparecimento deste espaço de novas possibilidades, a representação inicial de família, expressa pela criança no primeiro desenho (Figura 1), pôde ser transformada em uma nova representação. A imagem de família, criada internamente pela criança, foi modificada.

Isto foi observado em uma produção espontânea da criança após cinco meses de convivência familiar (Figura 2). Segundo sua verbalização, ela desenhou os pais, a si mesma e a uma irmã – referindo-se a uma menina que os pais mencionaram desejo de adotar.

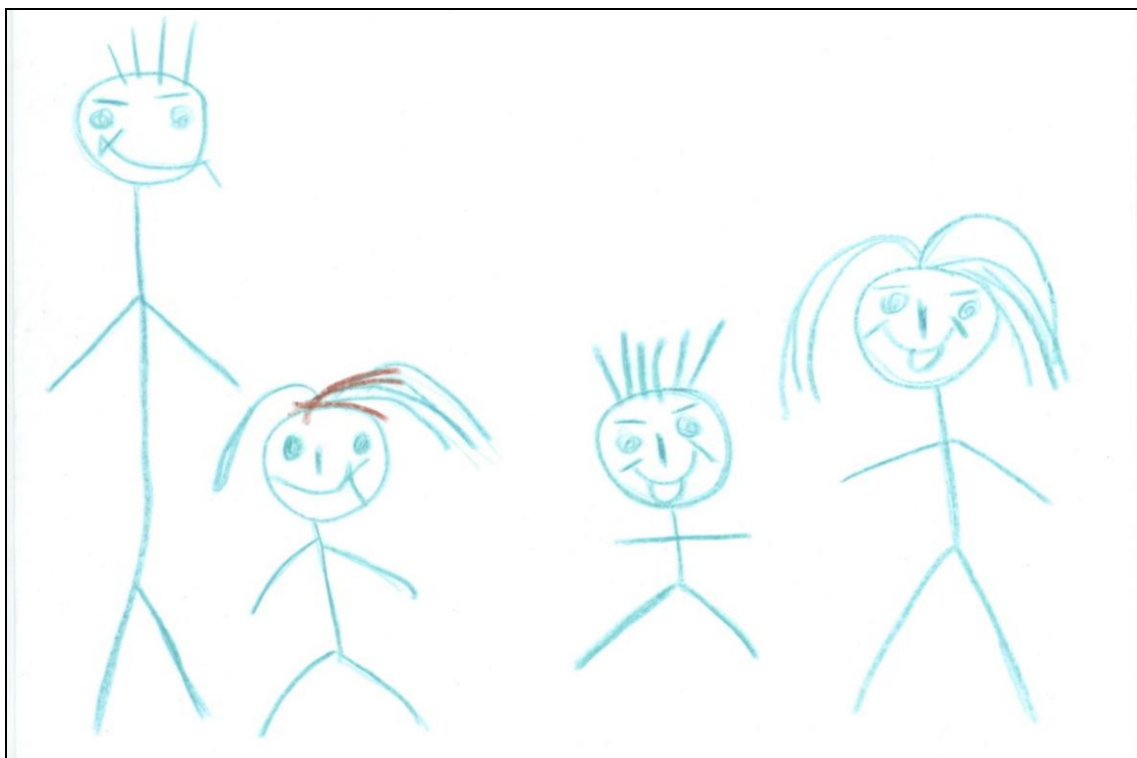


Figura 2 – Desenho representando família, realizado pela criança durante o período de guarda provisória, após 11 meses de acompanhamento psicológico e cinco meses de convivência familiar.¹⁹

Deste ponto até a concretização da adoção, notou-se, durante as sessões terapêuticas, que as escolhas da criança passaram a ser mais diversificadas em relação às atividades realizadas.

O que antes eram escolhas restritas e repetitivas passaram a ser expansivas e diversificadas. No início, a criança optava, na maioria das vezes, por jogos dirigidos e, gradativamente, passou a escolher bonecos, fantoches, animais e, assim, conduzia seu brincar de forma espontânea e criativa, introduzindo as novas pessoas e atividades que compunham seu cotidiano.

Em uma das sessões, que ocorreu após a concretização da adoção, a criança verbalizou: “Antes de vir aqui, eu tinha um medo desse tamanho” – abrindo os dois braços e forçando-os para trás – “e, agora, eu tenho um medo assim pequenininho”

¹⁹ Considera-se o início do período de convivência familiar o primeiro passeio da criança com a família.

– aproximando o dedo indicador do polegar e deixando uma distância quase que imperceptível entre eles.

Após o 14º mês de intervenção, a adoção foi concretizada com a guarda definitiva da criança. As ações efetivadas nesse período estão descritas na Tabela 1 e no Gráfico 1.

Cada uma das etapas mencionadas foi delineada conforme a demanda da criança, respeitando seu tempo de adaptação e sua prontidão emocional para o estabelecimento e fortalecimento vincular.

No caso apresentado os relatórios eram emitidos conforme a criança sinalizava mudanças quanto à prontidão emocional para a reinserção familiar. Portanto, pode-se dizer que a frequência de emissão de relatórios era ditada pela dinâmica emocional da criança e, com isso, possibilitávamos que ela se sentisse participante na reconstrução da sua história de vida. Além destes, também eram realizados relatórios em razão de solicitação oficial da Vara da Infância e da Juventude.

Mediante solicitação, houve participação da psicóloga em audiência no Judiciário, com o intuito de propiciar apoio à criança para que ela se sentisse segura diante da situação nova e formal, na presença do magistrado. A proposta não era interferir em nenhuma decisão, mas apenas oferecer suporte emocional para que a criança sentisse mais segurança. Esta ação não deve ser compreendida como dependência da criança à psicóloga, mas sim como uma possibilidade de compartilhar com ela um momento em que são tomadas decisões importantes que vão mudar sua história de vida. A criança se sente mais confortável para expressar suas ideias quando tem por perto alguém com quem estabeleceu confiança.

Após a determinação legal de guarda definitiva e concretização da adoção, o acompanhamento psicológico continuou por mais dois anos.

Durante este período, a criança era atendida semanalmente. Os pais compareciam uma vez por mês para orientação e, gradativamente, essas orientações foram espaçadas e aconteciam de acordo com a necessidade do caso.

Considera-se que este foi um período importante para a nova estrutura familiar que estava se estabelecendo. E, portanto, o acompanhamento psicoterápico, nesse momento, foi fundamental para dar suporte à nova configuração familiar.

Para elucidar o que representou esse período e todo o processo para a criança, será apresentado um desenho espontâneo realizado por ela, durante o período de desligamento e encerramento do processo terapêutico. A criança intitulou o desenho de: “Jogos de família” (Figura 3).

Esta produção gráfica traz um menino montado em um cavalo. Logo à frente, diante deles, há um labirinto. Na extensão do labirinto estão representadas cinco marcações diferentes, com um ponto em cada uma delas. No final do labirinto aparece um quadro com uma estrela em que se lê: “Minha família”.

Conforme o relato da criança, cada marcação representava um lugar, sendo: 1º o abrigo; 2º o consultório da terapeuta; 3º a casa dos pais; 4º a escola nova, 5º o novo consultório da terapeuta.²⁰

²⁰ Em virtude de mudança de consultório, nos últimos seis meses de intervenção, os atendimentos ocorreram em espaço físico e geográfico diferentes do inicial.

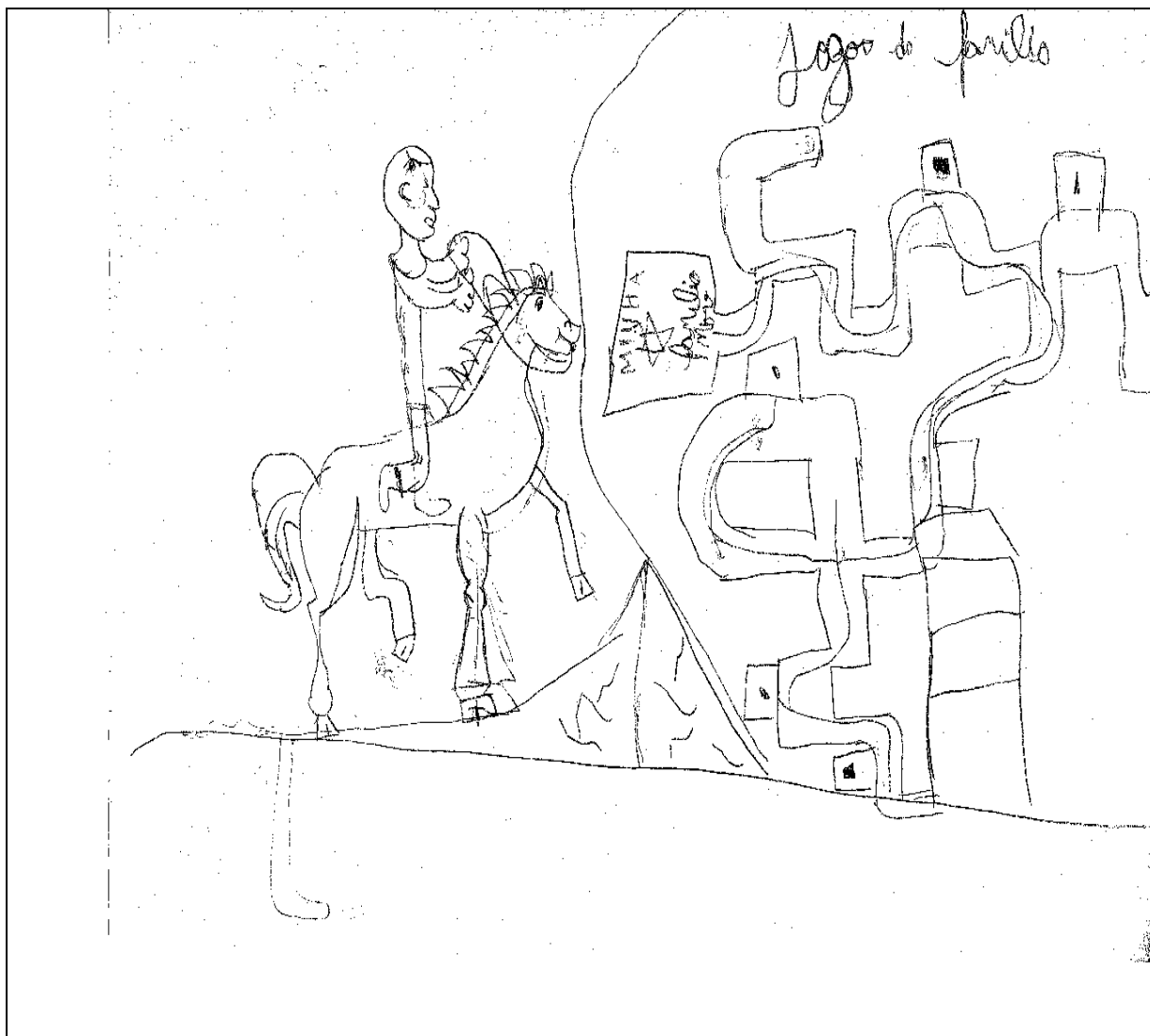


Figura 3 - Desenho espontâneo realizado pela criança, durante o período de desligamento e encerramento do processo terapêutico. A criança intitulou a produção como: “Jogos de família”.

Considerando a riqueza dos detalhes expressos gráfica e verbalmente pela criança, é possível dizer que a representação desta imagem é reveladora das subjetividades que estavam postas durante o processo interventivo.

Para fazer uma analogia, simbolicamente recorreu-se a uma prática esportiva muito antiga: o hipismo.

No hipismo a sintonia e a harmonia entre o par – cavalo e cavaleiro – é fundamental, pois para a execução precisa dos movimentos há um rigor temporal e

espacial que institui um ritual a ser seguido. No adestramento o cavaleiro deve executar uma série de movimentos com seu cavalo num determinado período de tempo. Nos saltos o cavaleiro deve ultrapassar com seu cavalo um determinado número de obstáculos, num espaço, também, determinado. O desempenho é avaliado pelo conjunto cavaleiro/cavalo, pois é o cavaleiro que, ao conduzir seu cavalo, demonstra não só os aspectos físicos – potência, força e velocidade –, mas principalmente, o quanto de sintonia e harmonia estão presentes na dupla esportiva. E isso só é possível quando há o estabelecimento de confiança. A obediência do cavalo dependerá da forma de condução de seu cavaleiro.

Partindo desta perspectiva simbólica, pode-se dizer que a representação do par menino e cavalo remete à ideia do par terapêutico – criança e terapeuta. Pois ambos caminharam juntos pelo labirinto, passando pelos “obstáculos”, que no desenho representavam mudanças significativas para a criança em seu processo de reintegração no contexto familiar. Sozinho, o menino não poderia percorrer o labirinto, assim como um cavaleiro, sozinho, não pode ultrapassar os obstáculos de uma pista de equitação. E para que este percurso seja completado de forma harmoniosa, os movimentos devem ser sincrônicos.

Neste sentido, conforme a descrição dos atendimentos, foi possível notar que ao respeitar o tempo da criança, estabeleceu-se um ritmo em todo o processo. Quando a criança se movimentava em direção a uma nova etapa, a terapeuta se movimentava junto e respeitava seu ritmo até a sinalização de um novo movimento. No início dos atendimentos, a criança se mostrava de forma estática, quase nada tinha movimento – queria ficar onde estava física e emocionalmente.

No entanto, ao perceber que alguém poderia respeitar seu ritmo e esperar seu movimento espontâneo, pôde experimentar o estabelecimento da confiança – que norteou todo o processo interventivo – e estendê-la a sua nova rede de convívio: sua família.

Representar uma estrela e a palavra minha família, no final do labirinto, denotam que sentiu satisfação durante o percurso e, também, que se sentiu recompensado pela concretização do mesmo.

O título atribuído pela criança, “Jogos de família”, indica sensação de ludicidade, que pôde ser experienciado ao longo do processo. A sensação de medo que inicialmente emergiu no cenário terapêutico referente à reintegração no contexto familiar pôde dar lugar à possibilidade do brincar. Como menciona Winnicott (1975, p. 59):

A psicoterapia trata de duas pessoas que brincam juntas. Em consequência, onde o brincar não é possível, o trabalho efetuado pelo terapeuta é dirigido então no sentido de trazer o paciente de um estado em que não é capaz de brincar para um estado em que o é.

Neste sentido, a criança expressou sua compreensão simbólica do processo terapêutico, assim como a sua percepção da terapeuta como mediadora do caminho percorrido no processo de sua reintegração no contexto familiar. Como demonstra a seguinte fala da criança durante a entrevista com a família:

“Se não fosse por isso, eu não estava olhando para eles agora”.

Esta fala, assim como outros aspectos mencionados na explanação do caso, em muitos momentos surpreendeu a terapeuta levando-a a refletir sobre a complexidade das ações que nortearam todo o processo.

O casal, na ocasião da entrevista, ao expressar sua percepção sobre o processo, mencionou a complexidade:

Hoje temos a certeza absoluta de que sem a intervenção não teria acontecido processo nenhum. Teria sido muito difícil! Teria sido muito difícil ou teria levado muito mais tempo. A situação seria muito mais complicada. Não seria a teórica facilidade que foi. Apesar de toda a dificuldade do vai e vem, correu tranquilo. Não foi na hora que quisemos. Mas teve uma fluidez por causa da intervenção. Sem ela seria uma coisa bem mais complicada, com certeza. Porque no caso específico a situação que ele tinha e tudo o mais, seria realmente, difícil. Talvez não tivesse conseguido sair do Lar até hoje, se não tivesse uma intervenção. E mesmo para nós deu uma estrutura para podermos assimilar todo esse processo. Não

imaginávamos que precisava todo esse processo, de tantas etapas e de tantos detalhes para poder atender a tudo o que ele precisava. Tem uma complexidade que não é do nosso conhecimento. Mas que sem isso, talvez, tivéssemos patinado. Ou talvez, sozinhos, tivéssemos até desistido. [...] Acho que o resultado de tudo isso já denota a importância: a estrutura que temos hoje e a família que temos hoje, com o “B” super adaptado, e cada vez mais aberto e se entregando para as coisas. O resultado final já diz tudo – a importância que foi todo esse processo para nós.

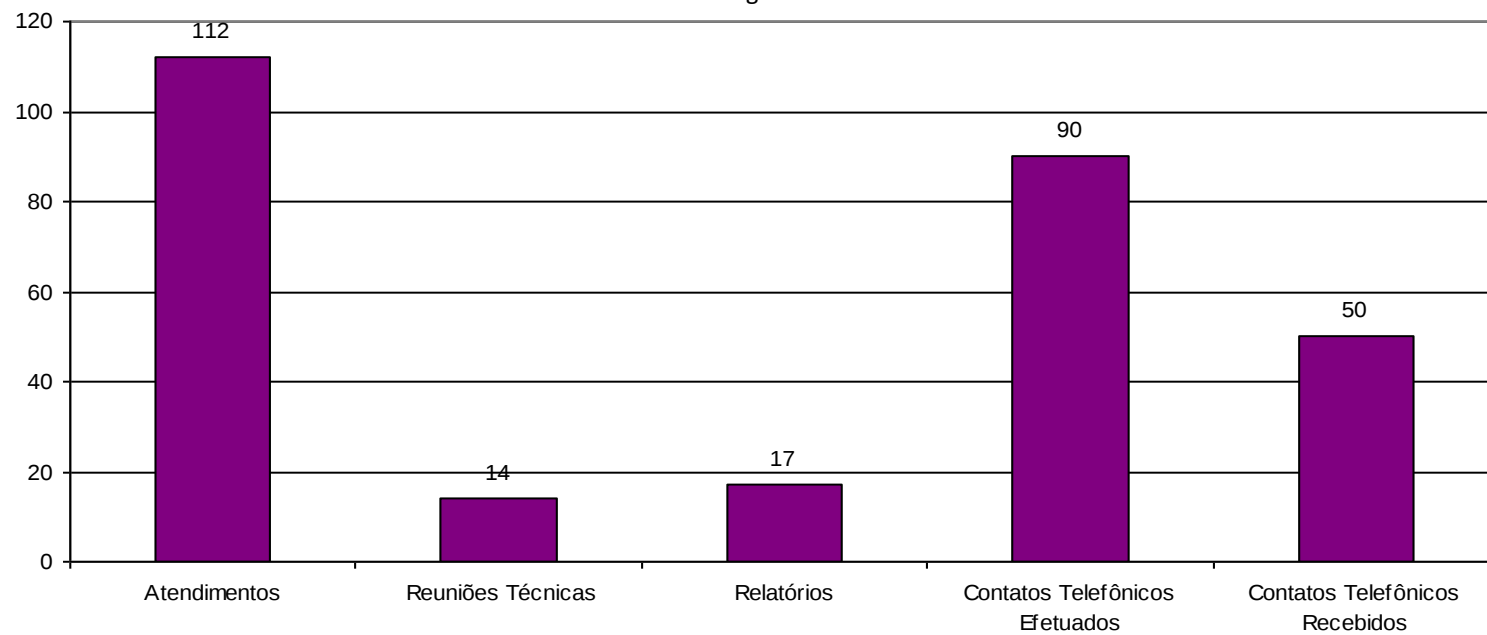
Partindo desta perspectiva, optou-se por demonstrar numericamente estas ações, as quais possibilitaram o andamento e o desdobramento satisfatório do caso, conforme Tabela 1 e Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Ações técnicas realizadas durante a intervenção – período: 2006 a 2007

Caso de reinserção em família substituta

Período total de intervenção: 14 meses

Período de registro: 10 meses*



* Os dados do gráfico referem-se aos últimos dez meses de intervenção. O processo todo teve duração de 14 meses. No entanto, não há registro dos quatro meses iniciais.

**As idades mencionadas referem-se ao período do início dos atendimentos.

b) Caso B

Trata-se de um grupo de cinco irmãos, sendo três meninas e dois meninos: a menina caçula, à época, com dois anos e cinco meses, a outra com oito anos e dois meses e a mais velha, de dez anos e sete meses; os dois meninos, um com três anos e sete meses e outro com cinco anos e sete meses. É oportuno esclarecer que a filha mais velha era fruto de um relacionamento anterior da mãe, mas que foi reconhecida legalmente como filha, desde bebê, pelo pai das outras quatro crianças.

As cinco crianças foram encaminhadas à instituição de acolhimento pelo Conselho Tutelar após denúncia anônima e a constatação de negligência materna. Na ocasião da visita do Conselho Tutelar à residência da família, as crianças estavam sozinhas – o que era comum de acordo com a denúncia feita. A mãe estava no hospital, com a filha caçula, que ainda era bebê e estava doente. O pai tinha outra companheira e não morava na casa. Visitava-os regularmente, mas na ocasião do acolhimento das crianças à instituição, estava viajando a trabalho.

Na época do acolhimento institucional, o programa de acompanhamento psicológico ainda não existia. O acompanhamento desse grupo de irmãos teve início após oito meses de acolhimento, tendo em vista sua reintegração em um contexto familiar.

A assistente social do judiciário entrou em contato com os pais e informou-os sobre o início do acompanhamento psicológico das crianças e sobre a necessidade de que eles conversassem com a terapeuta.

No entanto, em virtude da dificuldade de conciliação de horários, antes de qualquer contato com os pais, a terapeuta teve contato com as crianças. Isso porque havia necessidade de avaliar a existência de vínculo entre as crianças, pois existia a possibilidade de separá-los em grupos menores para facilitar um acolhimento na família extensa.

Este primeiro contato com as crianças ocorreu na instituição de acolhimento. Foi verificada a existência de vínculos entre as mesmas, sendo que a irmã mais velha era a porta-voz do grupo. Os irmãos menores mantinham com ela uma relação

maternal. Afinal, ela é quem sempre cuidara deles na ausência da mãe. Portanto, separá-los poderia causar mais um prejuízo emocional, além daquele provocado pelo afastamento do convívio familiar e comunitário.

Conforme informações colhidas com a assistente social e com a instituição de acolhimento, a terapeuta identificou que no grupo de irmãos eram as duas irmãs mais velhas que apresentavam dificuldades de aceitação da realidade. Essas dificuldades se expressavam em comportamentos inadequados na instituição e na escola.

Considerando este aspecto e associando-o à emergência de resolução do caso, optou-se por priorizar o atendimento individual e conjunto para as duas irmãs mais velhas e, com menor frequência atendeu-se às cinco crianças juntas. Outro fator que contribuiu para tal decisão foi a dificuldade de reunir todas as crianças em um único horário. Quando isso era possível, havia outro inconveniente: a dificuldade de a instituição organizar o espaço adequado, no horário anteriormente estabelecido entre as partes – instituição e terapeuta. Com isso, os atendimentos ficavam prejudicados em quantidade e qualidade.

Mediante tais circunstâncias, os atendimentos foram direcionados para o consultório da terapeuta. E à instituição cabia a responsabilidade de cumprir os horários dos atendimentos, que eram agendados de forma a não comprometer outras atividades das crianças. Durante os atendimentos com as duas meninas trabalhou-se com os sentimentos emergentes em virtude: da separação dos pais, da vivência institucional e da nova configuração familiar que seria estabelecida no momento da saída da instituição de acolhimento.

Com relação à família, conseguiu-se um contato inicial com o pai, intermediado pela instituição, na semana seguinte ao primeiro contato com as crianças. O pai concordou em conversar com a terapeuta na ocasião em que fosse buscar os filhos para passar o final de semana com ele.

Durante o encontro, a terapeuta conversou com o pai e com sua atual companheira -- separada de um outro homem, com quem tivera um filho, atualmente pré-adolescente, que permanecia com ela. Esta mulher sempre o acompanhava

durante a visita às crianças e também disponibilizara sua casa para receber as crianças nos finais de semana. Ao final da conversa ficou estabelecido um novo encontro, que seria no consultório da terapeuta.

Neste primeiro atendimento, como nos demais, foi observado que havia disponibilidade do casal em acolher as cinco crianças. Porém, havia dificuldade no gerenciamento dos conflitos que eclodiam nos finais de semana, quando estavam todos juntos – o casal, os cinco filhos do pai e o filho de sua companheira.

Esses conflitos foram se intensificando e a disponibilidade inicial demonstrada pela companheira do pai foi diminuindo e esta decisão tornou-se inviável.

Desde então, o pai passou a comparecer sozinho nos atendimentos, quando novos aspectos foram trabalhados. Percebeu-se que havia uma inabilidade do pai na forma de tratar os filhos, desencadeada por insegurança no exercício da paternidade.

Associado ao contexto de responder judicialmente, pela condição atual de seus filhos, havia um cenário repleto de situações desconfortáveis como dificuldades financeiras, dificuldades profissionais, descrédito dos familiares e instabilidade na nova relação amorosa. Tal cenário desencadeava sentimentos de incapacidade e impotência, sem perspectivas de uma resolução satisfatória.

Ao longo das sessões terapêuticas com o pai, procurou-se trabalhar no sentido de desvelar suas competências, que pareciam esquecidas e, a partir daí, fortalecer o exercício de sua função paterna. Assim, a ideia da impossibilidade de lidar com os conflitos foi, aos poucos, dando lugar a novas formas que pudessem solucionar as dificuldades.

Este fato ficava evidente, não só nos atendimentos com o pai, mas também com as crianças que verbalizavam novas condutas do pai diante delas. Sentiam que o pai estava mais próximo afetivamente. “K” e “G” diziam: *“ele tá mais legal, dando mais atenção pra gente e conversando mais do que dando bronca”*.

Os atendimentos com as duas irmãs mais velhas continuaram e evidenciou-se a necessidade de trabalhar a questão da separação dos pais e aceitação da atual

companheira do pai. Este tema foi abordado quando da elaboração do caderno de resgate da história – material já mencionado anteriormente.

As crianças pouco falavam sobre a mãe. Diziam que sentiam saudades da irmãzinha que havia ficado com a mãe. Ao considerar tal comportamento das crianças -- e estabelecendo uma relação com o pensamento de Bowlby – foi possível supor que houve falha durante o processo de interação mãe-filho que se estabelece nos primeiros anos de vida, ocasionando, assim, uma fragilidade nos vínculos afetivos entre aquela mãe e suas crianças.

O único encontro efetivado com a mãe ocorreu na instituição de acolhimento, na época em que esta foi visitar os filhos. Mediante as dificuldades que a mãe colocava para conversar com a terapeuta, a assistente social e a terapeuta sugeriram que a conversa acontecesse na instituição, no dia da visita que faria aos filhos. Mediante a concordância da mãe, o encontro foi marcado. Teve-se o cuidado de marcar um horário, deixando uma margem de tempo para a mãe realizar a visita normalmente, apesar de o dirigente da instituição ter alertado que a mãe não dava atenção aos filhos durante as visitas.

Ao chegar à instituição para realizar o atendimento, a terapeuta visualizou a mãe que estava com o braço apoiado na bancada da cozinha conversando com uma funcionária. As crianças estavam distantes, brincando, e em nenhum momento foi observada sua proximidade com os filhos. Tão logo um funcionário da instituição acenou que a sala onde aconteceria o atendimento estava disponível, a terapeuta convidou a mãe para entrar e ambas se dirigiram até a sala.

Durante a conversa com a mãe, notou-se que a mesma apresentava significativas oscilações de humor num curto espaço de tempo. Além disso, não demonstrou preocupação com a situação dos filhos e nem expressou qualquer sentimento que nutrisse pelos mesmos. Queixou-se, apenas, com veemência, da injustiça que fora a denúncia feita ao Conselho Tutelar. Após este contato ficou claro que recorrer à mãe, pelo menos naquela ocasião, como alguém que pudesse atender às necessidades emocionais das crianças, seria dificultoso.

De acordo com a assistente social responsável pelo caso, a mãe anteriormente fora encaminhada para avaliação psicológica e psiquiátrica. Porém se mostrou resistente a tal encaminhamento, recusando-se a aderir-lo. A mesma coisa ocorreu com a proposta da terapeuta em dar continuidade aos atendimentos. Depois de muita insistência, a mãe concordou em marcar um horário, mas não compareceu. Quando foi questionada pela assistente social, ela disse que não iria conversar com a terapeuta. Com essa mesma apatia, também mantinha frequência irregular nas visitas aos filhos.

Tinha-se o pai e, talvez, familiares – maternos e paternos – com os quais era possível contar ao considerar a possibilidade de reintegração das crianças no contexto familiar.

Cabe mencionar a imprescindível parceria estabelecida entre a terapeuta e a assistente social do Judiciário. As duas profissionais se engajaram numa incessante busca de novos saberes que as conduzisse à intervenção mais adequada ao caso. Não só o discutiam, como também trocavam material de estudo e participavam de cursos. Um exemplo foi o Seminário sobre Redes, ministrado no Brasil, pela professora Lia Sanicola, em abril de 2007, no qual ambas estiveram presentes e puderam articular o conteúdo teórico com novas possibilidades de intervenção no caso.

Louvável parceria! Sem ela o trabalho não seria possível. Pois a cada nova situação e a cada novo entrave que surgia, fossem elas referentes à psicodinâmica das crianças ou à dinâmica familiar, havia uma interlocução entre as duas profissionais no sentido de estabelecer a efetivação de novas ações que pudessem abarcar as necessidades emergentes. Os contatos entre a psicóloga e a assistente social ocorriam por telefone ou pessoalmente. Como demonstra a Tabela 2, ocorreram vinte reuniões entre as profissionais mencionadas, além dos contatos telefônicos por elas realizados.

Mediante levantamento feito pela assistente social, chegou-se aos familiares paternos e maternos, incluindo tios, avós e padrinhos das crianças. Com isso, foram feitas algumas tentativas de reintegração das crianças na família extensa, uma vez

que havia pessoas que mantinham vínculos afetivos com as crianças e que poderiam oferecer-lhes um suporte, que viabilizasse a saída das mesmas da instituição de acolhimento. No entanto, todas as tentativas foram infrutíferas, pois a cada definição surgia uma dificuldade que gerava nova indefinição. Ventilou-se a ideia de separar as crianças e distribuí-las entre os familiares. No entanto, cada familiar já tinha uma dinâmica organizada e, num primeiro momento, até concordavam, mas na hora de “bater o martelo” recuavam. Disponibilizavam-se a oferecer ajuda material, mas se diziam impossibilitados de assumir a guarda das crianças.

Diante de tantas instabilidades e da não resolução do problema, aumentava a sensação de impotência do pai. Esse quadro desencadeava nas crianças, principalmente nas duas mais velhas, o sentimento de insegurança, de abandono e privação afetiva. As duas meninas mais velhas, em alguns momentos, apresentavam comportamentos aos quais Winnicott (1956) define como tendência antissocial. O autor considera que a manifestação da tendência antissocial aparece em comportamentos de incontinência diante do ambiente e de uma conduta desordenada – o que acontecia na instituição de acolhimento e no ambiente escolar das duas crianças. Winnicott acrescenta que esse tipo de comportamento ocorre como uma reação à privação emocional que a criança experimenta entre um e dois anos de idade.

Com isso, ficava claro que havia um pedido de socorro. As meninas estavam sinalizando que algo precisava ser feito.

Ao perceber os prejuízos emocionais a que estavam expostos os filhos, e considerando tantas tentativas infrutíferas de tirá-los da instituição, o pai verbalizou, em um dos atendimentos, que a única pessoa a quem de fato confiaria a guarda dos filhos seria sua mãe – avó paterna das crianças.

Esta fala do pai evidencia algumas das considerações propostas por Vitale ao referir-se à presença dos avós no cenário da família na contemporaneidade:

[...] as mudanças dos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva com os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças. (2007, p. 94)

A mesma autora, ao se reportar à mulher-avó, menciona:

[...] a mulher-avó, que muitas vezes trabalha, tem seus desejos e sonhos para essa etapa da vida e, ainda, ajuda no trato com as crianças da família. Essas mulheres procuram conciliar demandas eventualmente contraditórias: os projetos individuais com as reciprocidades familiares. (2007, p. 101).

Partindo dessa perspectiva, fica evidente no caso em estudo, que em virtude da vulnerabilidade a que estava exposta aquela família, a figura da avó foi a que apareceu como relevante e capaz de dar conta dos cuidados dos netos.

No entanto, além de trazer isso à tona, o pai trouxe outro aspecto importante. Disse que essa alternativa não seria justa com sua mãe, pois representaria uma carga muito grande para ela que já tinha uma vida tranquila. Que trabalhava, já havia cuidado dos próprios filhos, e não tinha obrigação de cuidar dos netos.

Neste sentido, percebeu-se um sentimento de culpa do pai por ter de recorrer a sua mãe para tal atribuição – assumir a guarda de cinco crianças. Ele supunha que não seria fácil para a avó, das crianças, conseguir conciliar seu projeto pessoal com esta nova atribuição de âmbito familiar.

Este aspecto foi trabalhado naquela mesma sessão e foi sugerido ao pai que na semana seguinte comparecesse acompanhado de sua mãe. A terapeuta perguntou se isso seria possível e se o pai acreditava que a senhora “MC” aceitaria comparecer ao consultório para conversar. Imediatamente o pai disse que sim e esboçou um sorriso, dizendo: *“Ih, minha mãe... você precisa ver, vai gostar dela”*.

Neste momento notou-se a abertura de um espaço terapêutico – um espaço de possibilidades – que poderia sobrepor-se a tantas impossibilidades vivenciadas pelo pai até então.

Seguem dois pequenos trechos da entrevista realizada com a senhora “MC” que confirmam um novo “olhar” do pai para aquela situação:

[...] ele conversando com você, quando ia lá, chegou um dia e falou: “É... a senhora... eu não queria que a senhora fizesse isso, porque isso vai prejudicar a senhora. Isso vai prejudicar a sua vida.

Continuando seu relato, a senhora “MC” contou sobre uma ocasião em que o filho passou por uma situação bastante difícil. E num determinado dia, enquanto conversava com ela sobre o que havia acontecido, “W” falou sobre as conversas que mantinha com a terapeuta durante os atendimentos. Segundo a senhora “MC”, seu filho disse:

Mãe, quando eu conversava com a “R”, parece que eu... se não fosse ela, eu não tinha aceitado a senhora com esses meninos. Porque eu fiquei tão revoltado quando a senhora falou que iria ficar. E a “R” com aquele jeito dela [...] bacana para conversar. É uma psicóloga muito paciente. Ela escuta a gente, da maneira que a gente fala. Teve ocasião de eu querer desistir, mas ela estava ali... falando, me explicando, conversando comigo, me escutando. Foi muito bom.

Nesta fala do pai fica claro o que representou a ajuda terapêutica que recebeu durante o período de acolhimento institucional dos filhos. Demonstra o quanto pôde fazer uso do espaço terapêutico como um espaço em que era possível descobrir algo por si próprio ao desvelar as subjetividades postas naquele cenário.

Somente a partir da utilização deste espaço é que foi possível para o pai chegar a esta nova possibilidade – disponibilizar a guarda dos filhos à avó paterna.

Diante desta perspectiva, a assistente social foi comunicada, e foi marcada uma reunião com ela logo após o atendimento da senhora “MC”. Isso porque caso fosse uma possibilidade real, seria necessário pensar em ações que viabilizassem a sustentabilidade dessa decisão de forma efetiva.

Entre este último atendimento do pai e o da senhora “MC” ocorreu um atendimento com as crianças e procurou-se identificar qual era o vínculo que tinham com a avó. Foi observado que as crianças mantinham laços afetivos com a avó e a referenciavam como alguém em quem podiam confiar. E isso era primordial para o desenvolvimento emocional saudável das crianças – encontrar no momento da saída da instituição, um ambiente em que o estabelecimento de confiança fosse possível.

Como menciona Winnicott (1999 [1960], p. 103):

É o meio circundante que possibilita a cada criança crescer, e sem adequada confiabilidade ambiental o crescimento pessoal de uma criança não pode acontecer, ou será um crescimento distorcido. [...] quem quer que esteja cuidando de uma criança deve conhecer essa criança e trabalhar na base de uma estimulante relação pessoal com essa criança [...].

Partindo-se desta ideia e relacionando ao que foi identificado no primeiro contato com a avó paterna – na ocasião em que compareceu ao consultório da terapeuta – percebeu-se que a mesma poderia atender às necessidades emocionais das crianças em virtude da relação estreita que mantinha com os netos.

Após este primeiro encontro da avó com a terapeuta, outros contatos se efetivaram. E desde então, não só o pai comparecia aos atendimentos, mas também a senhora “MC”. As sessões ocorriam individualmente e também em conjunto.

Durante os atendimentos, a senhora “MC” dizia de seus anseios e de seus medos no que se referia aos cuidados dos netos. Mencionava que precisaria de muito apoio para dar conta das cinco crianças. Queria ter a certeza de que assim que estivesse com a guarda dos netos, o apoio da assistente social e da psicóloga continuaria. Isso pôde ser identificado em seu depoimento durante a entrevista:

Se não fossem vocês duas... Porque teve momento que eu queria desistir... Eu queria eles, e depois eu falava: “Senhor, será que eu vou dar conta?”.

Esta verbalização expressa o apoio que a avó encontrou na atuação das profissionais que acompanhavam o caso. E, também, o quanto este apoio foi importante para sustentar sua decisão final – acolher os netos.

Para a efetivação desta decisão, várias ações foram realizadas ao mesmo tempo.

Enquanto os atendimentos continuavam normalmente – o das crianças, o do pai e o da avó –, a assistente social tomava as providências para garantir a transferência de escola das crianças quando saíssem da instituição de acolhimento e para verificar quais atividades poderiam realizar no período após o horário escolar. Isso porque a avó trabalhava até as 17 horas, e não havia quem pudesse ficar com as crianças após esse horário.

As três crianças mais novas passariam a frequentar a escola em período integral e as duas mais velhas uma instituição que oferecia atividades diversificadas como artes e música, entre outras.

A assistente social, além de organizar as atividades diárias que as crianças passariam a realizar, também contatou os familiares maternos e paternos com o intuito de incluí-los no processo de reintegração das crianças no contexto familiar.

Além desses contatos efetivados, por telefone ou em visitas domiciliares, aconteceram várias audiências em que a família de origem e a família extensa foram convocadas, ocasião em que todos eram ouvidos, a fim de que o encaminhamento do caso fizesse parte de uma construção coletiva, sob a responsabilidade de todos pelo desfecho final.

Em uma das audiências – em que a avó paterna assumiu a guarda das crianças – a terapeuta esteve presente e abordou a importância do apoio emocional dos familiares ao pai, com a finalidade de que este pudesse exercer sua paternidade de forma satisfatória, mesmo com a avó intitulada guardiã das crianças. Nesta audiência ficou definido quem poderia colaborar, e de que forma o faria. Um dos tios, materno, se dispôs a ajudar financeiramente, arcando com alguns meses do valor do aluguel da casa em que a avó estava pleiteando para se mudar. Outros tios e tias

assumiram a responsabilidade de auxiliar com cestas básicas, materiais de higiene pessoal, a realização de passeios para as crianças e o acompanhamento de visitas da mãe, que só poderia ocorrer mediante monitoramento. Isso porque em uma das últimas visitas que fez aos filhos ela teve "comportamentos inadequados" (*sic*).

A partir desta audiência, o cenário que existia – do afastamento das crianças do contexto familiar – foi desfeito e ergueu-se a cortina para que viessem à tona novos atores e novas cenas que seriam construídas coletivamente.

Relacionando este desfecho do caso com o que propõe Ausloos (1996) ao falar da competência das famílias – como foi mencionado no capítulo anterior – percebeu-se que o pai das crianças só pôde articular uma solução viável que garantisse a saída de seus filhos da instituição, quando sentiu que estava participando efetivamente do processo. Ao ser incluído no programa de intervenção psicológica do qual os filhos participavam, passou a ressignificar seu papel no cuidado com as crianças, exercendo a paternidade de forma mais efetiva e confiante. A culpabilização que lhe foi atribuída pelo Judiciário e pela família o fragilizava e o impedia de identificar suas próprias competências. A cada nova audiência ou diante de qualquer intercorrência que envolvesse seus filhos, na instituição de acolhimento, sentia-se desautorizado na função de pai. Dizia: "Agora eu não decido mais nada dos meus filhos". Após quatro meses em que lhe foi aberto um canal de comunicação para considerar suas ideias e, portanto, reconhecer suas competências, é que se chegou a uma possibilidade real de reintegração dos filhos no contexto familiar.

Assim que as crianças saíram da instituição de acolhimento, os atendimentos realizados com a avó foram intensificados, pois se supunha a necessidade de um suporte efetivo que pudesse amenizar expectativas e ansiedades da guardiã nas atividades da vida diária. Foram propostos atendimentos semanais, dada a dificuldade de a avó encontrar alguém que pudesse, semanalmente, ficar com as crianças. Ficou então definido que as sessões ocorreriam a cada quinzena, ocasião em que eram atendidas a avó e a criança mais velha, que ainda tinha dificuldades de aceitar a nova condição, principalmente pela ausência da mãe – que

praticamente não realizava as visitas. Houve uma época, inclusive, que a mãe se mudou e não comunicou o novo endereço.

O pai também era atendido quinzenal ou mensalmente, dependendo de sua disponibilidade, em virtude de sua atividade laboral – era caminhoneiro.

Nesse período pós-guarda, notou-se que dentro das limitações temporais, principalmente pelo acúmulo de atividades, a avó mobilizava seus esforços para atender às necessidades biopsicossociais das crianças. Isso ficava evidente quando os netos se reportavam a ela com apego e afetividade e lhe atribuíam a função daquela que representa a figura materna.

Também nesse período, foram realizadas duas visitas domiciliares em parceria – a assistente social e a terapeuta – que compareciam juntas à casa em que estavam morando as crianças e sua atual guardiã. As profissionais reuniam-se antes da visita – para definir quais aspectos seriam abordados e depois – para uma avaliação reflexiva do andamento do caso. A realização dessas visitas permitia que as profissionais identificassem como estava a dinâmica relacional familiar e que suportes se faziam necessários para que as dificuldades emergentes do cotidiano fossem amenizadas. Pelo manejo instituído pelas profissionais durante a conversa, aquele encontro se tornava importante, pois a família se sentia vista e cuidada. Isso ficou evidente durante a entrevista realizada com a avó, em que a mesma declarou:

[...] Você e a “RS” (assistente social), também, porque eu pude contar com ela. Foi uma ajuda tão bonita de vocês... Senão eu acho que não teria pegado essas crianças. [...] E a “RS” cansou de vir na minha casa. Umas duas vezes vocês vieram juntas e conversaram. Foi muito bom. Não vieram muitas vezes porque, também, não deu tempo.

Este depoimento reafirma a importância de um trabalho multidisciplinar, realizado em parceria, destinado à família em situação de vulnerabilidade, por possibilitar um olhar de totalidade do caso. Também revela a importância do acompanhamento posterior à desinstitucionalização da criança.

O acompanhamento psicológico realizado pela terapeuta ocorreu por mais seis meses após a efetivação da guarda atribuída à avó. Foi sugerido que a família continuasse recebendo acompanhamento psicológico. Tem-se conhecimento de que somente as duas irmãs mais velhas deram continuidade aos atendimentos na rede pública do município. O pai e a avó não receberam mais qualquer suporte psicológico.

No caso apresentado os relatórios eram emitidos com base em dois contextos: o da dinâmica familiar e o da psicodinâmica das crianças. No primeiro, considerava-se qualquer mudança na dinâmica familiar que sinalizasse sua prontidão emocional para acolher as crianças e reintegrá-las em seu contexto familiar. No segundo, consideravam-se os aspectos psicodinâmicos das crianças que evidenciassem a relação das mesmas com as figuras parentais. Com isso, pode-se dizer que a frequência de emissão de relatórios era ditada pela dinâmica familiar. Além destes, também eram emitidos relatórios por solicitação oficial da Vara da Infância e da Juventude e, eventualmente, da escola de uma das crianças.

Houve a solicitação de relatório da escola na qual estudava a menina mais velha. Além do relatório foi solicitada, pela coordenação, uma reunião com a terapeuta. Esta reunião ocorreu nas dependências da escola, em dia e horário previamente estabelecidos por telefone entre a coordenadora da escola e a psicóloga. Durante a reunião a coordenadora mencionou que o rendimento escolar e o comportamento da criança demonstraram significativas melhoras nos últimos meses. Disse que estava sempre disponível para dialogar com a avó da criança e orientá-la no que fosse necessário sobre a vida escolar da mesma. A coordenadora relatou, ainda, que era comum a criança falar do acompanhamento psicológico que recebia. Inclusive, levou para a escola o “caderno de resgate da história de vida” que construiu durante os atendimentos e fez questão que a coordenadora o examinasse. A verbalização da coordenadora demonstrou o importante papel da escola como apoio, pois o fato de a criança levar o “caderno da sua história de vida” indicava o quanto aquele ambiente – representado pela coordenadora – era confiável e acolhedor para ela. E, também, o fato de orientar a avó sempre que esta

precisasse, indicava um apoio importante e necessário para aquela dinâmica familiar.

Além disso, ficou evidente a importância que teve para a criança o “caderno do resgate da história de vida” elaborado nas sessões terapêuticas.

Quanto à elaboração do material do resgate da história de vida, no caso em questão, foram utilizados desenhos, fotos atuais do grupo de irmãos e a narrativa da história.

Como os atendimentos das duas crianças mais velhas foram em maior número, em comparação com os dos outros irmãos, o caderno do resgate da história de vida foi elaborado apenas com ambas. No entanto, havia fotos das demais crianças e elas foram mencionadas ao longo no corpo do material.

É importante salientar a representatividade que teve o caderno não só para as crianças, mas também para a família. E isso foi expresso na seguinte fala da avó em seu depoimento:

[...] Achei muito bom aquele livrinho. Elas leram, elas levaram para a escola. Inclusive parece que está com o pai delas. Está com o “W”, ele levou e não devolveu. Foi muito bom. Aquilo lá parece um livro mesmo que você escreveu. Aquilo lá é real, o que você escreveu. A história dela, a história da “G”... Aquilo é real. Eu falei “K”: “de vez em quando você lê isso aqui porque é muito bom”. Eu não sei ler muito bem. [...] Quem leu foi o “W”, ele leu aqui. A “L” leu. E eu vi muitas coisas lindas, umas palavras bonitas. Elas leram. Elas mesmas leram. A “K” era mais velha e lia. E eu ali escutava. Foi muito bom, aquele livro foi muito bom. Aquilo lá é uma lição de vida. [...] A “G” e a “K” falaram que iriam guardar. Isso serve de uma lição muito importante para elas. Eu gostei muito.

Ao longo da entrevista a avó contou, também, que a menina mais velha, “K”, sentia falta dos atendimentos. Conforme a verbalização da avó, que se segue, evidencia-se o que representou o processo terapêutico para a criança:

E ela me chamava para ir: “Vó eu queria tanto passar na “R”. Eu queria tanto”! [...] Ela fala até hoje: “Vó, a senhora não

conversa mais com a “R”?” [...] “Ah! eu gosto tanto dela”, ela fala.

Aqui, a criança revela o seu desejo de retomar aquele espaço de expressão da sua singularidade. Expressa, ainda, a falta que faz a preservação de um espaço de escuta para a avó. A criança sabia que durante o período de intervenção psicológica, a avó tinha um suporte e que isto a ajudava dar conta do cuidado com os netos. Pois a avó também desenvolveu, naquele período, uma escuta capaz de abarcar a necessidades emocionais das crianças. E esta sensação de falta de apoio, e de não entender direito os netos, foi manifestada pela avó:

Bom, eu posso falar que eles eram mais obedientes naquela época. [...] Porque eles tinham um comportamento diferente. Parece que estavam naquela esperança de que iriam encontrar de novo com você e que iriam conversar. Eles mudaram muito. Não são mais os mesmos. [...] Nossa, eu tenho me perdido às vezes, sabe. Eu sinto falta de conversar com uma pessoa (Choro). Eu gostava muito de conversar com você. Eu gostava muito, me dava tão bem, me fazia tão bem.

Ao falar da esperança dos netos, a avó trouxe à tona a esperança que era possível nutrir no espaço terapêutico e que a permitia seguir em frente, diante daquele panorama tão complexo. No último atendimento realizado com “K”, ela mesma expressou por meio do desenho, qual o significado do processo terapêutico. (Figura 4).

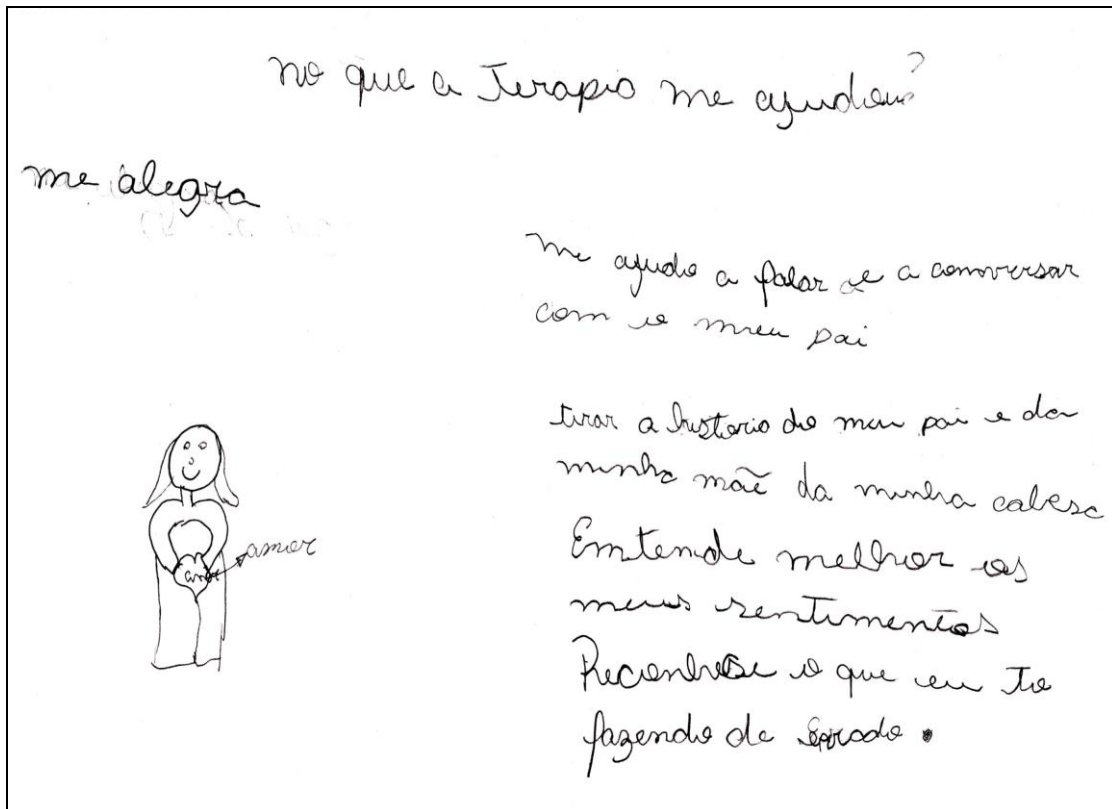


Figura 4 - Desenho realizado pela criança, na última sessão terapêutica.

Transcrição do que a criança escreveu no desenho:

No que a terapia me ajudou?

Me alegro.

Me ajudou a falar e a conversar com o meu pai.

Tirou a história do meu pai e da minha mãe da minha cabeça.

Entender melhor os meus sentimentos.

Reconhecer o que eu estou fazendo de errado.

Tais dizeres revelam por si sós, que criança pôde fazer uso do espaço terapêutico como um lugar de expressão de seus sentimentos e de elaboração de situações com as quais não sabia lidar.

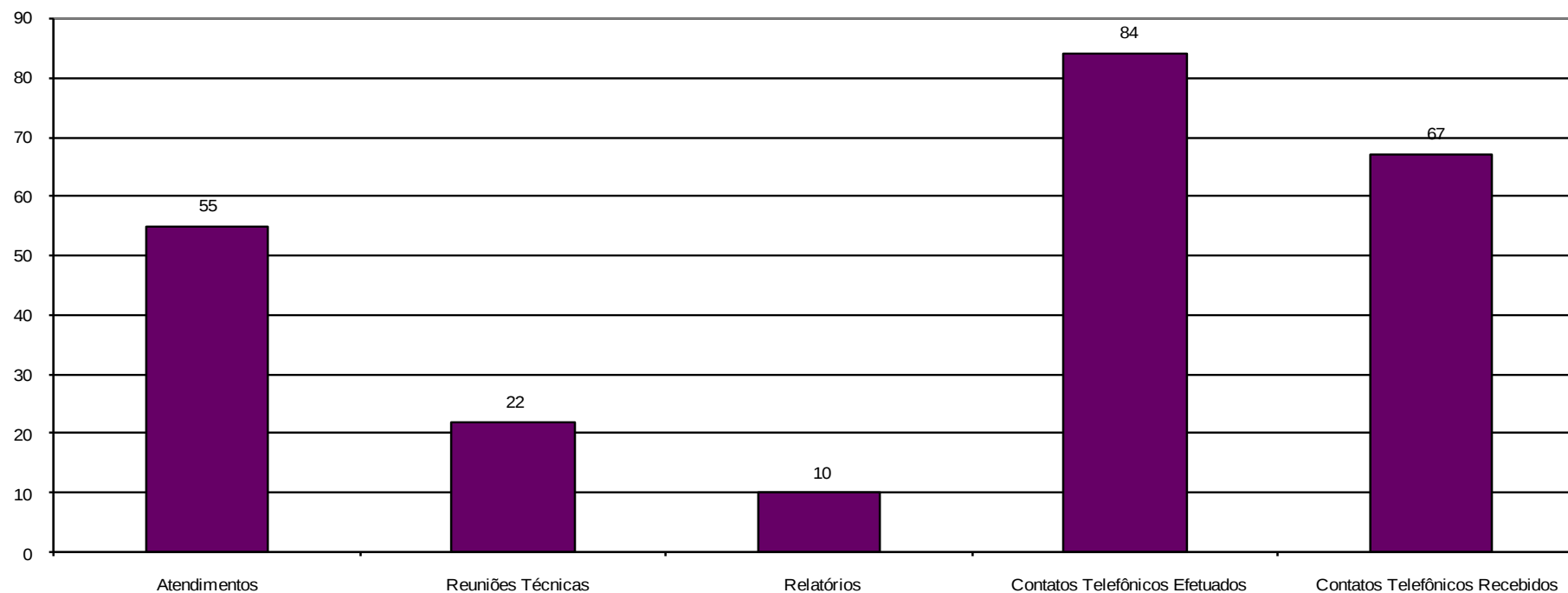
A descrição deste caso denota a complexidade das ações durante o processo de intervenção. Portanto, serão demonstradas, numericamente, as principais ações realizadas, conforme Tabela 2 e Gráfico 2.

TABELA 2 – Ficha de identificação do Caso B e dos dados numéricos da intervenção – período: 2006 a 2007

CASO	IDENTIFICAÇÃO		INTERVENÇÕES		REUNIÕES		RELATÓRIOS	TELEFONEMAS		DESFECHO
B 5 irmãos	K.S.C.		Período de atendimento		Abrigo	2	10	Efetuados	84	Reinserção na família extensa (avó paterna)
	Sexo	Feminino						Recebidos	67	
	Idade	10 anos 7 meses	Durante acolhimento institucional	4 meses	Equipe da Vara da Infância e da Juventude	20				
			Após a saída da instituição de acolhimento	6 meses						
	G.S.C.		Durante acolhimento institucional	4 meses						
	Sexo	Feminino								
	Idade	8 anos 2 meses								
	W.S.C.									
	Sexo	Masculino								
	Idade	5 anos 7 meses								
	W.S.C.									
	Sexo	Masculino								
	Idade	3 anos 7 meses								
	A.B.S.C.									
	Sexo	Feminino								
	Idade	2 anos 5 meses								
	Tempo de acolhimento institucional	12 meses				Nº de Atendimento				
			Individual	11						
			Conjunto	15						
Família requerente			29							
Acompanhamentos terapêuticos			0							

GRÁFICO 2 – Ações técnicas realizadas durante a intervenção – período: 2006 a 2007

Caso de reinserção em família extensa – avó paterna
Período de intervenção: 4 meses durante acolhimento institucional
6 meses após a saída da instituição da instituição de acolhimento.
Período de institucionalização: 12 meses



5.2 A análise do processo e de seus resultados

O processo interventivo foi delineado de acordo com a dinâmica de cada caso. Cada ação era realizada em conformidade com as necessidades emergentes. A intervenção foi construída coletivamente, com a participação dos sujeitos. Eram eles que sabiam de suas necessidades e cabia à terapeuta identificá-las, desvelando as subjetividades que estavam postas e, a partir daí, pensando em ações que pudessem contemplar tais necessidades.

Muitas reflexões eram feitas em momentos que emergiam novas questões, na maioria das vezes, sutis, mas merecedoras de total atenção. E nesta sutileza do cotidiano é que se configurou a complexidade de todo o processo, que só pôde ser identificada com o registro das ações que o contemplaram. Portanto, sua análise será iniciada recorrendo à representação gráfica desses registros.

Os dados da tabela, especificamente no **Caso A** – reintegração em família substituta – percebeu-se que o maior número de atendimentos foi destinado à criança, por sua dificuldade em se vincular às pessoas fora da instituição. Isso indicou que quanto maior for o tempo de acolhimento institucional, maior será o número de ações em prol da reintegração da criança no contexto familiar.

Retomando a fala dos profissionais que acompanharam a intervenção deste caso desde o início, notou-se que a condição da criança era preocupante, porém não se chegava a um denominador comum de como conduzir o caso satisfatoriamente. Evidenciou-se que faltava uma proposta de trabalho integrado em que o foco fosse atender às necessidades emocionais da criança.

Somente após a intervenção é que a criança pode superar a dificuldade de estabelecimento de vínculo e, ainda, desenvolver uma perspectiva de vida futura, na qual fazia parte sua reintegração em família substituta. Isto ficou claro nos depoimentos dos profissionais que acompanharam o caso.

Referindo-se a este caso, a psicóloga do abrigo ressaltou:

[...] era uma criança muito resistente e que tinha uma dificuldade danada de se vincular com as pessoas. Inclusive quando ele dormia tinha certo balanceio de cabeça e era bastante inseguro. Ele tinha uma aversão ao contato. Era um menino muito difícil. Eu me lembro que ele não queria, inicialmente, ir aos atendimentos com você. Ele não queria ser adotado.

Tomando por base este trecho da entrevista com a psicóloga e relacionando-o com o depoimento do motorista da instituição, que levava a criança aos atendimentos, percebeu-se a importante atuação do mesmo, como mediador, para a efetivação do processo. Seu manejo com a criança foi adequado o suficiente para que ela conseguisse ir ao consultório da terapeuta. Foi o que demonstrou o seguinte fragmento da entrevista:

Porque a primeira vez que a criança vai num lugar ela se sente perdida. Depois que foi uma vez, duas, já foi se acostumando e foi passando a ter mais conhecimento contigo. Aí ele mesmo falava: “vamos lá na tia “R” hoje”. Mas antes tiveram momentos em que, eu me lembro, ele chorava antes de entrar. Quando ele começava a chorar eu lhe dizia: “B”, a tia “R” vai conversar com você. Então eu o aconselhava a ir fazer o tratamento porque precisava. [...] Na terceira vez, mais ou menos, ele já foi sossegado, sem trabalho nenhum. Teve época depois que eu não precisava nem chamá-lo para ir. Ele vinha e dizia: “nós não vamos hoje”? Às vezes não era nem dia dele ser atendido e ele me chamava para levá-lo. Depois ele acostumou e nunca mais deu trabalho para ir.

O motorista atuou como um elo que possibilitou a transitoriedade da criança entre os dois espaços, não só físicos, mas relacionais. E isso foi crucial para que o caso evoluísse satisfatoriamente.

Ao longo do processo interventivo, a percepção inicial que a psicóloga da instituição de acolhimento tinha da criança foi modificada. Como mostra o seguinte trecho de seu depoimento:

[...] Ele começou a ver a possibilidade de ter uma família e de que ter uma família era algo bom. Que não necessariamente, seria aquela família que o abandonou, uma família extremamente agressiva e inadequada. Eu acho que ele começou a ver a possibilidade de um carinho, de um aconchego e de ser percebido. Acho que ficou claro isso quando ele mencionou seu nome. Ficou claro a partir desse momento, o vínculo. E de mencionar também: “Eu tenho um pai e uma mãe”. Então, com certeza, ele melhorou dentro da instituição. Ele começou a trazer isso para as outras crianças – essa possibilidade de redenção da sua própria história.

Outro profissional que ao ser ouvido trouxe sua percepção sobre esta criança foi o promotor de justiça que acompanhou o caso. Relatou sobre o contato que tinha com a criança:

Eu tinha contato com ele por meio dos relatórios técnicos. Mas também íamos visitar o abrigo. E no abrigo ele se escondia. [...] O “B” era acanhado, distante, enfim, não dava para acessá-lo. [...] tudo era muito complicado: falar com ele, acessá-lo mesmo. Não tinha como ele responder e isso dificultava até o nosso trabalho interno, de colocação em família substituta. Depois do trabalho que você fez ele acabou se soltando. O casal se adaptou. Achei legal o trabalho com o casal também. Com o “B” e com o casal e com os dois. Todo mundo junto para fortalecer. Justamente o trabalho que você fez é o trabalho que a lei nova da adoção está exigindo. [...] Na verdade o trabalho que foi feito garantiu a inserção em família substituta. [...] ficou bem claro, o quanto ele se transformou. Ele ficou solto, à vontade, brincava com a gente. No começo ele não olhava pra gente. Imagino que o processo terapêutico com ele, também, não tenha sido muito fácil.

A assistente social do judiciário que acompanhava o caso e que conhecia a criança desde que ela chegara à instituição de acolhimento expressou sua percepção sobre ela e sobre a importância da intervenção realizada. Ao longo da entrevista, verbalizou:

Ele tinha um histórico de abandono familiar e depois de institucionalização e de transferência de abrigo. Uma criança

que, no meu modo de entender, passou por várias mudanças. E dentro dessas mudanças, muitas perdas. Uma criança tímida, quieta, não se comunicava. [...] E por todas as condições que essa criança apresentava, o seu trabalho foi fundamental [...] para que o caso tivesse o sucesso que teve.

Considerando-se todos esses depoimentos, concluiu-se que as ações realizadas durante a intervenção proposta puderam contemplar o caso em sua totalidade. As dificuldades emocionais da criança, que a impediam de vislumbrar a saída da instituição de acolhimento, foram superadas. Notou-se que, à medida que a criança se apropriava de sua história de vida, pôde integrar suas vivências que estavam fragmentadas e estabelecer um contato com o mundo externo de forma ampla e saudável.

Ressignificar sua história de vida, por meio da metodologia utilizada, favoreceu a sensação de pertencimento social que anteriormente estava prejudicada. Somente a partir deste novo panorama é que pôde se apropriar do direito que legalmente lhe fora concedido – o de conviver no contexto familiar e comunitário.

No que tange ao **Caso B** – reintegração em família extensa – notou-se que o trabalho foi mais intenso com a família do que com as crianças, pois a mesma apresentava uma dinâmica bastante conturbada.

A família precisava de um suporte efetivo. Precisava ser cuidada para perceber sua responsabilidade no processo, sem se culpabilizar, mas com otimização de suas competências no cuidado parental. E isto foi possível mediante uma escuta profissional que respeitou suas raízes sociais e culturais.

As crianças precisavam de um espaço terapêutico para expressar seus sentimentos e emoções. Contudo, esta intervenção não seria suficiente para garantir-lhes a reintegração no contexto familiar.

Foi preciso estabelecer uma proposta de atendimento que pudesse contemplar as necessidades emocionais das crianças, mas principalmente as necessidades emocionais da família. Com o desenrolar do caso, evidenciou-se que

sem esses dois eixos de atendimento o acolhimento das crianças pela família extensa não seria possível.

Eram tantos aspectos a serem considerados que um pequeno descuido agravava a situação. Os dados numéricos apontam, os contatos telefônicos foram praticamente três vezes mais do que o número de atendimentos. Isso porque existiam tantas informações que mudavam num curto espaço de tempo, que os atendimentos ou reuniões entre as profissionais não dariam conta de absorver. É importante esclarecer que os números não englobam as ações realizadas isoladamente pela assistente social nos contatos que ela estabeleceu com os familiares. Não se tem esse registro. Mas é possível supor que tenham sido tão intensos, ou mais, do que aqueles registrados pela terapeuta.

Ao referenciar este caso, o promotor de justiça falou sobre a importância do suporte psicológico naquele contexto familiar. No decorrer do depoimento, declarou:

E outro caso é do “W” e da “V”. Eu acho que era esse o nome dela. Eu me lembro que era uma família grande, eram vários irmãos e foram para a avó no fim. Para avó paterna. Foi um trabalho legal, porque o trabalho terapêutico facilitou. Lá houve um grande arranjo familiar. Tinha que trabalhar todo mundo. Um trabalho que envolvia muita gente. Porque a avó ficou com a guarda, mas um deu dinheiro, a tia participou da escola, tinham as visitas do pai, e a mãe era muito problemática. Então, tiveram vários aspectos da intervenção que tinham que ser cuidados, porque eram multifacetados. Então, também, teve esse processo de melhora acentuada porque eram cinco crianças. Eu lembro até do rostinho deles agora. Tinha uma menina que não era filha dele, era filha só dela e os outros irmãos que eram filho do casal mesmo. Tinha irmãos em Santo André. Tinha um tio mais velho que tinha dinheiro. Tinha um arranjo familiar que precisava de um suporte - além do arranjo social - que é o suporte que você fez - o psicológico.

Estas palavras reafirmam a complexidade do caso e a necessidade que a família demonstrava de ser cuidada e reorganizada. Aspectos que, de fato, foram trabalhados pelas profissionais que acompanharam o caso.

Nesta dissertação foram abordados dois casos distintos. No entanto, há aspectos que são recorrentes em ambos.

Mesmo com psicodinâmicas diferentes, as duas famílias compartilharam de um sentimento comum durante o processo – impotência. Não se viam, imediatamente, com poder suficiente para modificar a situação.

Contudo, segundo as duas famílias, poder contar com o suporte emocional foi fundamental para não terem desistido. Já que, em proporções e em momentos diferentes, a desistência foi algo que pairou como uma possibilidade.

Nos dois casos estudados houve maior número de reuniões com o Judiciário, e menor número com as instituições de acolhimento.

O panorama das instituições não era muito favorável para este tipo de interlocução. Havia rotatividade de profissionais e tempo restrito dos mesmos para dar conta das atividades do cotidiano institucional. Além disso, havia resistência ao tipo de intervenção proposto. De acordo com o relato do promotor de justiça durante a entrevista:

A questão do abrigo, de criar certa resistência ao seu trabalho, no início, demonstra que estava sendo transformador [...]. Bom, no abrigo isso é patente. Porque os abrigos que não tem qualificação adequada. Eles querem manter a criança lá, porque entendem que – até de uma forma não intencional e ingênua – eles estão cuidando das crianças e vão cuidar para sempre. Uma visão de que estão fazendo o bem para a criança e que o melhor é ficar lá e não em casa. Outros recebem pró-labore para as crianças: se você perde as crianças, você perde o trabalho. É uma guerra de mercado perversa. Seria mais ou menos isso. Há uma resistência natural por conta dessa questão. Fora a questão, também, de achar que o trabalho externo é uma intervenção no abrigo. Que o abrigo é dele, que a política interna é dele – do dirigente do abrigo – e que lá é a casa dele e lá ele faz o que quer. Qualquer intervenção de fora esbarra na sua autoridade. É uma questão de disputa, de espaço e de autoridade.

Com relação ao judiciário, nestes dois casos específicos, a interlocução transcorreu satisfatoriamente. No entanto, em outros casos atendidos, não apresentados neste trabalho, a resistência dos profissionais se fez presente. O que foi mencionado na seguinte fala do promotor de justiça:

O judiciário é conservador e não tem intervenção de fora. Assistente social também tem uma questão de lidar com autoridade – é complicado. Cada um quer do seu jeito e, por entender que está fazendo o melhor possível, às vezes, não tem a clareza de que o trabalho de fora pode ser complementar. A resistência pode surgir no próprio judiciário, também. E outro ponto é que dá trabalho. Quanto mais complexa se coloca uma questão, quanto mais se deixa ela complexa, mais trabalho para todo mundo. E mais trabalho, alguns querem, outros não querem. [...] Casos complexos, intervenção complexa.

Ao final desta fala, concordou que o tipo de intervenção proposto demandou mais trabalho ao setor técnico se comparado à forma de atuação das profissionais. Complementou dizendo:

Sem dúvida, ficou mais complexo. Quanto mais complexo, mais tem que se dedicar aos casos. Isso vai gerar mobilização e mexer com o 'status quo'. É difícil. As pessoas não querem essa modificação. Isso aí é do ser humano, em qualquer área.

Outro aspecto importante refere-se ao tipo de relatório que era elaborado pela terapeuta. Não eram relatórios de diagnóstico psicológico, nem meramente descritivos. Eram, por natureza, propositivos. Pois um relatório diagnóstico poderia ser interpretado erroneamente. Assim como um relatório descritivo serviria como mera informação.

Neste sentido, foi dito pelo promotor de justiça, que teve acesso a todos os relatórios encaminhados:

Não me lembro de nenhuma intervenção como a que era feita no teu trabalho: de sugestão e de proposta. Nunca teve, em nenhum caso, não que eu me recorde, de uma intervenção propositiva de um profissional da tua área. Eram simplesmente relatórios de acompanhamento e de diagnóstico, ponto. Não era um trabalho focado nessa área como tem que ser - mesmo a rede pública. A rede pública não se exime dessa responsabilidade.

Seria improdutivo observar a evolução dos casos durante o processo de intervenção se ao emitir seus pareceres nos relatórios, a terapeuta não mencionasse sugestões que viabilizassem a reintegração das crianças ao contexto familiar. Toda e qualquer sugestão encaminhada ao Judiciário era baseada na prontidão emocional dos sujeitos. Assim como era do conhecimento dos mesmos.

Referenciar os aspectos que nortearam a metodologia da intervenção, e relacioná-los com os depoimentos tomados, possibilitou pensar em sua importância não só para os sujeitos que foram atendidos, mas, também, como subsídio para as ações de profissionais da instituição de acolhimento e do Judiciário.

Conforme declarou a assistente social, coordenadora do setor técnico, na época da intervenção:

Quando você surgiu com o projeto e o desenvolveu, tanto para mim como para todas as crianças surgiu uma luz. Acreditei, porque era uma dedicação exclusiva. Quando surgiu o seu trabalho, eu o vi como uma luz para o atendimento de nossas necessidades. [...] A rede de atendimento na área da psicologia era deficitária. Conseguíamos encaminhar um ou outro caso. A rede absorvia alguns casos, mas não havia atendimento para todos. Havia, no caso das crianças abrigadas, uma dificuldade de sintonia da equipe técnica do abrigo com a equipe existente na rede. Não havia uma sintonia de objetivos, de empenho e de comprometimento para com aquelas crianças. [...] Durante a execução houve uma contribuição para o desenvolvimento e viabilização técnica. Nós, técnicas assistentes sociais, vimos de perto como se trabalhava com aquelas crianças e com as famílias.

O instrumental elaborado, que contemplou a história de vida das crianças atendidas, além de possibilitar às mesmas ressignificar suas trajetórias de vida integrando vivências fragmentadas, trouxe para o Judiciário uma perspectiva de disseminação da proposta de trabalho. Na condição de alguém que apreciou o material, o promotor de justiça concluiu:

O material eu achei ótimo. Realmente excelente. Claro que é uma visão de promotor, e não de um profissional da tua área. É um resgate maravilhoso da história deles. E também tem fundamento no Plano de Convivência Familiar e Comunitária: de conhecer a história deles, de estruturar com fotos, com tudo. Todas as atividades que você propôs ali. A questão jurídica que também é importantíssima. Mas o mais legal que eu acho é que está fundamentado no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária na questão do abrigamento e do acolhimento institucional. Eu acho que a aplicação dele poderia ser padronizada. É claro que poderia ser mais do que um atendimento individualizado. Poderia ser um resgate da história como um direito de qualquer um abrigado. Se puder ser aplicado às crianças de abrigo, no geral, como um método de trabalho, será excelente.

Os depoimentos descritos demonstraram que a intervenção proposta foi exitosa, pois além de contribuir para a reintegração no contexto familiar das crianças atendidas, contribuiu para a construção de novos saberes na prática profissional cotidiana daqueles que acompanharam a aplicação da metodologia desenvolvida. Notou-se, ainda, uma expectativa de disseminação desta proposta como um direito de toda criança que está em condição de acolhimento institucional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Há aqueles que lutam um dia,
e por isso são muito bons.
Há aqueles que lutam muitos dias,
e por isso são muito bons.
Há aqueles que lutam anos,
e são melhores ainda,
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses
são os imprescindíveis.,*

Bertold Brecht

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a instauração do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária e a nova Lei da Adoção são marcos importantes para mudanças operacionais das instituições que acolhem crianças e adolescentes. Todavia, estas normativas legais e políticas, por si só, não garantem a quebra das conservas culturais presentes na prática da institucionalização de crianças e adolescentes.

É preciso considerar que a história da institucionalização de crianças no Brasil é uma prática antiga marcada por desigualdades sociais e econômicas que afetam as famílias mais pobres. Estas famílias ficam expostas a uma política assistencialista que propõe a institucionalização da criança como forma de contenção e controle social. Neste sentido, a criança passa a ser depositária das desigualdades que, num primeiro momento, já era vivenciada por sua família.

Ao observar o contexto familiar das crianças em acolhimento institucional, no espaço no qual se deu esta pesquisa, notou-se que existiam dificuldades e conflitos de várias ordens, mas que a situação de pobreza era um retrato comum. Além disso, faltavam a essas famílias recursos internos e materiais para lidar com a situação. Essa falta de recursos, muitas vezes, foi entendida pela sociedade como negligência ou falta de competência e transformada em culpabilização da família, retirando dela a possibilidade de se responsabilizar e tornar-se capaz de administrar seus conflitos. A responsabilidade pela administração dessas dificuldades e conflitos era transferida para as instituições de acolhimento.

Ao longo dos anos, estas instituições receberam denominações diferentes em virtude de conjunturas sociopolíticas que traziam a perspectiva de reestruturação de seus projetos políticos e pedagógicos. Porém, ao se deparar hoje com a situação da institucionalização de crianças e de adolescentes, seja em abrigos, casas-lares, aldeias SOS, ou outras, nota-se que pouco se faz para garantir a expressão da singularidade desses sujeitos. A instauração e manutenção de práticas efetivas que garantam direitos e respeitem a singularidade da criança parecem inexistentes na nossa realidade.

A criança ao ser institucionalizada perde a possibilidade de expressar sua singularidade num ambiente de pertencimento. Como menciona Clarice Lispector, pertencer é uma “fome humana” que acompanha o indivíduo pela vida afora.

As crianças em situação de acolhimento institucional, além de estarem afastadas de seu ambiente de pertencimento, têm como protagonistas das decisões -- sobre o seu cotidiano, sobre o seu futuro, e sobre o registro de suas histórias de vida -- os operadores do direito e as instituições de acolhimento. Estando sob a tutela da justiça, essas deliberações são tomadas na maioria das vezes sem consulta às crianças, a profissionais que as acompanham ou a pessoas que fazem parte de seu convívio (como por exemplo, a família extensa, padrinhos, vizinhos). Também, os registros encontrados nos prontuários institucionais e nos autos da criança apontam para uma perspectiva de adulto, a qual não contempla sua subjetividade.

O acolhimento institucional, assim como as transferências ocorrem, muitas vezes, de forma abrupta, expondo a criança a novos cenários e, ao mesmo tempo, promovendo rupturas de vínculos afetivos. A criança fica exposta a várias pessoas, porém sem condições reais de formar vínculos afetivos. As conjunturas cultural, social e política são desconsideradas. Existe uma desconsideração também da história de vida da criança e uma valorização da institucionalização como solução de fenômenos sociais e políticos.

Para evitar a repetição desta forma de lidar com as crianças, durante a intervenção realizada -- objeto deste estudo -- o eixo norteador da ação foi a

conjuntura cultural das crianças e das famílias e o tempo que precisavam para a resolução de seus conflitos, e não o tempo e os valores determinados pelo viés adulto das instituições envolvidas no caso.

Neste sentido, acredita-se que a atuação profissional crítica é extremamente importante, pois é por meio deste tipo de atuação que as trajetórias de vida dos sujeitos serão delineadas de acordo com o princípio previsto na Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do “maior interesse da criança”.

Considerando a atuação do psicólogo, defende-se a ideia de que este profissional deva se colocar na posição de mediador na interlocução da criança com o mundo (instituição de acolhimento, Judiciário e família). Não se deve colocar na posição de abstenção de opinião e nem na de detentor de um saber que define trajetórias de vidas, de acordo com valores por ele internalizados.

Por meio da construção efetiva da proposta metodológica foi possível tecer um novo paradigma para a psicologia clínica²¹ ao estabelecer uma relação estreita com a instituição de acolhimento e com o Judiciário. Isso implicou um esforço mútuo para instituir um *setting* intermediário capaz de abarcar necessidades tão antagônicas, não previstas nem na psicologia, nem nas instituições envolvidas – Judiciário e instituição de acolhimento. Se, de um lado, existia uma cultura de ofícios, cumprimento de prazos e medidas legais, de outro, estavam presentes a subjetividade e o tempo do sujeito.

Por meio dessa metodologia, que se construiu na prática profissional cotidiana, foi possível colocar a profissão a serviço de uma causa e trazer a perspectiva de como a psicologia, atrelada a outras áreas do conhecimento, pode contribuir efetivamente para o equacionamento de questões que têm raízes de

²¹ A formação do psicólogo ainda traz uma visão estereotipada da área clínica, como se fosse possível entender a psicodinâmica do sujeito sem considerar o contexto social no qual está inserido. É importante que o psicólogo clínico, ao trabalhar com situações de alta complexidade, tenha uma leitura sócio-histórica daquilo que se apresenta como realidade do sujeito. Esta perspectiva de atuação vai ao encontro do que preconiza a política nacional de assistência social.

âmbito social. Os saberes construídos a partir desta prática interventiva puderam ser transformados em conhecimentos que trouxeram uma perspectiva de mudança social.

O trabalho desenvolvido trouxe contribuições não só para o universo acadêmico, mas também para a construção de ações no sentido de garantir a efetivação de um direito estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste sentido, possibilitou uma conectividade entre a produção acadêmica e o contexto sociopolítico.

Ao analisar o contexto no qual a intervenção foi desenvolvida, evidenciou-se que, naquele momento, no município de São Caetano do Sul, havia um desejo, do Poder Judiciário, de transformação da realidade das crianças que estavam em situação de acolhimento institucional. Havia uma mobilização dos operadores do direito no sentido de fazer valer o que estava previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Isto porque não havia um cumprimento efetivo das determinações legais por parte das instituições de acolhimento e nem por parte da rede de equipamentos públicos.

Notou-se que naquele contexto, apesar de toda a mobilização do Judiciário, existiam conservas culturais, no que se refere à institucionalização de crianças, as quais precisavam ser quebradas. No município existiam três instituições de acolhimento, cada uma com suas particularidades. Mas alguns aspectos eram recorrentes em todas elas. Acreditavam que ofereciam às crianças melhores condições do que a família de origem. Temiam que a instituição fosse fechada por dois motivos: pelo não cumprimento na íntegra das determinações legais ou pelo número reduzido de crianças que estavam acolhidas em cada uma delas.

Portanto, supunha-se que qualquer trabalho que fosse transformador desencadearia resistências – como de fato ocorreu.

As instituições de acolhimento consentiram e viabilizaram que as crianças fossem aos atendimentos, por ser uma intervenção que estava atrelada ao Poder Judiciário e, também, pelo fato de os encaminhamentos ocorrerem por intermédio da

Vara da Infância e da Juventude. Essa observação pode ser feita pelo fato de a terapeuta ter sido questionada pelas instituições de acolhimento sobre a necessidade de continuidade dos atendimentos psicológicos. Além disso, as mesmas expressaram claramente, em alguns casos, sua opinião desfavorável à saída da criança da instituição.

Mesmo diante desta postura institucional, foi possível encontrar pessoas na própria instituição que não compartilhavam desta postura e que se tornaram parceiras ao longo do processo. Estabelecer um diálogo com estas pessoas foi importante, pois além de garantir a realização do trabalho fez com que a terapeuta saísse de um lugar preestabelecido do cenário clínico e firmasse parcerias com outros atores sociais importantes para compreender o contexto no qual a criança estava inserida.

A forma como o trabalho se estruturou demonstra que foi possível estabelecer uma rede de significações²² entre os profissionais que acompanhavam o caso e os sujeitos atendidos. Por meio dessa interação de pessoas foram definidos os possíveis papéis e lugares a serem ocupados, não de forma estática, mas com uma flexibilidade que permitiu a transitoriedade dos profissionais em diferentes contextos a que estavam ligadas as crianças e as famílias.

No caso específico da terapeuta, essa transitoriedade e mobilidade traziam a possibilidade da não limitação da ação aos modelos de atuação profissional previamente instituída – o que foi, naquela ocasião, compreendido como uma forma de transgressão.

Ao tratar do tema da transgressão, Azevedo (2006, p. 219), pondera que, não se limitar aos modelos preestabelecidos e buscar a mudança da norma, justificada por parte de quem a pratica, pode ser considerada uma autêntica denúncia de desigualdades sociais e busca de mudanças necessárias nas normas existentes. Dentro desta perspectiva, do ponto de vista ético e político, a transgressão pode ser

²² Partindo do que menciona Rossetti-Ferreira (2004), rede de significações pode ser entendida como múltiplas interações estabelecidas pelas pessoas, durante todo o ciclo vital, em contextos social e culturalmente organizados.

entendida como uma recusa do instituído, conforme menciona a autora no seguinte trecho:

A transgressão, portanto, decorre da positividade da ação, que não contenta em dizer não ao que é, mas sim ao que pode ser. Sob este prisma, a experiência da transgressão estimula uma nova forma de pensar a ordem existente, a partir de outra lógica, tendo como medida de valor as objetivações do ser social. (Azevedo, 2006, p. 219)

Na ação desenvolvida, este sentido da transgressão fez parte constituinte de todo o processo.

No decorrer dos atendimentos, fazia parte do *setting* terapêutico manter os sujeitos informados sobre o andamento do caso, assim como sobre o conteúdo dos relatórios que eram encaminhados ao Judiciário ou a outras instituições que por ventura os solicitassem. Compartilhar o conteúdo dos relatórios com os sujeitos – criança e família -- não significou quebra de segredo de justiça, tampouco quebra de sigilo profissional, mas sim uma construção coletiva em que elas puderam compartilhar decisões importantes, tornando-se protagonistas de suas histórias de vida.

Transitar durante dezesseis meses no universo da institucionalização de crianças e adolescentes possibilitou identificar que são muitos e múltiplos os desafios para os profissionais que atuam neste contexto. Notou-se que estes profissionais reconhecem a necessidade de se instaurar intervenções mais eficazes. Porém, poucos são aqueles que podem efetivamente assumir essa postura ética e política. Alguns são boicotados e outros se rendem ao corporativismo institucional. No caso da psicóloga, propulsora da intervenção, a sua não afiliação a qualquer instituição governamental e não governamental, foi o que garantiu o manejo do processo enquanto mediadora entre as instâncias envolvidas.

Considera-se que o profissional deva assumir uma posição de mediador na interlocução da criança com o mundo (instituição de acolhimento, Judiciário e família). Não deve se colocar na posição de abstenção de opinião e nem na de

detentor de saber, que defina trajetórias de vidas, de acordo com valores por ele internalizados.

É necessário que os profissionais que se disponham a atuar nesta área não tenham apenas saberes acumulados, mas que estejam dispostos a abrir um leque de novas possibilidades na atuação profissional. Somente desta forma pode-se pensar numa intervenção em que a garantia de direitos e a subjetividade – que constitui a existência humana – caminhem juntas.

Ao longo do trabalho, notou-se um desconhecimento sobre o que é possível realizar diante de situações de alta complexidade. Muitas vezes foram proferidos discursos -- por profissionais de diferentes áreas de atuação que trabalhavam com aquela população -- que representavam grandes mudanças no panorama político e institucional. Mas, nesses discursos, eles esqueciam de mencionar a importância da interação entre os que operacionalizariam a mudança.

A intervenção realizada demonstrou que foram as sutilezas presentes nas ações durante a atuação cotidiana que fizeram a diferença no processo como um todo, evidenciadas, por exemplo, no sistema de comunicação utilizado. Pode-se dizer que era uma comunicação eficaz entre as instâncias operacionais. Havia uma troca sistemática de informações, principalmente entre os profissionais da Vara da Infância e Juventude e a terapeuta. Com as instituições de acolhimento, esta interlocução era deficitária em virtude da rotatividade de profissionais.

Quando um profissional era desligado da instituição de acolhimento, havia não só uma quebra na interlocução estabelecida entre os profissionais, como uma quebra no fluxo do trabalho, que interferia na frequência dos atendimentos das crianças. Nessa dinâmica, a criança era a maior prejudicada.

Ao atender às crianças e deparar com o contexto institucional no qual estavam inseridas e, ao mesmo tempo, com as subjetividades presentes em suas histórias de vida, notou-se que surgiam novas situações para as quais não se encontravam respostas prontas, fossem elas de cunho teórico, legal ou político. Essas respostas precisavam ser construídas para que aqueles desafios fossem

superados. Isso significava que havia um espaço possível de construção e experimentação de uma metodologia que contemplasse a resolução dos conflitos.

O locus em que se desenvolveu o processo interventivo foi um espaço possível de experimentação, porém é importante assinalar que não é o único contexto a que ele se adequa. Considera-se que esta metodologia poderá nortear outras práticas com crianças e adolescentes que em algum momento da trajetória de vida estiveram afastados do convívio familiar, independentemente do motivo que os tenha levado a esse afastamento.

Isto significa que a metodologia desenvolvida possa ser disseminada e fazer parte de programas que visem à reintegração da criança e do adolescente ao contexto familiar e comunitário, seja na família de origem, na família extensa ou em família substituta.

Além da possibilidade de materializar a construção do conhecimento nesta dissertação, a metodologia desenvolvida também propiciou a elaboração de um material denominado “Minha História”. Este material, que está em processo de análise para publicação, será apresentado em forma de livro, com base no modelo do caderno de resgate da história de vida que foi mencionado ao longo desta produção.

Que este tema demanda estudos mais aprofundados é fato. Porém, espera-se que aqueles que abraçarem esta temática possam ver, no cerne da pesquisa, uma possibilidade de transformação social.

Por fim, conclui-se que o êxito de intervenções em contextos de alta complexidade depende da possibilidade de as pessoas envolvidas estabelecerem uma interação e assumirem uma postura ética e política diante das adversidades sociais. A lógica da institucionalização das desigualdades sociais precisa ser rompida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAM, Jan. **A linguagem de Winnicott**. Tradução: Marcelo Del Grande da Silva. Rev.: José Outeiral. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

AUSLOOS, Guy. **A competência das famílias**: tempos, caos, processo. Lisboa: Climespi, 1996.

AZEVEDO, Isabela, S. **Transgressão, direitos e Serviço Social**, 2006. 246 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAPTISTA, Myrian. **A investigação em serviço social**. São Paulo: Veras, 2006.

BERNAL, Elaine M. B. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1983-1960). São Paulo: Cortez, 2004.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. Tradução: Vera Lúcia Baptista e Irene Rizzini. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. [1988] **Formação e rompimento dos laços afetivos**. Tradução: Álvaro Cabral. Rev.: Luiz Lorenzo Rivera. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, 13 jul. 1990. Brasília, DF, 1990.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ipea/Conanda. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, DF, 2004.

_____. Lei nº 12.010, 3 ag. 2009. Brasília, DF, 2009.

CAMBAÚVA, L. G.; Silva, L. C.; Ferreira, W. [1998]. Reflexões sobre o estudo da história da psicologia. **Estudos de psicologia**, 1998, 3 (2) 207-227.

CHAUÍ, Marilena. Introdução, como de praxe. In: **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOMIDE, P. I. C. A formação acadêmica: onde residem suas deficiências? In: Conselho Federal de Psicologia (Org.) **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988, p. 69-85.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléa T. M.; GONDAR, Jô. (Org.) **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a investigação das tradições. A produção em massa de tradições: Europa 1879/1914. In: HOBBSAWN e RANGER. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LANE, Silvia, T. M.; CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMA, Manoel R. N. **A fotografia como instrumento da documentação e preservação da memória**: arte e sobrevivência no alto vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 147 f.

MARTINELLI, Maria L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MEIHY, José, C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELLO, Fausta, A. O. P. **O trabalho em rede com crianças vitimizadas**: os desafios de tecer a rede de proteção às crianças/famílias. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

MENEZES, Marina; MOREÉ, Carmen L. O. Ocampo; CRUZ, Roberto Moraes. O desenho como instrumento de medida de processos psicológicos em crianças hospitalizadas. *Aval. psicol. [online]*. ago. 2008, v. 7, n. 2 [citado 4 fev. 2010], p.189-198. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1677-0471.

NETO, João L. F. Uma genealogia do presente na formação do psicólogo brasileiro: contribuições foucaultianas. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 8, n. 12, p. 115-116, dez. 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 1993. (Série pensamento e ação no magistério).

POLANSKI, Roman. **Metodologia de la Investigación del trabajo social**. Tradução: Javier Armada Abella. Madrid: Euroamerica, 1966.

QUARESMA, S. J. Durkheim e Weber: inspiração para uma nova sociabilidade, o neotribalismo. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 81-89. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 17 jan. 2010.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; AMORIM, K. S. (Orgs.), **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, A. A. Justiça restaurativa: uma abordagem à luz da criminologia crítica no âmbito da execução da pena privativa de liberdade. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, v. 1, p. 28-37, 2008.

SAFRA, Gilberto. **Curando com histórias**. São Paulo: Edições Sobornost, 2005.

SALVADOR, Ana. **Conhecer a criança através do desenho**. Porto: Porto Editora, 1988.

SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. Tradução: Durval Cordas. São Paulo: Veras, 2008.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: IEE/PUC-SP, Cortez, 2007.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SONTAG, Suzan. **Sobre a fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Simone Vieira de; CAMARGO, Denise de; BULGACOV, Yara Lucia M. Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. *Psicol. estud.* [online]. 2003, v. 8, n.1 [cited 2010-02-04], p. 101-109 . Available from: <ISSN 1413-7372. doi: 10.1590/S1413-73722003000100013.

TAILLE, Yves de La. A construção do real na criança. Prefácio. In: PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. 3ª ed. Tradução: Ramon Américo Vasques. São Paulo: Ática, 2003.

TRINCA, Walter. Formas de investigação clínica em psicologia. O procedimento de desenhosestórias e o procedimento de desenhos de famílias com estórias. São Paulo: Vetor, 1997.

VICENTE, Cenise M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unicef, 1994.

VITALE, Maria A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: IEE/PUC-SP; Cortez, 2007.

WINNICOTT, Donald W. [1956]. Preocupação materna primária. In: **Da pediatria à psicanálise**. Tradução: Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. [1946]. Alguns Aspectos psicológicos da delinquência juvenil. In: **Privação e delinquência**. 3ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rev. Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. [1950]. Sobre a criança carente e como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual**. 3ª ed. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. [1956]. A tendência anti-social. In: **Privação e delinquência**. 3ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rev. Mônica Stahel, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O brincar e a realidade**. Tradução: José Octavio de Aguiar Abreu, Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. [1960]. Segurança. In: **Conversando com pais**. 2ª ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rev. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

8. ANEXOS

8.1 Anexo A – Entrevistas realizadas com os sujeitos participantes da pesquisa

Entrevista 01²³

Família: Caso A - Entrevistados: Casal A.S.J , L.L.M.S. e criança B.M.M.S.

R: Eu gostaria que vocês falassem qual a percepção que tinham do “B”, antes do processo de intervenção, durante todo o processo e, depois, quando ele estava inserido da família de vocês.

M: No começo desse processo houve uma expectativa muito grande. E o que nós percebíamos dele, é que ele não estava muito disponível. Ele tinha muitas recusas. Ele não conseguia uma aproximação com a gente. Então, precisamos ter um pouquinho de paciência, porque ele não tinha uma vontade ou esse conhecimento para que ele pudesse nos aceitar.

P: Eu notava uma timidez excessiva. Para nós parecia uma timidez excessiva. Só depois é que fomos pensar que ele tinha medo de nós e por isso ficava nos olhando de longe.

R: Então, num primeiro momento vocês interpretaram como uma timidez. Não pensaram em outra possibilidade, como medo, por exemplo?

P: O medo surgiu depois. Primeiro, foi pensar que era tímido mesmo. Aquela fuga tímida para se esconder. Não me lembro de ter ficado com a impressão de que era medo, não.

M: Era o desconhecido. Na verdade, para os dois lados. Têm-se certo receio de se abrir para a pessoa, de se aproximar, até ter certo conhecimento e uma

²³ Para identificação das falas utilizou-se: “R”: entrevistadora; “P”: pai; “M”: mãe e “C”: criança.

confiança do que está acontecendo com as pessoas. Eu acho que ele estava querendo se posicionar, também. Era uma coisa nova. Era uma idéia do que estava acontecendo. Ele foi formando essa idéia.

P: No começo achávamos estranho, mas...

R: O que você achou mais estranho?

M: Essa coisa de que de certo modo você está acostumado com criança que se esconde atrás de alguém e, quando você mexe uma vez ou duas, ela já aparece. E não tínhamos muito isso. A gente interagia e demorou demais esse processo dele aparecer. Teoricamente era isso. Porque a criança se esconder, não é um absurdo. É uma coisa natural. Percebemos com essa naturalidade. Mas depois quando começou a alongar nós, realmente, começamos a conversar muito sobre essa coisa dele estar escondido. Por que está? Aquela coisa de ficar olhando de óculos escuros e ficar passando as coisas (*brinquedos*) por baixo da mesa para interagir com ele e com bloqueio. Isso foi uma coisa que vivenciamos muito. Realmente teve muita conversa e muito comentário em cima da situação em si.

R: Vocês se lembram que tinha muita conversa. Então, parece que havia uma expectativa do que iria acontecer e, também tinham dúvida do que, de fato, estava acontecendo. Vocês se lembram do que sentiam ali, naqueles momentos em que ele se escondia? Qual era o sentimento que aparecia?

M: Acho que era não uma frustração, mas você não ter aquele momento de aproximação e uma coisa que não acontecia. Íamos, sempre, cada vez imaginando que: “hoje conseguiremos ter um contato maior, uma proximidade”. E esse sentimento de que você não consegue é ruim. Porque não está na sua mão. É engraçado, não depende só de você. Mas você acha que poderia ter feito mais para aquilo acontecer, para aquela cena acontecer.

P: É aquela coisa, nós somos pessoas que resolvem as coisas. Não deixamos as coisas para daqui a pouco. A hora que você chega a algum lugar e não consegue resolver a coisa, é estranho. Mas eu, de minha parte, me vi com muita euforia, ansiedade, para participar do momento, de ver. Não deu, não deu. Está

bom. Deixava para a próxima. A “L” tinha um pouquinho mais de frustração de não conseguir interagir rapidamente com ele, do que eu. Eu, realmente, esperei um pouquinho mais.

R: Vocês estão dizendo que foi difícil, de alguma forma, deixá-lo conduzir no tempo dele. Você disse: a gente resolve. Mas ali vocês não podiam resolver sozinhos, porque tinha o tempo dele. Era ele quem iria sinalizar.

M: Não dependia só de nós. Não estava só na nossa mão resolver a situação. Tinha mais uma pessoa envolvida. Tivemos que ter paciência e compreender tudo isso, até aprender um pouco mais do jeito dele e do tempo que ele tinha. E que ele não tinha esse conhecimento de família e tudo mais. Mas é uma coisa que nos deixa com aquela ansiedade de que agora vai. Hoje vai dar certo. Sempre nessa expectativa.

R: Teve este primeiro momento que foi a vivência do “B” com vocês nos atendimentos. Depois essa vivência se estendeu quando ele começou a fazer passeios e teve contato com a família. Vocês notaram alguma diferença no comportamento dele?

M: Eu acho que na primeira vez. Enquanto estava saindo somente com a gente, ainda tinha algumas situações que ele se reservava em brincar sozinho. Alguma coisa nesse sentido. Mas a primeira vez que ele teve contato com a família, já não estava assim tão distante. Não foi muito difícil ele chegar nos outros, conversar e ficar junto. Então, eu acho que ele já estava preparado para absorver tudo que poderia vir depois. Talvez de outra maneira que ele pensasse. Acho que ele já estava elaborando essa idéia, realmente, de família. Porque fomos ver as outras pessoas. Não era só mais dois, duas pessoas. Tinham outras pessoas envolvidas. Acho que aquilo também deve ter despertado um pouco essa vontade de interagir com as pessoas. Não me lembro de ele ter sido assim refratário. Ele participou tanto de um lado da família quanto do outro, no primeiro contato com ambos.

P: Essa interação ele teve legal mesmo. Essa coisa de ele começar timidamente, só conosco. Ele tem muito mais reserva conosco do que com os outros

da família – o resto do pessoal que chega só fazendo festa, que sempre foi assim desde o começo. Ele se entregou muito mais fácil do que com quem ele percebeu que teria que ter uma negociação muito maior, um envolvimento mais agudo. O pessoal que é só de brincadeira, só de festa, ele se abriu rapidinho mesmo. É um barato: ver aquele pequenininho lá comandando dois bobões. (risos). Tinha que fazer tudo o que ele queria! Ele indicava o que queria e o que não queria, e a gente corria atrás. No final foi isso. Tinha muito disso aí mesmo. Quando começou passear tinha muito isso. Tentamos de algumas maneiras conduzir a coisa. Por algumas vezes nós fizemos coisas que ele falou que não queria e nós fizemos. Mas foi aquela coisa de fazer para ele perceber que seria bacana: ir num parquinho que ele não queria e mostrar que seria bacana algum brinquedo que ele não queria ver. Esse ‘não quero’ do medo do novo é que nós passamos por cima. Nós passamos por cima do medo do novo, dele. Essa coisa foi bacana. Mas no final das contas era ele quem estava nos comandando.

R: Vocês acham que foi difícil perceber que seria necessário esperar esse tempo dele?

M: É. Não foi tão fácil assim. No começo imaginávamos que ele entenderia da mesma maneira. Que a resposta seria ao mesmo tempo. Como se fosse uma pergunta e uma resposta, mas não. Aí então, foi difícil nos adaptarmos e termos essa paciência de entrar no mundo dele e compreender que para ele, um dia, era um tempo diferente. Um dia de passeio era diferente do que era para nós. Para nós passava muito rápido e para ele era uma coisa mais duradoura. Essa aproximação e a espera dele dar as respostas foi um pouquinho difícil.

P: A percepção da qualidade do tempo que foi desprendido só tivemos no final do processo. Depois do processo acabado e tudo mais, é que nós fomos revendo o que passou. Foi o que nos deu a noção da importância de ter sido daquela maneira. Durante o processo nós não queríamos esperar, não.

R: E como no final vocês chegaram a esta conclusão? Que tipo de reflexão vocês fizeram para dizer: no final foi que nós entendemos.

P: É aquela coisa de que realmente, quando se pesa o que eu vi no começo, e o que eu estou vendo agora. Do que eu senti no começo e do que eu estou sentindo agora. As reações dele no começo. A reação dele depois. Com a situação já resolvida, com o objetivo que se queria, conseguimos ver a situação um pouco mais clara.

M: Quando estávamos vivenciando passeio ou fim de semana procurávamos ter todo o tempo possível para aproveitar o que ele trazia nas brincadeiras e no que ele falava. Hoje vemos que se não fosse daquela maneira, não conseguiríamos esperar, até então. Porque para ele, hoje nós sabemos, que foi gradativo. Foi uma coisa de momento que teve que ser construído. Para nós é mais fácil, nos adaptamos mais fácil. Se não tivesse sido assim, provavelmente não teríamos agüentado todo esse tempo. Essas mudanças, o vai e vem de ficar um dia e ficar outro. Vemos que do jeito que ele está foi uma maneira boa para ele se adaptar. Depois foi uma coisa mais tranqüila, foi normal. E mesmo com o passar do tempo as pessoas foram nos falando que ele estava diferente, não só fisicamente, mas, também, de aproximação – brincava com as crianças, filhas dos nossos amigos. Outras pessoas trazendo essa idéia, essa noção, também, nos mostra, que: poxa, faz diferença, dá resultado.

R: Vocês disseram que ele passou a ter reações diferentes. Quais?

P: Externar abraços, carinho...

M: A aproximação começou a ficar mais freqüente. A conversa também. Quando conversávamos com ele, ele já falava as coisas mais rapidamente, respondia. Mesmo quando a gente perguntava se ele queria, ou não, determinada coisa, ele já dava as respostas um pouco mais rápido. Mostrava para nós que estava tendo uma afinidade, que estava se encaixando...

R: Uma coisa importante foi que desde o início do processo vocês atendiam algumas solicitações que eu fazia como a de levar fotos que ele pedia. Como era para vocês separar essas fotos e levar, mesmo antes de vê-lo, lá no atendimento?

M: Eu me lembro que as primeiras que separamos, ainda ficamos sem entender o motivo. Para que será? O que isso vai fazer para nos ajudar?

R: Vocês sabiam que era para mostrar para ele, mas não entendiam...

M: Qual o objetivo da coisa? Por que ele pediu? De onde tirou essa idéia? Não tínhamos esse conhecimento, do por que das coisas. Nos perguntávamos muito por que uma foto em determinada situação. Pensávamos: bom, algum motivo tem e vamos cumprir com essa etapa. Conforme foi repetindo, às vezes outras fotos, em outras situações e tal, pensávamos: “bom, então, começou a despertar um interesse maior”. Ele quer saber outras coisas também. Está despertando o conhecimento dele pela casa, pelo carro e, depois pela família e pelo lugar que ele poderia estar. Começamos a relacionar isso. Uma maneira de preparar ele para que quando ele entrasse nesse mundo, não ficasse chocado com tanta novidade. Imaginamos que era isso. O que precisasse iríamos fazer. Quer uma foto, quer duas fotos, faríamos tudo que ele pedisse. Mesmo sem saber muito o motivo, sem ter esta noção.

P: Aquela coisa bem pragmática mesmo. Está solicitado, está precisando, vamos atrás arrumar e facilitar a coisa.

R: Em algum momento vocês tiveram a noção de que estavam atendendo a uma necessidade emocional dele?

M: Acho que não. Acho que dessa parte não. Estava pensando que era para preparar um convívio futuro. Como se fosse uma curiosidade de criança mesmo: Ah! Quero saber qual é o carro e pronto. Toda criança pergunta. Então, uma curiosidade. Não tinha imaginado que isso poderia ajudar, ou afetar ele, emocionalmente.

R: Então não passava a idéia de que poderia ser uma perspectiva dele de uma vida futura?

M: Não. Naquele momento, não pensávamos isso.

R: Vocês disseram que quando ele conheceu as outras pessoas da família ficou mais fácil. Ele já estava interagindo e estava mais tranquilo. Em que momento

vocês perceberam que ele estava mais vinculado e com possibilidade real de ser inserido no contexto familiar? Como foi? Teve algum episódio?

P: Acho que tiveram momentos distintos. Primeiro quando tinha a preocupação dele de voltar para o Lar. Era uma coisa bem difícil para ele se separar. Mas depois foi natural. O dia que foi dito: “você vai ficar”, foi tão natural para ele. Ele parecia totalmente confortável com a coisa. Nós falamos: você não vai mais voltar, vai ficar. E ele ficou.

M: Acho que sempre ficou marcado para ele aquele negócio de horário. O horário de buscar, o horário de retornar. Várias vezes ele queria saber o horário. E nós sempre respondíamos o horário para ele. Com o passar do tempo, durante os passeios, ele já não perguntava mais a que horas iria e nem se iria voltar. Depois do primeiro fim de semana, que já foi um tempo maior, ele já não se preocupava muito com horário. Ele, talvez, indiretamente, não se preocupava muito em voltar ou não queria muito voltar. Foi se estendendo o fim de semana: dois dias, depois três dias, quatro dias e, ele foi se preparando para isso. Para ele, não era mais tão importante saber sobre o horário. Neste momento ele já estava demonstrando que realmente não haveria problema e que ele poderia ficar conosco. Não tinha preocupação de voltar para onde ele estava. No começo ele sempre teve. Ele sempre questionava isso daí: “você vai me deixar lá de volta, vai me levar, não é”? Depois não tinham mais questionamentos. Foi desaparecendo essa parte. Acredito que já era uma boa aproximação.

R: Vamos falar um pouco do resgate da história. Em alguns momentos do atendimento brincávamos com os bonequinhos de pano. Vocês lembram? Eu contava as histórias: a história de vocês e a história dele. Como era para vocês resgatar as histórias?

M: Para mim não tinha nada. Não era dolorido. Não era chato relembrar o que aconteceu. A nossa opção pela adoção e tudo o que nos fez ir até lá. Acho que foi até bom pra gente também, porque foi fortalecendo em nós a idéia: estamos firmes nisso mesmo. Vamos. Cada vez que lembrávamos: poxa era uma idéia sua... e era mesmo, era realmente, a nossa idéia. Porque nós estávamos vendo que era a

chance, era o caminho agora, para constituir uma família. É uma idéia bacana de se ter materializado o que era sonho. Pra nós fica fácil fazer a leitura. E a criança deve ter a leitura até mais fácil do que a nossa para poder perceber o que é aquilo. É bacana.

R: Pelo que vocês estão dizendo, é como se o resgate da história, naquele momento dos atendimentos, na brincadeira com os bonecos, fosse importante para o “B”, mas também, para vocês. Falava e reafirmava sobre a história e o desejo de vocês.

M: Isso. É. Era uma maneira de continuarmos a composição que tínhamos. E também era uma maneira de se abrir para ele. Nos entregamos e abrimos toda a nossa história para ele saber, realmente, o motivo e poder entender que, na verdade, ele foi desejado – de uma maneira diferente de um filho biológico. E nós tínhamos que respeitar a história dele, porque como uma criança de 5, 6 anos, ele tinha uma história que tínhamos que conhecer. E, se futuramente, houvesse perguntas a respeito, da parte dele, poderíamos auxiliá-lo e solucionar isso também.

R: E como foi para vocês quando ele construiu, nos atendimentos, aquele material – o livrinho – que é a história dele? Ali estava posto todo o percurso que foi feito antes da adoção. Como foi estar diante daquele material? O que acharam? Qual foi a reação dele e que uso que ele fez daquilo?

M: A primeira coisa que queríamos era ler para ver tudo o que tinha acontecido. Eu, particularmente, tive que ler em duas etapas, porque não deu para conter muito a emoção quando lemos desde o começo. Algumas coisas eu já nem lembrava mais da história dele, pois acabamos conhecendo só no início. Então, ao ver ali, acabou vindo aquela emoção mesmo, aquele sentimento. Procurar ler e ver: poxa eu vivi isto. Isto aqui é real, acontece. Aconteceu comigo. É uma coisa muito emocionante. Para mim, foi ótimo.

P: Pra gente é bacana por estar realmente retratado alguma coisa que fizemos parte. Uma obra que participamos e está ali eternizado. Mas o mais bacana é ver a satisfação dele ao falar do ‘meu livro’, da ‘minha história’, é aí que conta como eu sou e de onde eu vim. A satisfação de ele contar é o mais legal de tudo.

A: Nós vimos junto com ele, em alguns momentos, até onde ele queria ler. E ele fazia perguntas e conversava a respeito. Depois ele permitiu que algumas pessoas vissem o livro! Até mesmo porque falávamos se ele tinha alguma coisa para falar, isso já para a família, para os avôs e tal. E ele chegou a falar: “tem um livro da minha história, você quer ver?” Você pode ver. A pessoa pedia: “posso levar para casa pra ler”? E ele dizia: “pode levar”. E deixava levar. Depois, quando devolviam, ele guardava. Ele sabe que tem algumas coisas dele numa caixa, inclusive esse livro, que faz parte da vida dele. Foi bem assim. Ele, naturalmente, mostra a sua situação e a assume, para quem quer que seja. Não é nada traumático. Nada desesperador e nada desesperador para que ele queira esconder. Isso ele não apresenta.

R: Vocês falaram de pessoas da família. Exatamente, para quem ele quis mostrar?

M: Ele mostrou pra minha mãe, que foi quem pediu para levar e ler com calma. Ela leu e devolveu depois de alguns dias. O meu pai leu também, mas foi rapidinho. Mais os avós mesmo.

P: Os avós e os nossos amigos, quando estiveram por aqui. Os amigos que estamos sempre juntos, que temos mais proximidade, ele se dispôs a mostrar. De deixar levar, só a avó mesmo. Mas o resto do pessoal ele mostrava mesmo. Ele queria folhear junto e mostrar. Mostrava os desenho. Um processo bacana isso.

R: Como é que vocês percebem o “B” hoje, depois que terminou esta etapa do processo?

M: Como uma criança... não é normal, a palavra, porque ele não é anormal. Uma criança comum. Não tem nada de estranho, de diferente.

P: Só muda o endereço...

M: Ele é assim. Acho que uma coisa que desenvolveu bastante foi a amorosidade e ele expressa isso de vez em quando. De fazer carinho, de dar beijo. Uma coisa que a gente não tinha no começo. No começo, não tinha. Acho que nem ele sabia o que ele poderia fazer.

P: Às vezes, até ele exagera um pouco. Tem hora que ele começa a fazer carinho, que cansa. Ele quer agradar. Mas ele fica repetindo tanto a coisa que ele chega até a cansar de tanto que ele quer.

M: Ele tem uma convivência normal. Não só com os filhos dos nossos amigos, que ele já conhece há mais tempo, mas também quando ele vai a outros lugares, como na escola. Já mudou de escola outra vez e consegue se socializar. Não tem nenhuma diferença. Ele não se faz diferente.

R: E como ele lida com a história dele no contexto escolar?

P: Para ele é totalmente natural que ele é adotado e acabou. Ele conseguiu fazer, na escola, com que outras crianças saíssem dizendo que também eram adotadas porque acharam legal a história dele. Ele contou o fato na classe. Ele contou na hora que ele quis. Teve um trabalho de escola que precisava fazer e falar da cronologia dele e pronto. Na outra escola ele também tinha contato. Na hora que ele se sente tranquilo, ele conta. Para ele é a coisa mais natural do mundo.

R: E vocês sabem como é que ele contou? De que ponto ele partiu para contar? Como é que ele se apresentou ao relatar a história, lá na escola?

M: Teve uma outra ocasião, antes da escola. Ele estava brincando, com um coleguinha, aqui em casa e saiu na conversa, entre eles, que teve uma adoção lá na escola. Estava no parquinho ainda.

P: Uma criança saiu da escola e foi adotada por um casal italiano.

M: Eles estavam conversando sobre isso, E num determinado momento o “B” chegou e falou pro coleguinha: “mas eu também sou adotado”. “Ah, é?” “É”. E acabou-se a conversa. Isso foi bem no começo. E agora já na escola, na alfabetização, o que aconteceu foi que ele teve que contar a história da vida dele, onde ele mora, onde ele morava. Ele teve que relatar isso.

P: Ele tinha que colocar uma coisa que aconteceu com um ano, uma coisa que aconteceu com dois anos, com três, com quatro, até os oito anos – que é a faixa

etária da classe. E ele começou escrever a dele iniciando pelos cinco anos. Antes dos cinco anos, ele só escreveu uma vez: “eu morava no Lar”.

M: E falava que não lembrava. “eu não lembro”.

P: Depois nós conversamos com a professora e ela falou que foi isso.

M: Ele chegou para classe e contou. Algumas crianças entenderam o que é isso e outras não entenderam. Começou-se uma conversa ali e depois ao final ficou tudo resolvido. Ninguém fala mais nada e as crianças se tratam naturalmente.

R: Tem um dado interessante. Parece que ele consegue falar da história dele a partir do momento que se sentiu inserido em um contexto familiar. A partir do momento que ele começou a vivenciar essa possibilidade de estar inserido em uma família. Parece que a história começa daí. E o antes..

M: Não existia. Parece que ele não tem, Tanto que ele fala que ele não lembra. Às vezes se ele fala que lembra alguma coisa, é de quando ele era bebê. Que é uma coisa que sabemos que, racionalmente, ele não vai lembrar-se disso. Então, é só “quando eu tinha cinco anos”, daí pra frente. Isso é nítido para nós, é o que ele declara sempre quando tem que relembrar algumas coisas mais antigas.

R: Como é que vocês avaliam esse processo todo?

P: Hoje temos a certeza absoluta de que sem a intervenção não teria acontecido processo nenhum. Teria sido muito difícil!

M: Teria sido muito difícil ou teria levado muito mais tempo.

P: A situação seria muito mais complicada. Não seria a teórica facilidade que foi. Apesar de toda a dificuldade do vai e vem, correu tranquilo. Não foi na hora que quisemos. Mas teve uma fluidez por causa da intervenção. Sem ela seria uma coisa bem mais complicada, com certeza. Porque no caso específico a situação que ele tinha e tudo o mais, seria realmente, difícil. Talvez não tivesse conseguido sair do Lar até hoje, se não tivesse uma intervenção.

M: E mesmo para nós deu uma estrutura para podermos assimilar todo esse processo. Não imaginávamos que precisava todo esse processo, de tantas etapas e de tantos detalhes para poder atender a tudo o que ele precisava. Tem uma complexidade que não é do nosso conhecimento. Mas que sem isso, talvez, tivéssemos patinando. Ou talvez, sozinhos, tivéssemos até desistido. Porque são muitas situações. Você se questiona muito. Essa intervenção nos ajudou a compreender esse momento. Fazer com que você vivencie coisas boas. Tem as preocupações, mas faz com que você se entregue para ter os melhores momentos, as melhores situações.

R: Em algum momento, vocês pensaram em desistir?

M: Eu me lembro que uma única vez. Não foi desistir de tudo, mas desistir de uma situação. Foi quando tínhamos combinado de sair pela primeira vez com ele e houve uma recusa dele, inicialmente. Nós ficamos mais de hora conversando com ele, tentando convencê-lo a ir para o nosso passeio. Naquele momento eu achei que ele não queria e que não estava preparado. E que teríamos que deixar. Mas não, fomos esperando mais um pouquinho, mais cinco minutos, até tudo bem. Mas do processo em si, não.

R: Tem mais alguma coisa que vocês acham importante e gostariam de comentar?

M: Acho que o resultado de tudo isso já denota a importância: a estrutura que temos hoje, a família que temos hoje, com o “B” super adaptado, e cada vez mais aberto e se entregando para as coisas. O resultado final já diz tudo – a importância que foi todo esse processo para nós.

Continuação: com a criança

R: Eu gostaria que você falasse um pouquinho como era no começo, antes de você conhecer o papai e a mamãe...

C: Eu era envergonhado. Enquanto eu fui acostumando, eles colocavam óculos. Aí eu acostumei e já brincava bastante com eles.

R: Você tinha medo?

C: Tinha...

R: E você tinha medo de que?

C: Eu tinha medo de conhecer eles...

R: Você tinha medo de conhecer pessoas que não eram lá do lar, era assim?

C: Tinha.

R: E como era para você quando a gente fazia aquelas brincadeiras de contar historia, que contava a sua história e a história deles?

C: Era legal

R: E ver as fotos, como era? Lembra-se que você via as fotos antes de conhecê-los?

C: Sim...

R: Lembra porque você pedia as fotos?

C: não

R: Lembra-se quais fotos você pedia para ver?

C:.... Já faz muito tempo....

R: Então fala para mim como foi quando fizemos aquele livrinho

C: Foi legal

R: Por quê?

C: Para saber tudo que eu fiz lá. Um monte de coisa: no lar. Quando eu já tinha conhecido papai e mamãe. Quando eu ia no lugar que você fica. E um monte de coisa que eu não lembro mais.

R: E para você o que tem de mais importante no livrinho?

C: Papai e mamãe, a foto deles. O desenho de como eu nasci.

R: E o que mais tem lá? Lá tem a história de quem?

C: A minha

R: E você acha que a sua história é importante?

C: É

R: Você acha que a sua história começou ficar melhor quando?

C: Quando eu conheci papai e mamãe.

R: E por quê?

C: Porque eles cuidaram de mim.

R: Antes, quando estava no Lar, o que você não tinha?

C: Muito brinquedo. Não tinha joguinho no computador, não tinha comida muito boa e não tinha bolo. Não tinha essa “televisona” que eu posso ver desenho, e eu não tinha DVD...

R: Mas acho que você está esquecendo uma coisa que uma vez falou para mim...

C: Minha família!

R: Você lembra uma vez que falou para mim que não queria uma família?

C: Não... Acho que faz uns mil anos!

R: Depois você quis ter uma família, não foi?

B: Sim! Ia ser bem melhor!

R: Por quê?

C: “Porque tem essa televisão de 42”. (Risos)

R: Mas vamos corrigir uma coisa: antes não tinha essa TV. Então, não é por isso.

C: (risos) Antes tinha outra que era metade desta.

R: Então não é por isso...

C: Não. É por causa da minha família.

R: E você acha que eu te ajudei?

C: Sim

R: E como que eu te ajudei?

C: Você conheceu o papai e a mamãe antes. E eles iam no consultório. Era obrigação!

R: Por que você sentava embaixo da mesa?

C: Porque eu não queria ver eles.

R: Por que você não queria ver eles?

C: Porque eu não queria.

R: E depois, por que você saiu debaixo da mesa?

B: Porque eu me acostumei.

R: Quando você saiu debaixo da mesa, não tinha mais medo?

C: Não.

R: Eu ajudei, também, para você perder o medo que sentia?

C: Ah! Foi. Se não eu nem estaria olhando para eles agora. (risos)

R: Se eu não tivesse ajudado você, não estaria olhando para eles agora?

C: É! (risos)

R: Vamos falar um pouquinho da escola. Como é na escola quando você tem que falar da sua história?

C: Não gosto de falar. Ainda mais depois que eles sabem que eu sou adotado. Ficam falando: “O “B” é adotado, o “B” é adotado”.

R: Será que eles não entendem o que é adoção.

C: Entendem! Porque o “JV” da minha classe é adotado.

R: Mas e se precisar, você conta?

C: Ah! Sim. A partir dois cinco anos.

R: A partir dos cinco anos foi quando você conheceu papai e mamãe. E antes dos cinco?

C: Era no lar.

R: E essa parte da história não é importante?

C: Não. Era chata. Tinha que comer tudo. Não podia deixar nenhuma migalha. Os grandões me empurravam, me machucavam. Eu não sabia que não podia mostrar o esconderijo. Eu mostrava, eles me empurravam e eu caia no chão.

R: Se você pudesse falar para outra criança, que mora num Lar como aquele, para que serve uma psicóloga e porque é bom ter uma família, o que você falaria?

C: Porque o papai é fofo, a mamãe é fofa. O papai é fofo e orelhudo e pode me escutar melhor. É barrigudo. E ainda bem que eu fui à psicóloga para conhecer uma família. Porque “tem uma televisão de 42”, um monte de filme.

R: Você quer dizer que quando se tem uma casa e uma família é possível ter coisas que são suas e são da sua família. E n o Lar é tudo de todo mundo. É isso?

Silêncio...

R: No Lar você tinha colo das pessoas?

C: Quando eu era pequeno.

R: As pessoas te punham para dormir?

C: Punham e davam mamadeira e eu não gostava.

R: Você não gostava da mamadeira?

C: Não.

R: Alguém contava história para você?

C: Não. Eu tinha medo do escuro. E medo dos fogos. Bummmmmm!

R: Se lembra de alguém do Lar que cuidou de você?

C: Aquela velhinha de cabelo branco do Lar. A senhora da recepção.

R: Tem mais alguma coisa que você quer falar, que acha importante?

C: Não. Eu quero a gravação!

R: Posso te dar depois.

C: Por que não agora?

R: Porque eu vou passar para o computador. Depois eu coloco em um CD e te dou.
Pode ser?

C: Pode.

Entrevista 02²⁴**Família: Caso B - Entrevistada: Avó – Sra. M.C.C.**

R: Dona “MC”, eu gostaria que a senhora falasse como percebia as crianças antes da minha intervenção, durante o período de intervenção e depois.

A: Todos passaram, não é?

R: Todos passaram. Mas quem mais passou foi a “K” e a “G”.

A: Bom, eu posso falar que eles eram mais obedientes naquela época. Ficaram bastante meses ainda, mas depois parece que foi acontecendo coisas e mudaram. E durante esse tempo, aconteceram muitas coisas - sobre a mãe deles e sobre o pai, também.

R: Esse tempo que a senhora está com eles. É isso?

A: Isso. Aconteceram muitas coisas sim. Eu converso e eles parecem que não estão escutando. Mas quando passavam com você, eles eram diferentes, muito diferentes. Fez muito bem para eles e fez muito bem para a “K”. E eles gostavam de ir. Até hoje eles falam. Falam assim: “O vó por que nós paramos de ir à dona “R”?” Eu falo: “eu não sei, acho que houve alguma coisa que o Dr. “E” não quis mais que vocês passassem com ela. Só pode ser isso. Porque não houve outra coisa”. A gente gostava de ir. A “G” e a “K” passaram várias vezes, e era um comportamento diferente. “Parece que fazia bem à “K” e à “G”. E eu sinto falta disso, sabia?

R: E como que era para a senhora, pois também passou algumas vezes?

A: Para mim era ótimo. Olha, eu não via a hora de ir passar. Para mim foi muito bom. Quantas vezes eu conversei e desabafei também sobre o pai deles e tudo, não é. Para mim era ótimo. E você sabia que até para o “W”. Ele ia lá conversava com você e ele tinha um comportamento diferente. O “W” andou com mau comportamento depois disso tudo. E isso mexeu com as crianças também. Eles passam na Pastoral com psicóloga, mas não é a mesma coisa. Eu não sei.

²⁴ Para identificação das falas utilizou-se: “R”: entrevistadora e “A”: avó.

R: A senhora está dizendo que não é a mesma coisa. Mas o que é diferente?

A: Porque eles tinham um comportamento diferente. Parece que estavam naquela esperança de que iriam encontrar de novo com você e que iriam conversar. Eles mudaram muito. Não são mais os mesmos. Eles não são. Também outras coisas aconteceram com a mãe deles. Mas eu gostava muito de passar com você, porque eu passava e dizia: “Olha a mãe está assim...” Agora ela tem duas crianças e eu acho que mexeu muito com a cabecinha deles. A mãe está com duas crianças que foram para um abrigo em Santo André – a “A” e outra que ela teve. É como eu digo assim: “Se eu estivesse indo na “R” eu conversava com ela e desabafava”. Eu gostava de passar com você porque num caso desse eu já conversava com você e você já me deixava tranqüila. Você falava: “Olha dona “MC” não fique assim”. Você me escutava e colocava uma esperança que iria melhorar. Que tudo ia virar. E sabe eu vinha para casa tranqüila.

R: Para a senhora é como se aquilo fosse um suporte, para acreditar que iria dar conta...

A: É acreditar que iria dar conta. Nossa, eu tenho me perdido às vezes, sabe. Eu sinto falta de conversar com uma pessoa (Choro). Eu sinto falta de conversar com uma pessoa. Eu gostava muito de conversar com você. Não sei por que parou. Eu gostava muito, me dava tão bem, me fazia tão bem. Eu estava conversando com o “W”. Eu falei: “W” “Por que você não passa numa psicóloga? Procura a Rilma”. Ele deu risada: “Mas mamãe, pelo amor de Deus...” Eu digo: “vai lá”, vamos fazer um negócio. Era tão bom quando a gente conversava com ela. Ele tem passado também por umas coisas. A gente fala muito de você. A gente sempre está falando: A “R” Eu digo vamos procurar a “R” para a gente conversar com ela. A gente se sentia aliviado, se sentia outra pessoa quando chegava em casa. E ele falava e dava risada: “Mãe o que a “R” quer com a senhora?” Eu falei: “acho que é uma pesquisa”. Aí ele falou assim: “ela deve estar fazendo faculdade de alguma coisa, já que ela quer fazer uma pesquisa com a senhora. Ela deve estar fazendo outro curso”. E eu às vezes tenho vontade de te procurar. Eu subi uma vez aquela rua e não acertei sabe. Eu estava tão nervosa nesse dia que eu não acertei aquele endereço. Eu

estava perturbada. Aí eu vim embora. Mas eu sinto muita falta. Eu achava muito bom quando a gente estava junto e conversava. Eu sinto muita falta disso.

R: Eu me lembro que no início, quando as crianças estavam no abrigo, não se sabia o que iria acontecer e com quem elas iriam ficar. Primeiro tentou-se o “W” e não deu certo. Depois se pensou em dividir as crianças entre as pessoas da família e também não deu. E foi conversando com o “W” que ele disse que sabia que a senhora seria a pessoa ideal. Mas ele sabia que isso mudaria muito a sua vida – assumir e ficar com os cinco. Eu gostaria que a senhora falasse como foi ter os atendimentos naquele momento em que teve que decidir se, realmente, ficaria com eles.

A: Olha minha filha foi muito importante naquele momento, porque eu decidi muito com a sua força e isso foi muito importante para mim. Eu não sei o que seria de mim se você não tivesse me dado tanta força de palavra, de ajuda. Você ajudou muito eu ficar com essas crianças. Você foi uma conselheira. Uma pessoa que entrou ali e... Eu confiava em Deus primeiramente... Você e a “RS” (assistente social), também, porque eu pude contar com ela. Foi uma ajuda tão bonita de vocês... Senão eu acho que não teria pegado essas crianças. Eu peguei essas crianças, Rilma, com a força de vocês duas. Não foi nem pelo Dr. “E” . Porque o Dr. “E”... parecia que ele queria que eu, a torto ou a direito, pegasse as crianças. A solução dele era eu pegar as crianças. Mas não procurou saber se eu podia pegar essas crianças num dia e, no outro, eu podia viajar. Você sabe o modo de eu falar: “morrer”. E você sempre dizia: dona “MC” vai dar certo, a senhora tem condições. Você sempre me deu uma força para isso. Se não fossem vocês duas... Porque teve momento que eu queria desistir. Eu queria eles e depois eu falava:” Senhor será que eu vou dar conta”? Será que eu vou ter condição? Depois de tantos anos. Mas foi você quem me ajudou. E Deus primeiramente, porque o que você falava parecia que Deus falava comigo. As palavras que você falava comigo, parecia que Deus falava: “você vai”. Teve hora também que você perguntou se eu estava ciente. Se eu queria mesmo. Se eu estava mesmo com vontade de pegar eles. E isso foi muito importante para mim. Porque você não empurrava, você também me defendia. Porque a pessoa que tinha para pegar eles era eu. O pai?! A mãe?! Então, tinha o

juiz que me chamava e o oficial de justiça na minha casa. E eu passava com você. E a “RS” (assistente social), cansou de vir na minha casa. Umas duas vezes vocês vieram juntas e conversaram. Não vieram muitas vezes porque, também, não deu tempo. Eu também não tinha tempo de ir sempre lá com você. Mas olha, eu acredito que sem você, eu não tinha pegado essas crianças. Hoje eu falo para muita gente que você foi uma psicóloga que me deu muita força para eu pegar essas crianças e eu ficar com eles como estou até hoje. Eu larguei tudo, Rilma. Eu larguei minha vida. Eu larguei tudo, tudo, tudo para ficar com essas crianças. Eu devia hoje estar viajando, eu devia estar namorando. Vou fazer sessenta anos, mas quatro anos atrás... Eu sou uma mulher. Mas eu sou uma mulher que não tem tempo para isso, porque eu tenho quatro crianças. Cinco, porque a outra está para voltar. Faz um ano que está lá.

R: Já que a senhora mencionou, fale um pouquinho disso, como é que foi esse retorno da “K” para o abrigo.

A: A “K”, ela estava indo muito bem. Uns quatro ou cinco meses depois que ela deixou de passar com você, ela começou a ficar rebelde. Aí ela foi numa psicóloga aqui na Pastoral onde ela ficava. Depois ela não podia ir mais, porque ficou adolescente. Quer dizer, ela parou. Ela não passava mais nessa psicóloga. Ela ficou fazendo violão, bordando, pintando e aprendendo a fazer crochê. Mas isso não foi o suficiente. E ela me chamava para ir: “Vó eu queria tanto passar na Rilma. Eu queria tanto!” Mas eu falava para ela: “não adianta, foi dispensado. Não adianta eu ir lá. Foi dispensado. Eu nem sei se ela está atendendo. Se ela está trabalhando nesse ramo dela”. Eu não sabia mesmo se você estava. Eu achei que você tinha largado mão. Eu não sabia o que era. Eu nem podia falar isso pra eles. “Venceu o prazo”, eu falava. E ela pedia para passar com você. Ela gosta muito de você. Ela fala até hoje: “Vó, a senhora não conversa mais com a Rilma?” E eu digo: “Não, eu nem ligo mais pra lá, para não perturbar ela. E eu nem sei se ela está lá, naquele lugar, ainda”. “Ah! eu gosto tanto dela”, ela fala.

R: A senhora se lembra daquele livrinho que eu fiz com ela? Que ela até levou para a escola. O que a senhora achou daquele material?

A: Achei muito bom aquele livrinho. Elas leram, elas levaram para a escola. Inclusive parece que está com o pai delas. Está com o “W”, ele levou e não devolveu. Foi muito bom. Aquilo lá parece um livro mesmo que você escreveu. Aquilo lá é real, o que você escreveu. A história dela, a história da “G”. Aquilo é real. Eu falei “K”: “de vez em quando você lê isso aqui porque é muito bom”. Eu não sei ler muito bem. Eu fui criada em João Pessoa. Era mato, mato, mato. E minha mãe com medo de tarado, com medo de bicho papão, não deixava eu ir para a escola. Quando ela podia me levar, levava e, quando não podia, eu não ia. Eu sou atrasada na leitura. Eu fiz só até a segunda série. Quando eu estava estudando para ver se eu... Aí veio a benção de Deus. (refere-se aos netos)

R: Mas então quem leu para a senhora o livro?

A: Quem leu foi o “W”, ele leu aqui. A “L” leu. E eu vi muitas coisas lindas, umas palavras bonitas. Eles leram. Elas mesmas leram. A “K” era mais velha e lia. E eu ali escutava. Foi muito bom, aquele livro foi muito bom. Aquilo lá é uma lição de vida. Todas as psicólogas fazem aquilo?

R: Nem todas.

A: Tá vendo, eu não sabia.

R: É por isso que eu vou escrever sobre o trabalho que fiz.

A: Porque a “J”, a filha da minha outra filha, minha neta, ela passou em psicóloga. Quando a “A” se separou do “J”, a menina ficou assim rebelde. Porque fica mesmo. Quem disser que não fica, é mentira, porque fica sim. E a Juliana passou na psicóloga. E a psicóloga passou seis meses direto, particular. E ela não fez isso que você fez. Eu admiro muito você por causa disso. Você é uma pessoa exemplar. Uma pessoa que sabe o que está fazendo, para escrever aquelas palavras tão lindas. É uma lição de vida. A “G” e a “K” falaram que iriam guardar. Isso serve de uma lição muito importante para elas. Eu gostei muito. É porque eu não sei ler mesmo. Porque tem coisas que eu tenho que gaguejar pra caramba para sair. Muito bem, você está de parabéns.

R: Como a senhora acha que foi para o “W”. A senhora disse que ajudou. A senhora acha que naquele momento ajudou ele a definir algumas coisas, também? Porque a senhora só pode ficar com as crianças porque ele assumiu a responsabilidade de ajudar.

A: Foi muito bom para ele. Porque o “W” não queria assumir, ele não queria nem assumir as crianças. Mesmo comigo ele ficou revoltado. Eu disse para ele: “Meu filho eu vou pedir esmola se for preciso, mas eu vou tomar conta dos meus netos, porque eles não são filhos de cachorro e de cadela para ficar acolá, sem saber aonde está”. Eu falei. Então, ele conversando com você, quando ia lá, chegou um dia e falou: “É... A senhora... Eu não queria que a senhora fizesse isso, porque isso vai prejudicar a senhora. Isso vai prejudicar a sua vida. Eu falei: “ Ah é, então vai ser a minha vida que vai ser prejudicada. Você não é homem? Você não foi pai para fazer? Então, você é pai dos seus filhos. Você vai trabalhar e me ajudar”. E até hoje está sendo assim. Ele está ajudando. Às vezes se atrapalha, por causa de emprego. Estava viajando muito. Saiu do emprego, atrasou. Eu assumi. Ele está repondo. Mas foi fogo naquela época, viu. Se não fosse ele conversar tanto com você. Quantas vezes ele não foi lá! Ele ia direto. Eu fui com ele, várias vezes, não é? Outras vezes ele foi sozinho. Outras vezes ele levava a “K” e eu ficava. Foi muito bom mesmo. Esses dias, porque ele passou por um apuro num assalto, ele falou: “Mãe quando eu conversava com a “R” parece que eu... Se não fosse ela, eu não tinha aceitado a senhora com esses meninos. Porque eu fiquei tão revoltado quando a senhora falou que iria ficar. E a “R” com aquele jeito dela, ela é uma mulher muito bacana para conversar. É uma psicóloga muito paciente. Ela escuta a gente, da maneira que a gente fala. Teve ocasião de eu querer desistir, mas ela estava ali, falando, me explicando, conversando comigo, me escutando. Foi muito bom. Acho que não tem uma mulher assim, psicóloga que nem ela. Se todas fossem assim, era bom”. E ele aqui sentado conversando. Ele fala muito de você. E que foi muito bom.

R: A senhora disse que a “K” está para voltar. Ela está passando por algum acompanhamento psicológico?

A: Ela está. Parece que é ali na... É um negócio de prefeitura também.

R: E a senhora não vai lá?

A: Não, quem vai é o abrigo.

R: Então a senhora não está recebendo nenhuma orientação para quando ela voltar?

A: Não. Eu recebi orientação de uma moça que é do Fórum. É conselheira.

R: É do Conselho Tutelar?

A: É, é do Conselho Tutelar. Só que eu sei que ela está passando em psicólogo porque o “P” me falou. E ela falou. Mas eu não tenho orientação nenhuma.

R: E como a senhora acha que ela está? Ela tem vindo nos finais de semana?

A: É nos finais de semana ela vem. Nos últimos quinze dias eu não vi, porque eu estava viajando e ela não veio. Talvez esse fim de semana, agora, ela apareça.

R: E como é, o abrigo traz e vem buscar?

A: Não, ela vem sozinha. Ou algumas vezes eles deixam aqui e depois ela vai de ônibus. Eu dou o dinheiro e ela vai de ônibus. Às vezes ela vem acompanhada de uma amiguinha de lá mesmo. Eu achei que a “K” está mais ou menos.

R: Mais ou menos como?

A: Assim... Está mudada... Está mais carente, mais assim responsável. Não sei, assim, a convivência.

R: Só o final de semana não dá para a senhora sentir...

A: Não. Eu falo assim e vou te falar o motivo. Porque eu estava ruim da coluna e ela falou assim: O “G” ajuda a vó. Ajuda a vó, “G”. Estava tudo bagunçado aí e eu estava ruim. Eu falei: “Oh “K” está tudo bagunçado aí, louça e tudo. Já pedi para a “G” arrumar. Só que a “G” não fez”. Aí ela lavou a louça e chamou a atenção da “G”. Coisa que eu nunca tinha visto ela fazer e falar assim. Ela fazia mas... Então, ela estava me acobertando. Eu percebi que ela dando uma dura na “G” e estava um pouco preocupada, não é? Aí ela arrumou. Outro dia ela veio e a “A”, a tia, estava

aqui e ajudou arrumar as coisas. Eu achei uma mudança. Mas não sei por que eu não estou convivendo. E eu acho, também, que ela não está muito interessada em vir...

R: Por quê?

A: Porque eu escutei ela falar que aqui era muito parado. Ela falou para a amiga dela e a amiga falou assim: “Olha, se eu tivesse uma avó que nem a sua avó, eu não media distância”. Não fui eu que escutei, foi a “G” que escutou e falou. Ai ela ficou calada, não respondeu. Mas eu não sei até que ponto ela....

R: E neste momento, o qual ela está prestes a voltar, o que a senhora gostaria de ter de informação, já que está dizendo que não tem informações e não sabe como vai lidar com ela? O que está faltando? A senhora imagina como vai receber a “K”?

A: Não sei. Não sei como vou receber a “K”. E foi o que eu falei para as meninas quando eu passei com elas. Falei assim: “Olha, eu quero comportamento da “K”, porque não vai ser do jeito que ela quer. Vai ser do meu jeito”. E ela estava junto lá. A “K” estava do lado, também e elas perguntaram para ela se iria obedecer. Porque vai ter um momento que eu vou enfrentar ela. Ela vai dizer que vai e eu vou dizer que não vai e vai e não vai e... Porque aconteceu isso aqui. Foi por falta de comportamento que ela não está aqui. Ela não estava obedecendo. Falta de obediência. Ela não estava se comportando. Ela pulava o portão. Eu falava: “K” dez horas, se você não estiver aqui eu vou fechar o portão. Eu não estou pondo você para fora, mas eu vou fechar o portão. A gente não pode ficar com o portão aberto até tarde. Ninguém deve confiar em ninguém”. Ela não vinha e eu ficava até meia noite com o portão aberto. Ai eu não dormia. Ficava lá e cá. Ia lá e cá, nessa janela, na da cozinha, lá tem outra. Nessa daqui, naquela ali. Meia noite eu fechava o portão. Eu não ia atrás. Eu não agüentava ir atrás. Então, foi por mal comportamento que ela está lá. É isso. E eu não sei de mais nada dela. Quando ela estava na escola, eu só vivia na diretoria. Toda semana eu ia na diretoria: “Dona “C”, a diretora está chamando a senhora”. Estava demais. Agora eu não sei o comportamento da “K”.

R: O abrigo passa alguma coisa para a senhora de como ela está?

A: Nada. Eu perguntei esses dias para o “P”. Ele disse: “Ela está se comportando bem”. Teve uma vez que ela se juntou com um monte lá na escola. Uns nove ou dez e bagunçaram tudo. Jogaram cadeiras e jogaram tanto papel no ventilador que ele parou. E a “K” estava brincando de papai e mamãe com os meninos. Deitava no colo dos meninos. Eu soube disso nove e meia da noite e fui lá, eu e outras mães. A diretora falou que ia falar com o pai dela. Eu, também, falei que ia falar com ele, porque o comportamento dela estava muito ruim. E foi aí que ela começou a dar esses negócios.

Isso foi numa quinta-feira em agosto. Na segunda-feira, dia 16 de agosto, por aí, a “K” foi para a escola e começou a ter uns pirepaques. Ela tinha convulsão, se batia, se batia. E lá no hospital a “K” se batendo, se batendo. Uma coisa horrorosa. Fez tudo o que é exame, da ponta do dedão a ponta da orelha, e nada.

R: E foi nesta época em que ela voltou para o abrigo?

A: Foi na época que ela voltou para lá.

R: Bem, então, só para resumirmos um pouco. Partindo do início, pelo que eu estou entendendo é o seguinte: “A senhora se encorajou, assumiu e ficou com as crianças. Enquanto tinha um suporte era mais fácil conduzir as coisas e depois que parou foi perdendo o controle...”

A: Eu perdi o controle da “K”.

R: E isso fez com que ela tivesse que voltar para o abrigo.

A: E namoradinho. E o medo que eu tive de uma menina nova. Eu tive muito medo. Só que eu não mandei ela ir para lá. O pai dela chegou para conversar com ela e falou que se ela aprontasse, que ela desconsiderasse que ele era seu pai! Mas isso é coisa de pai falar?! Pai fala que vai matar e que vai bater. E você sabe que, às vezes, é uma palavra que magoa as pessoas. E tem palavra que dá conforto. E a “K” se achou amarrada naquilo, ameaçada. E o pai chegou a dar um tapa na “K”, porque pegou ela se beijando. Um dia, do nada, ele chegou aqui. Aí foi até o clube e a

piscina estava aberta. Todos eles tinham carteirinha, mas eu tirei de todos, proibi todos de irem. Ela ia lá e deixava de fazer alguma coisa que eu mandava fazer. Porque eu ensino cozinhar. Já sabe fazer um arroz, já sabe lavar uma louça, e se não lavar bem lavado volta para lavar. Porque foi assim que a minha mãe me criou. Naquela época não tinha juiz, não tinha doutor, não tinha delegado, não tinha psicólogo, não tinha nada. Naquela época era duro na queda. Ou você fazia, ou apanhava. Você não fez bem feito, vai apanhar para fazer. Na minha época era assim. Nasci em 1950. Com dez anos eu cuidava de uma casa. Minha mãe ia trabalhar, meu pai ia trabalhar e eu tinha que passar, eu passava calça de linho do meu pai. Linho! Meu pai ia trabalhar como um doutor. Linho branco, linho bege, caqui e isso tudo era passado no ferro de brasa. Dez anos eu fazia isso. Eu ia fazer compra na feira. Ia fazer feirinha. Comprar tomatinho, alface, cebolinha para a minha mãe. Passar as roupas da minha mãe que era tudo de prega. Tudo isso eu ensino eles. Porque meus filhos casaram e quem ensinou as esposas cozinhareem, foram meus filhos. Meus filhos fazem comida: fazem sopa, fazem macarronada, fazem tudo. Então, por que eu não vou ensinar os netos? Agora é que eu vou. Meus netos são mais do que meus filhos para mim. A “K” não queria nada disso. A “K” queria bater bola aqui no meio da rua, na escola fazia o que queria. Eu não mandei ela para lá. A “K” foi lá para tomar um remédio. Porque ela deu esses pirepaques. A “AB” adoeceu. Eu com a “K” no hospital e a “AB” no hospital. Duas horas da manhã, o hospital “MB” me deixou aqui. Deixei a menina aqui e eu voltei. No outro dia eu fui trabalhar e tinha que fazer alguma coisa. A vizinha tomou conta da “AB” e eu mandei a “K” ir para lá para tomar a medicação no horário. Lá, ela com medo, falou que o pai tinha ameaçado. E você sabe para o juiz isso é... Falou para a assistente social, se é que lá tem... Só sei que mandaram uma carta para o juiz e ela está lá por isso.

R: Então foi o abrigo que informou.

A: Foi o abrigo que informou. E ela está lá. Uns dois ou três meses atrás, ela chegou e falou para mim que não sabe por que voltou para lá. Eu disse: “Ah é, você não sabe “K”? Você disse que seu pai te ameaçou e que ia passar com o caminhão em cima de você. Seu pai falou isso para você?” Ela ficou calada e não respondeu. “Seu pai falou que se você aprontasse e tivesse numa calçada podia mudar de

calçada e que você não se considerasse mais filha dele. Que você não me decepçionasse e nem a ele”. E seu pai te bateu, mas não foi assim do jeito que você falou para o “P”: “Ah, meu pai foi lá no portão e falou que ia me matar, que ia me bater”. E o “P” foi quem fez toda a carta para o Fórum.

R: E por causa disso o “W” foi chamado no Fórum?

A: Ele foi chamado por essa “V”. Conversaram por telefone. Se ele foi lá no Fórum, eu não estou sabendo. Ele não mora mais aqui. Ele mora lá em Hortolândia. Só que esses dias, na casa que eles moravam aqui, que está alugada, disseram que foi um oficial de justiça procurar por ele. Agora ninguém sabe se foi do lado da “V” por causa das meninas que estão em Santo André, ou se é sobre a “K”

R: E ele está com a “L”, o “G” e o filhinho dele que está com...

A: Com dois anos, no meio do ano faz três anos.

R: Bem, para que possamos encerrar, tem mais alguma coisa que a senhora gostaria de falar que considere importante?

A: Olha devem ter muitas coisas. Foram tantas coisas bacanas que você conversou comigo, que tem coisas que nós nem lembramos. Mas para mim foi muito importante tudo. Tudo isso para mim. Eu estar repetindo, eu sinto prazer de falar porque eu gostava muito. Eu acho que deve ter bastante coisa ainda porque foi muito importante. Mas tinha muita coisa boa que nós conversamos. O pai continua o mesmo: é carinhoso, tem hora que fica nervoso, mas graças a Deus ele está melhor. É isso.

R: Muito obrigada.

Entrevista 03²⁵

**Assistente Social coordenadora da Vara da Infância e Juventude -
Entrevistada: M.G.C.M.**

R: Eu gostaria que você falasse da percepção que teve dos casos que eu acompanhei na Vara da Infância e da Juventude. A percepção que você teve antes, durante e depois da intervenção.

AS: Eu posso dizer que houve uma grande diferença do antes e do depois. Antes as crianças não tinham um atendimento específico, por conta da ausência de técnicos na rede. atendimentos específicos que eu falo, não são nem dentro da sua proposta de trabalho, que é uma proposta específica, muito definida. As crianças ou adolescentes, por exemplo, não tinham nenhum acompanhamento de psicoterapia como um todo, e, nenhum tipo de acompanhamento psicopedagógico para as dificuldades escolares. A rede de atendimento na área da psicologia era deficitária. Conseguíamos encaminhar um ou outro caso. A rede absorvia alguns casos, mas não havia atendimento para todos. Havia, no caso das crianças abrigadas, uma dificuldade de sintonia da equipe técnica do abrigo com a equipe existente na rede. Não havia uma sintonia de objetivos, de empenho e de comprometimento para com aquelas crianças. Essa era a minha percepção. Essa situação foi motivadora para buscarmos coisas novas. Quando surgiu a sua proposta e o seu trabalho, vimos que realmente estava acontecendo uma atividade. O início de atendimento específico para a criança, que ia efetivamente trabalhar o sentimento da criança abrigada. Imagino que é um campo enorme a ser trabalhado e, necessário. Os abrigos não tinham terapeutas. Mal o abrigo “I.A.” conseguia uma assistente social a perdia. A rotatividade era muito alta. Quando o técnico conseguia se envolver, tendo um vínculo com a entidade, ia embora. Isso prejudicava todo o atendimento da criança, do adolescente e da família dele. Tínhamos que compreender que na rede não havia recursos para um trabalho tão específico, ficando a criança sem atendimento. Quando você surgiu com o projeto e o desenvolveu, tanto para mim como para todas as crianças surgiu uma luz. Acreditei, porque era uma dedicação exclusiva. Quando surgiu o seu trabalho, eu o vi como uma luz para o atendimento de nossas

²⁵ Para identificação das falas utilizou-se: “R”: entrevistadora e “AS”: assistente social.

necessidades. Durante a implantação e execução desse projeto houve uma dinâmica de integração com a própria equipe técnica das assistentes sociais do fórum – integração do trabalho e de abordagem. Durante a execução houve uma contribuição para o desenvolvimento e viabilização técnica. Nós, técnicas assistentes sociais, vimos de perto como se trabalhava com aquelas crianças e com as famílias. A perspectiva de trabalho com elas e a perspectiva de objetivos com elas. Houve uma contribuição nesse sentido, e, para mim foi muito enriquecedor. Acreditei e sempre confiei muito em você. Lembro-me de algumas dificuldades que você teve para implantar o seu trabalho, com uma visão que, até então, o abrigo não tinha. Como eu disse antes, o abrigo não tinha Psicólogo, nem Assistente Social. Os abrigos eram assistencialistas e com uma nova visão, de uma abordagem técnica pura, houve um efetivo movimento dentro da entidade. E sua firmeza e determinação foram marcantes para a efetivação.

Lembro-me de casos chave – não sei como você chamaria – o caso do “B”. Eu acompanhei, como assistente social, desde o começo quando a criança surgiu no fórum. Se eu não me engano ele veio transferido de outra entidade. Ele tinha um histórico de abandono familiar e depois de institucionalização e de transferência de abrigo. Uma criança que, no meu modo de entender, passou por várias mudanças. E dentro dessas mudanças, muitas perdas. Uma criança tímida, quieta, que não se comunicava. E eu comecei nesse caso desde o início quando ele veio do outro abrigo que havia fechado, ou qualquer coisa assim. Então, começou o trabalho de estudo do caso, de investigação, de estudo do processo, e o que tinha de história de família. E essa criança foi disponibilizada e se tornou apta para adoção. No trâmite processual ela foi disponibilizada para adoção diante da ausência de família, pois apesar de todas as tentativas não conseguimos localizar sua família. Foi um caso trabalhado pelo Dr. “E”, que sempre foi muito exigente e buscou, de todas as formas, localizar essa família, sem sucesso. Estando disponível houve tentativa de adoção que não deu certo. Recordo-me que você iniciou o atendimento do “B” quando ele retornou de uma adoção que não deu certo – a família desistiu. A criança passou por esta situação e depois finalizou com a adoção que se efetivou. Quando veio esse casal, que hoje são os pais dele, teve toda a sua atenção e todo o seu trabalho. E por todas as condições que essa criança apresentava, o seu

trabalho foi fundamental. O casal, no meu ponto de vista, estava pronto e aberto para receber aquela criança. O meu feeling, no meu coração e na minha cabeça, muito antes de outra tentativa de adoção, era o de que aquele casal iria adotar a criança. Eles eram os pais. Eu sempre senti isso e acabou dando certo. Mas a sua proposta foi fundamental para que o caso tivesse o sucesso que teve. Foi um caso que pelas situações que a criança apresentava e pelas variáveis que tinha, foi possível desenvolver e aplicar a sua proposta de atuação. É o que eu me lembro do seu trabalho. É uma lembrança que eu vou ter sempre na cabeça. Não sei se eu posso dizer isso agora, mas é uma lembrança que eu vou ter sempre no meu coração. Momentos assim que jamais esquecemos. É uma gratidão com a gente mesmo, saber que tivemos parceiros certos, como você. O casamento da empatia pessoal, da empatia profissional, do pensamento profissional, com uma visão profissional. Tive o privilégio de ter essa vivência contigo, com os casos em que atuamos juntas. E todos deram certo. Idas e vindas, de crianças difíceis, como o “A”. Tinha aquela fase mais ascendente e quando a coisa estava evoluindo para melhor o menino sumia da terapia. Então, nos encontrávamos e discutíamos a causa. Discutíamos se convocávamos novamente e, fazíamos relatório informando ao juiz que ele não estava mais querendo ir. A realização de visita e diálogo com ele e com a sua irmã - hoje sabemos que foi um caso muito difícil de criança abrigada. Não foi um caso de adoção, mas de família de origem que conseguiu ficar com a irmã. Nosso trabalho era manter o vínculo familiar e cuidar das coisas que aconteciam com ele e com o seu desenvolvimento emocional. Creio que no caso do “A”, durante aquele período estava vulnerável, pela idade e pela condição que vivia, tanto de abrigo como de família de origem. Era uma família sofrida com várias situações e com os irmãos que eram sozinhos. Creio que o seu trabalho assegurou a estrutura desse menino para que tivesse condições mínimas de ingresso numa fase mais adulta. Depois acabei me afastando e perdi contato. Eu tenho muitas lembranças de todo aquele tempo e de todo o trabalho. Sinto saudades e tenho muito orgulho disso. Sinto orgulho de ter participado contigo. Aprendi muito. Tenho certeza que é um projeto de sucesso e que servirá de modelo. Precisa ser divulgado e valorizado. Eu conheço sua luta para isso. Agora que você está na PUC, é o melhor lugar possível para difundi-lo. É isso.

R: Você falou em dado momento, que acredita na importância da empatia e da parceria. Na verdade nós formamos uma parceria à partir de áreas diferentes do conhecimento. Eu gostaria de saber como foi isso para você? Como foi vivenciar a parceria dessas duas áreas: psicologia e serviço social? Como foi trabalhar isso com a equipe, de assistentes sociais do fórum, que estava sob a sua coordenação?

AS: Percebi como uma parceria que é fundamental para trabalhar. Em outras oportunidades trabalhei também com outras áreas. Mas no tribunal, na comarca de São Caetano do Sul, nós só tínhamos assistentes sociais. Hoje temos uma psicóloga. Mas na época do seu trabalho eram só assistentes sociais com uma visão unilateral. Quando se trabalha com uma colega de outra área, existe uma troca muito grande que só beneficia o diagnóstico que se está fazendo. O papel do técnico do tribunal é de diagnóstico e de encaminhamento e de sugestões para os atendimentos que forem indicados, tendo contato com a rede. Quando vivemos a experiência de trabalhar juntas, para mim era tudo o que eu achava que precisava acontecer. Porque a presença da psicóloga, dentro de uma equipe de seis assistentes, ampliava a nossa visão. Por mais que fizéssemos uma interpretação do emocional, do que poderia estar acontecendo, não tínhamos a formação de psicóloga. Quando você chegou trazendo a sua visão e questionamentos dos casos que atendia, contribuiu muito. Acho fundamental e enriquecedor, porque nos faz estudar e aprimorar o que fazíamos. Embora seja comprometedor, devo lembrar que quando se realiza um trabalho sem “feedback” de profissional de outra área, acaba havendo acomodação e simplificação devido o elevado número de processos. Além de interrupções e de acúmulos, oriundos dos plantões, de crianças que aparecem no município, de casos de ato infracional, de apreensão, etc. Embora não se justifique, pois o técnico tem que se aprimorar e realizar um trabalho bem elaborado. Quando a assistente social realiza sozinha, sem a contribuição da psicóloga, fica limitada aos seus conceitos. Considero São Caetano do Sul uma cidade privilegiada: pela quantidade de assistentes sociais que tem, em proporção ao tamanho do município, que é minúsculo, se comparado aos nossos vizinhos, Santo André e São Bernardo do Campo. Embora a quantidade de processos seja elevada, é incomparável aos números de Santo André e de São Bernardo do Campo. Mas nos faltava uma psicóloga e até um psiquiatra para fechar o time ideal. Eu vivi esse modelo na

Febem em 1975. Lá tínhamos uma equipe completa: assistente social, psicólogo, pedagogo, psiquiatra e o clínico. Quando você chegou e integrou a equipe trabalhando e atendendo as famílias, junto com a assistente social, contribuiu com uma abordagem mais especializada, tanto para as famílias, como para os adolescentes, logrando sucesso nos casos.

R: Neste sentido, como que era o contato com as psicólogas da rede, já que você disse que minha proposta nós discutíamos? E os outros casos que iam para a rede, como eram trabalhados?

AS: Nós, do setor, sempre trabalhamos bastante com a rede. Eu sempre tive esse cuidado e objetivo, talvez pela experiência de trabalho aberto. Quando eu cheguei era limitado. Então, resolvemos abrir o sistema e ver quais seriam os nossos parceiros. Com essa abertura fomos à comunidade e nos deparamos com uma rede de atendimento limitada, que depois foi mais avivada com a vinda do Dr. “E”. Ele promoveu a abertura e fez valer o Estatuto e a rede começou a se diferenciar do que era até então. Embora houvesse atendimento, era muito difícil para conseguir vaga. Eu lembro que numa ocasião, fomos à comunidade para conseguir vagas sociais – era assim que as chamávamos – para encaixarmos os nossos casos. Quando eu te conheci, mais ou menos naquela época, era esse o jeito de se trabalhar. Quando conseguíamos uma psicóloga era indicada por alguém: íamos ao consultório dessas colegas e falávamos sobre os casos e alguns deles solucionávamos dessa forma. Os casos que tínhamos de adolescentes autores de ato infracional, a rede não tinha compreensão para atender e estabelecia-se um estigma. Divido a fase antes e depois do Dr. “E”. Ele se empenhou e com a sua autoridade de juiz da infância, disse: “existe um Estatuto e existe uma Lei - vocês têm que cumpri-la”. Assim a rede tomou outro caminho. Criou-se o USCA (Unidade de Saúde da Criança e do Adolescente). Criou-se uma sede para atendimento do adolescente. Conseguiu-se um médico pediatra e também um psiquiatra infantil, que na cidade não tinha. Então é o antes e o depois. Portanto, uma evolução importantíssima.

R: Tem mais alguma coisa que você queira dizer, antes de finalizarmos?

AS: Além de falar do privilégio que tive, agradeço pelo conhecimento que somou e sinto que vou levar para sempre, dentro da nossa amizade. Quem sabe, um dia, possamos realizar um novo trabalho juntas. Lembro-me de sua dificuldade em implantar seu trabalho, da incompreensão e da falta de apoio que teve de enfrentar. Tendo acompanhado considere injusto diante de tudo o que você fez. Mas isso mostra os limites humanos. Faltou vontade humana, técnica e política de apoiar esse teu trabalho que era merecedor de apoio. Imagino que se tivesse tido apoio, talvez hoje, fosse muito mais difundido dentro do próprio tribunal – o que chegamos a discutir. Mas as coisas acontecem quando tem que acontecer. E se não é por um caminho, tenho a certeza de que será através da universidade. No meio acadêmico haverá de encontrar apoio e reconhecimento científico. Acredito no desenvolvimento e no seu sucesso. É o que mais desejo por toda a sua capacidade, seu empenho e seu comprometimento.

Entrevista 04²⁶**Promotor de Justiça - Entrevistado: L.F.S.N**

R: “L”, eu gostaria que você falasse sobre a minha intervenção com as crianças do abrigo. Como é que você percebia alguns casos específicos, ou algumas crianças, antes do processo de intervenção, durante o processo e depois dele?

PR: Posso dizer da intervenção no geral, tanto da sua intervenção no abrigo quanto da sua intervenção com as crianças. Acho que houve esses dois momentos também. A questão do abrigo de criar certa resistência do seu trabalho, no início, demonstra que estava sendo transformador. Isso é uma coisa que eu acho que tem que ser pontuada. Acho que é legal. A outra com relação às crianças. O caso que eu mais lembro é o do “B”. O “B” era acanhado, distante, enfim, não dava para acessá-lo. Tanto que quando começou o processo de adoção dele tinha até outro casal que estava interessado e tudo era muito complicado: falar com ele, de acessá-lo mesmo. Não tinha como ele responder e isso dificultava até o nosso trabalho interno, de colocação em família substituta. Depois do trabalho que você fez ele acabou se soltando. O casal se adaptou. Achei legal o trabalho com o casal também. Com o “B” e com o casal e com os dois. Todo mundo junto para fortalecer. Justamente o trabalho que você fez é o trabalho que a lei nova da adoção está exigindo. A nova lei da adoção está exigindo um trabalho pré adoção com o casal e com as crianças abrigadas. E também no período pós adoção. Isso é que é o essencial. Na verdade o trabalho que foi feito garantiu a inserção em família substituta. É um trabalho quer deveria ser feito, mas que não existe. Tanto que você propôs o trabalho lá e ele foi aceito. Do “B” ficou bem claro, o quanto ele se transformou. Ele ficou solto, à vontade e brincava com gente. No começo ele não olhava pra gente. Imagino que o processo terapêutico com ele, também, não tenha sido muito fácil.

R: Quando você fala, que ele não permitia acesso e que não tinha esse contato significa, então, que você teve contatos anteriores diretamente com ele? Foi através das técnicas que você ficou sabendo? Fale-me um pouco sobre isso.

²⁶ Para identificação das falas utilizou-se: “R”: entrevistadora e “PR”: promotor.

PR: Eu tinha contato com ele por meio dos relatórios técnicos. Mas também íamos visitar o abrigo. E no abrigo ele se escondia. Tinha criança de lá que era mais afetiva, chegava, pegava. Ele, não, ficava mais no canto. Ele não tinha muito interesse. Não conseguia acessar nem no abrigo, nem nas visitas ao abrigo. Isso aí, ele e alguns outros. Porque a maioria até quer falar com promotor, com o juiz, quer chegar mais perto, pois acham que é um casal que está vindo para olhá-los e para poder adotá-los. E o “B” não tinha esse perfil não, ele era bem quieto. Uma intervenção diferente, mas, também, uma intervenção legal de autonomia foi com o “A.C.”. Teve outro foco. Não uma questão de inserção em família substituta, mas uma tentativa de trabalhar a autonomia dele e de trabalhar com a irmã, que também foi atendida por você, se eu me recordo. Para fazer com que ele tivesse autonomia para morar com a irmã. Ficar independente e poder deixar o abrigo e voltar para a própria família e não ir para família substituta. E o “A.C.” foi uma briga boa. O “A.C.” era resistente ao extremo e acho que parecia a questão de pescar o peixe. Ia e voltava, ia e voltava, até se conseguir esse resgate de vez. Acho que foi esse o processo. Até por causa da idade dele, que era um adolescente já. Então acho que foi legal. Facilitou também o nosso contato com ele depois do processo terapêutico – ele conversava melhor. Acho que vale à pena essa questão, porque ficou clara a autonomia dele para poder se sentir em condição de estar fora do abrigo, morando com a irmã. E outro caso é do “W” e da “V”. Eu acho que era esse o nome dela. Eu me lembro que era uma família grande, eram vários irmãos e foram para a avó no fim. Para avó paterna. Foi um trabalho legal, porque o trabalho terapêutico facilitou. Lá houve um grande arranjo familiar. Tinha que trabalhar todo mundo. Um trabalho que envolvia muita gente. Porque a avó ficou com a guarda, mas um deu dinheiro, a tia participou da escola, tinham as visitas do pai, e a mãe era muito problemática. Então, tiveram vários aspectos da intervenção que tinham que ser cuidados, porque eram multifacetados. Então, também, teve esse processo de melhora acentuada porque eram cinco crianças. Eu lembro até do rostinho deles, agora. Tinha uma menina que não era filha dele, era filha só dela e os outros irmãos que eram filho do casal mesmo. Tinham irmãos em Santo André. Tinha um tio mais velho que tinha dinheiro. Tinha um arranjo familiar que precisava de um suporte além do arranjo social, que é o suporte que você fez – psicológico.

R: Eu me lembro de uma ocasião em que estávamos discutindo se esse tipo de intervenção que eu propus, deveria ser feita por um profissional de fora, como eu era, sem vínculo com qualquer instituição, ou por um profissional do abrigo. Como é que vê isso?

PR: Eu acho assim, que o abrigo no meu entender tem outra função. Que é a função interna de lidar com os problemas internos, até de uma possível síndrome que se fala das crianças do abrigo. Um apoio interno mesmo que possa repercutir nos funcionários e nos dirigentes de como lidar com as questões internas do abrigo, da relação entre eles e, como identificar algum tipo de problema das crianças para o devido encaminhamento – uma questão institucional. Outra coisa é atendimento externo. Mesmo porque partindo do princípio da convivência familiar e comunitária das crianças, de maneira nenhuma o atendimento psicológico, individualizado à criança que demanda atendimento tem que ser dentro do abrigo. Até pode ter um espaço no abrigo, mas por uma questão simbólica ele tem que sair do abrigo, se não volta à idéia de uma instituição total, que cuida de tudo. Vai ter dentista lá dentro, médico, psicólogo, esporte e, a criança não existe para fora do abrigo. É justamente a contra mão da nova lei da adoção e do Plano de Convivência Familiar e Comunitária. O atendimento individualizado, baseado num plano individual para cada um dos abrigados tem que ser feito fora do abrigo. É salutar que isso não se confunda com a intervenção do psicólogo do abrigo, que são questões internas e institucionais.

R: Como você vê a questão do resgate da história – que é o foco do meu trabalho – com a utilização do instrumental que eu criei? Como você vê a utilização daquele material? O material pode ser aplicado no abrigo ou fora como parte desse acompanhamento externo?

PR: O material eu achei ótimo. Realmente excelente. Claro que é uma visão de promotor, e não de um profissional da tua área. É um resgate maravilhoso da história deles. E também tem fundamento no Plano de Convivência Familiar e Comunitária: de conhecer a história deles, de estruturar com fotos, com tudo. Todas as atividades que você propôs ali. A questão jurídica que também é importantíssima. Mas o mais legal que eu acho é que está fundamentado no Plano Nacional de

Convivência Familiar e Comunitária na questão do abrigamento e do acolhimento institucional. Eu acho que a aplicação dele poderia ser padronizada. É claro que poderia ser mais do que um atendimento individualizado. Poderia ser um resgate da história como um direito de qualquer um abrigado. Se puder ser aplicado às crianças de abrigo, no geral, como um método de trabalho, será excelente. Porque o profissional pode conhecer a história e a criança se sente resgatada, se sente fortalecida, se sente respeitada. É um resgate muito importante. E volto nesse ponto que está dentro do contexto do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Entre a opção de fazer dentro ou fora do abrigo, considero que deva ser fora da instituição. Se não volta a questão de fazer tudo dentro do abrigo e eu acho que isso aí tem que ser abandonado. Abrigo é um lugar para dormir, para fazer atividades de casa. Outras coisas devem ser fora de casa. Ninguém leva o psicólogo para dentro de casa para fazer atendimento. No abrigo não. Deve ser no consultório ou numa instituição. Eu acho que é o caminho a ser utilizado. Deve ser dessa forma.

R: Você acredita que era importante esse resgate também para o judiciário? O que facilitava na sua atuação aquele tipo de intervenção?

PR: A minha finalidade no caso dos acolhimentos familiares: família acolhedora ou institucional, que é o caso do abrigo. Esses dois trabalhos para o promotor e para o juiz é o de resgatar a criança para ser colocada em família – na própria família de origem ou em família substituta. Esse é o nosso trabalho: como é que se resgata a criança para essa colocação. Um trabalho fundamentado num plano de atendimento individualizado. E um dos aspectos do plano é lidar com a família de origem, outra é lidar com a criança, enquanto pessoa. Como é que se lida com ela como pessoa? É com intervenção psicológica, é com o resgate dela mesma. Não tenho fundamento técnico do trabalho de vocês, mas dentro do trabalho individualizado com cada criança, é parte do nosso trabalho. Não é a única parte do trabalho. Trabalha com a família, trabalha com a criança e trabalha com os dois juntos, para justamente resgatar esse laço e ele poder voltar para a família extensa, ou então, ser colocado em família substituta. Eu acho que o instrumental

que vai utilizar pode ser esse. É um instrumental necessário, não é suficiente, mas necessário.

R: Na ocasião da intervenção não havia psicóloga na Vara da Infância e da Juventude. Então, a interlocução ocorria com as assistentes sociais e com você diretamente. O que você considera que foi positivo e o que foi negativo nesse processo, já que não tinha uma psicóloga lá?

PR: Eu acho que a psicóloga de lá também não vai fazer esse tipo de atendimento. Vai fazer relatório e triagem. Não é o foco da psicóloga do judiciário fazer atendimento. Ela não é concursada para isso. Para mim, especificamente, tem a questão de trocar uma idéia, tirar dúvida, de fazer um encaminhamento melhor. Falar com um profissional assistente social ou psicólogo sobre como encaminhar um caso – seja no contato com a família de origem, seja no contato com a família substituta para adoção, se espera ou se acelera a guarda – ou seja, falar com quem está lidando diretamente com a criança faz parte do resgate dela, da história dela para tirar do abrigo, que é a função nossa. A nossa função é tirar do abrigo. Abrigo é uma medida excepcional e provisória. A lei de adoção nova estabelece dois anos de prazo. Tem que estar fora do abrigo. A cada seis meses tem que ter relatório da família e da criança. Então, que tipo de intervenção você vai propor para poder chegar nesse ponto? Adianta encaminhar para leve leite, só? Adianta encaminhar para o bolsa família? Eu acho que não. Porque isso já é feito. Essas famílias mais fragilizadas já têm acesso a esse tipo de benefício. Mas isso não é o suficiente, e que tipo de intervenção se vai fazer? Uma das intervenções deve ser esta, aliada a outras intervenções. Poder encaminhar: como eu lido com a família, como eu lido com o pai, como é que a gente aborda essa criança. Como a gente pode abordar melhor com o pai, ou com um tio distante. Ter essa interlocução, como tinha, é muito importante.

R: Você disse no início que era importante considerar que o trabalho era transformador porque gerou resistência e que isso era um indicativo de que estava ocorrendo transformação. Você via essa resistência só no abrigo, ou mais em algum outro lugar?

PR: Bom, no abrigo isso é patente. Porque os abrigos que não tem qualificação adequada. Eles querem manter a criança lá, porque entendem que – até de uma forma não intencional e ingênua – eles estão cuidando das crianças e vão cuidar para sempre. Uma visão de que estão fazendo o bem para a criança e que o melhor é ficar lá e não em casa. Outros recebem pró-labore para as crianças: se você perde as crianças, você perde o trabalho. É uma guerra de mercado perversa. Seria mais ou menos isso. Há uma resistência natural por conta dessa questão. Fora a questão, também, de achar que o trabalho externo é uma intervenção no abrigo. Que o abrigo é dele, que a política interna é dele – do dirigente do abrigo – e que lá é a casa dele e lá ele faz o que quer. Qualquer intervenção de fora esbarra na sua autoridade. É uma questão de disputa de espaço e de autoridade. Fica bem claro que isso vai gerar problema, quase sempre. Por exemplo, existe uma resistência natural de classes. O judiciário é conservador e não tem intervenção de fora. Assistente social também tem uma questão de lidar com autoridade – é complicado. Cada um quer do seu jeito e, por entender que está fazendo o melhor possível, às vezes, não tem a clareza de que o trabalho de fora pode ser complementar. A resistência pode surgir no próprio judiciário, também. E outro ponto é que dá trabalho. Quanto mais complexa se coloca uma questão, quanto mais se deixa ela complexa, mais trabalho para todo mundo. E mais trabalho, alguns querem, outros não querem.

R: De alguma forma você acredita que este tipo de intervenção demandou mais trabalho para o setor técnico, do que anteriormente?

PR: Sem dúvida nenhuma. Ficou mais complexo. Quanto mais complexo mais tem que se dedicar aos casos. Isso vai gerar mobilização e mexer com o “status quo”. É difícil. As pessoas não querem essa modificação. Isso aí é do ser humano, em qualquer área. A área jurídica, a sua, a minha, em qualquer área é complicado. Assim, são casos que demandam intervenção. Casos complexos, intervenção complexa. Nenhum caso que está lá é simples. Qualquer caso que esteja lá demanda intervenção muito complexa. Não tem como fazer uma intervenção que seja transformadora sem lidar com a complexidade, e vai dar trabalho. Não vai ser fazendo relatórios simplistas de encaminhamento que se vai

resolver o problema de abrigo. Tem que se trabalhar a família extensiva. Trabalhar a individualidade de cada um. Trabalhar com a família e com o recurso da comunidade. E quem que vai articular tudo isso? É um grande nó. Por exemplo, psicólogo, não tem essa função. Como vai articular o trabalho do psicólogo, do assistente social, da saúde, da educação. Quem vai articular isso, vai ser o judiciário? Tem que ser uma coisa bem discutida. É um grande nó. Eu acho que hoje, com o SUAS, é a assistente social que tem que se qualificar para fazer isso.

R: Você tinha acesso a todos os relatórios que vinham de outros atendimentos, porque a maioria das crianças fazia acompanhamento psicológico com outros profissionais do município. Como era o contato com esses profissionais? Você via alguma diferença do tipo de intervenção do projeto piloto que eu fiz, para os outros atendimentos?

PR: O atendimento era feito, normalmente, pela rede pública. Então era meio padrão. Não tinha o foco de atendimento de criança institucionalizada. Não tinha o foco da história dele para lidar com a questão interna e poder prepará-lo para ter condição de ser colocado em família substituta – que é o principal do teu trabalho. Era um trabalho mais burocrático. E por ser um serviço público, mais difuso, mais genérico, sem esse lado pessoal como era a proposta de trabalho que você tinha, ficava assim - era muito difícil. Eu tive contato com uma profissional só e não me lembro o nome dela agora. Mas ele veio mais no final, via CAPES. Então, não tinha um trabalho que a gente pudesse ter contato. O diferencial do seu trabalho era esse – o contato pessoal, durante a intervenção no processo. Não me lembro de nenhuma intervenção como a que era feita no teu trabalho: de sugestão e de proposta. Nunca teve, em nenhum caso, não que me recorde, de uma intervenção propositiva de um profissional da tua área. Eram simplesmente relatórios de acompanhamento e de diagnóstico, ponto. Não era um trabalho focado nessa área como tem que ser - mesmo a rede pública. A rede pública não se exime dessa responsabilidade. Para trabalhar com criança de abrigo, não dá para dar uma “alta” em quatro meses sem se responsabilizar. Como em muitos casos que a gente chegou a ver, de atendimentos de vinte minutos, à cada duas semanas ou à cada quinze dias. Eu acho que perde o protocolo do trabalho de vocês.

R: E como essas informações chegavam até você?

PR: Não lembro exatamente. Mas chegavam verbalmente. A gente não cobrava frequência por escrito. Mas no abrigo as técnicas falavam: “Ah, a gente leva à cada duas semanas: uma semana fica quinze ou vinte minutos lá e a criança é dispensada”. Era verbalizado isso. E como não tínhamos condição técnica de questionar isso aí, ficávamos de mãos atadas.

R: Tem alguma coisa relevante, além do que foi dito, que você gostaria de comentar?

PR: Acho que o foco mesmo é o atendimento. Acho que esse perfil de trabalho deveria ser um perfil de trabalho interventivo visando a recolocação familiar das crianças. O Plano de Convivência Familiar e Comunitária, assim como a nova lei da adoção, trazem bem esse perfil de trabalho e de acompanhamento. Acho que está bem focado nessa área. É isso.

R: Bem, então, te agradeço pela entrevista.

Entrevista 05²⁷**Psicóloga do abrigo - Entrevistada: A.P.F.N.**

R: "A", eu gostaria que você falasse sobre a minha intervenção com as crianças no período em que você era psicóloga do abrigo e acompanhou o meu trabalho. A percepção que você tinha da criança, antes, durante e depois da intervenção. Você pode falar de um caso ou, falar das crianças de um modo geral.

PS: Na verdade eu ingressei na instituição em maio de 2006 e fui demitida em novembro de 2006. Era uma instituição muito desorganizada. Não tinha meta e diretrizes para o tratamento das crianças. Um dos caos que eu me lembro bem é o do "B", que era uma criança muito resistente e que tinha uma dificuldade danada de se vincular com as pessoas. Inclusive quando ele dormia tinha certo balanceio de cabeça e era bastante inseguro. Ele tinha, realmente, uma aversão ao contato. Era um menino muito difícil. Eu me lembro que ele não queria, inicialmente, ir aos atendimentos com você. Ele não queria ser adotado. Tinha uma fala, inclusive, que era uma fala do grupo, de que as crianças queriam continuar no abrigo. Parece que era uma cultura da instituição em que o abrigo é que era bom, e voltar para as famílias era ruim. Ser adotado, também, não era bom. A instituição tinha um pouco essa visão. Então ele não queria ir aos atendimentos com você e foi bem difícil. Acho que tinha certa dificuldade da instituição em cumprir os horários e de levar aos atendimentos. Mas depois ele começou a citar seu nome, ele começou a falar "R". E ele começou a querer ir aos atendimentos. Foi feita uma aproximação do casal adotivo. Desde o começo acho que foi respeitado bastante o desejo dele. Foi feito com muita cautela, eu percebo. Tiveram alguns momentos, inclusive, que você me ligou para que eu pudesse intervir na instituição e ele pudesse ir ao atendimento. Isso porque não tinha esse cumprimento de horário da instituição. Eu me lembro até uma vez que você me falou o quanto era difícil para ele olhar para o casal e que teve um momento que ele quis partilhar um brinquedo e começou a interagir com eles. No começo ele tinha muita resistência. Era um menino assim, muito difícil pela questão do vínculo. Até porque ele já tinha feito um trabalho para ser adotado por

²⁷ Para identificação das falas utilizou-se: "R": entrevistadora e "PS": psicóloga.

uma família e não deu certo. Ele já teve rejeições anteriores. Já estava nesse abrigo há muito tempo, desde os dois anos aproximadamente. Depois eu percebi que ele começou a melhorar bastante. Ele tinha motivação para ir ao atendimento, falava de você. Aí então ficava claro que foi estabelecido um vínculo.

R: Você mencionou que a instituição trazia uma cultura de não desabrigoamento e de permanência das crianças ali, dizendo que aquele espaço era o melhor. Como você via a conduta da instituição diante da intervenção? Pensando no caso do “B”, como você acha que a instituição lidou com a possibilidade de ele se vincular a alguém fora da instituição?

PS: Acho que na verdade não via. A criança não era vista. Eu fui a primeira psicóloga a trabalhar na instituição. Pra mim também foi muito difícil. O que eu sentia é que tinha uma opressão. Tinha uma violência psicológica, tanto em cima das crianças quanto em cima dos profissionais. Eu fui a primeira psicóloga que entrei e para mim, também, foi muito difícil. Essa tentativa de mostrar para a instituição o quanto as crianças precisavam ser vistas e o quanto o desabrigoamento era importante. O quanto esse trabalho contribuía e facilitava para que a criança pudesse formar um vínculo e a família também, respeitando o tempo da criança. Mas na verdade a instituição não via. Eu acho até que não viu com bons olhos, inclusive. Porque era meio que tomar a força as crianças que pertenciam a instituição. Era uma instituição bastante opressora.

R: Quando você fala que a instituição não via ou, via com maus olhos a intervenção proposta, você acredita que tiveram resistências? O fato de a criança, no início não querer ir pode ser em virtude de alguma fala da instituição?

PS: Olha isso eu não sei dizer, se tinha uma fala de alguém, ou não. Mas que tinha um boicote, ao tratamento e a inserção do “B” a uma família adotiva, isso tinha. Tanto que em alguns momentos os horários os quais tínhamos marcado e que a instituição estava ciente, foram boicotados, principalmente, em momentos que eu não estava em horário de trabalho na instituição. Então, nesse sentido sim. Na verdade de não entendimento desse trabalho que era novo. Não tinha uma compreensão da instituição do que era o trabalho de um psicólogo, por exemplo. Eu

também sentia isso com relação ao meu trabalho. Era difícil mostrar que a criança precisava ser ouvida. É uma instituição extremamente assistencialista. O pensamento era: se tinham casa, se tinham comida, se tinham brinquedo, do que mais eles precisariam? Sendo que na casa deles, nem os pais deles os quiseram.. Tinha uma fala assim dos funcionários e dos administradores.

R: Voltando ao caso do “B”: Você disse que ele começou a falar meu nome e algumas coisas dos atendimentos. Como você o via na relação com as outras crianças? Você notou alguma mudança? E com relação à perspectiva de futuro, ele demonstrou algo? Pois ele dizia que iria morar ali para sempre?

PS: Ele começou a ver a possibilidade de ter uma família e de que ter uma família era algo bom. Que não necessariamente, seria aquela família que o abandonou, uma família extremamente agressiva e inadequada. Eu acho que ele começou a ver a possibilidade de um carinho, de um aconchego e de ser percebido. Acho que ficou claro isso quando ele mencionou seu nome. Ficou claro a partir desse momento, o vínculo. E de mencionar também: “Eu tenho um pai e uma mãe”. Então, com certeza ele melhorou dentro da instituição. Ele começou a trazer isso para as outras crianças – essa possibilidade de redenção da sua própria história.

R: Em algum momento ele mencionou desse pai, dessa mãe para você?

PS: Ele disse sim. E para as crianças ele falava: eu vou ver meu pai, eu vou ver minha mãe. Então ele verbalizou isso.

R: Então, você acha que de alguma forma ele começou a se apropriar daquilo que representava ter uma família.

PS: Exatamente.

R: Bem, nós estamos falando e mencionando bastante o caso do “B”. Mas tinham outras crianças em acompanhamento psicológico com outros profissionais. Nesses casos havia um entendimento da instituição?

PS: Quando eu ingressei na instituição tentei ter uma proximidade com os outros profissionais, com os outros psicólogos, até para saber como é que estava o

tratamento da criança. Queria acompanhar isso de perto. Era uma coisa, que em nenhum momento a entidade tinha feito, mesmo porque nunca houve um psicólogo lá dentro. Então eu acho que era por negligência mesmo, em todos os sentidos. Mas voltando ao seu trabalho específico, eu acho que o seu trabalho acabou tendo uma representação nesse sentido: estamos perdendo nossas crianças. Porque é uma instituição bastante assistencialista mesmo.

R: E com os outros psicólogos, você acha que havia menos resistência da instituição, menos boicote?

PS: Acho que não menos resistência, mas um total desconhecimento mesmo, tanto faz como tanto fez. Assim uma coisa que não importava, não tinha um peso para a instituição, o tratamento das crianças. Tanto é que tinham crianças que precisavam e também não estavam inseridas em acompanhamento psicológico. Tinha um desconhecimento da importância de um acompanhamento, principalmente, para essas crianças que são abrigadas e, que têm essa ferida do abandono – que é algo muito forte.

R: Você disse que percebia que quando o “B” ia dormir que ele se balançava. Você saberia dizer se isso acontecia todos os dias e, se permaneceu durante todo o período em que você esteve lá, ou, isso mudou em algum momento?

PS: Eram todos os dias sim, e não parou. Era um balançar como de uma criança que está sendo ninada, como um balanceio do berço. Que para mim é característico de criança que quer colo mesmo, que não tem essa mãe por perto. Essa carência extremamente profunda, esse toque que falta. E continuou. Eu acho que isso talvez tenha melhorado agora que efetivamente ele está inserido nesta família. Agora que ele tem esses pais por perto. Porque quando as crianças dormiam não tinha... Eram alas. Tinha a ala dos meninos menores. Tinham várias camas e cada um tinha que deitar e dormir. Ele era o menorzinho e não tinha ninguém para dar beijo ou boa noite. Não tinha esse acompanhamento mais de perto, esse lado mais afetivo.

R: Para garantir que a criança fosse aos atendimentos, você contou com mais alguém da instituição, com algum outro profissional aliado?

PS: Nós éramos três profissionais, fora as cuidadoras e demais funcionários. Eram três técnicos: a pedagoga, a assistente social e eu. Então, na verdade a gente tinha uma parceira de trabalho. Elas sabiam do horário do “B”. Mas como eu disse a própria instituição, a própria administração boicotava os atendimentos. Então, não sei se valia muito essa parceria. Acho que a gente não tinha muita voz.

R: Como era a relação ou a parceria com os motoristas que tinham a responsabilidade do transporte das crianças?

PS: Essa relação era extremamente administrativa. Eles tinham vínculo com a administração e não com a gente.

R: Quem fazia o fluxo de trabalho e a agenda que eles tinham que cumprir?

PS: Era a assistente social que fazia. Tinha a agenda semanal.

R: Tem alguma coisa importante que você gostaria de falar e que eu não tenha perguntado?

PS: Olha “R”, eu acho que seria super importante que nos abrigos tivessem um trabalho que efetivamente pensasse na criança. Essa reinserção para um lar adotivo tem que ser feita de uma forma muito cuidadosa, porque a criança já traz uma seqüela de abandono. Já traz uma ferida muito profunda. Há de se ter muito cuidado com aquilo que a gente promete para essas crianças e não cumpre. Porque eles levam tudo muito a sério. Você promete, marca um horário e, de repente, ele vai para a terapia e o profissional não está! Isso é complicado. Eu acho que tem que ter um trabalho de qualidade e cuidadoso com essas crianças, porque é muito delicado. Não se pode colocar uma criança para ser adotada e se os pais adotivos não a quiserem mais, devolvem. Lá no abrigo tinham vários casos de crianças que foram inseridas numa família substituta e foram devolvidas. E como que é isso? Como é que fica a cabeça da criança?! Eu acho que tem que ter um cuidado, tem que ter um critério.

R: Você acredita que esta falha, quando a criança é devolvida está relacionada a que?

PS: Um não preparo adequado e cuidadoso. Uma inadequação desses pais. Uma avaliação falha de que esses pais podem ser, ou não, pais adotivos. Acho que tem um despreparo dos profissionais que trabalham em abrigo e também do judiciário. Porque você praticamente não vê psicólogos judiciários. Não tem essa assistência próxima à família que vai adotar. E também, muitas vezes, eu sinto um despreparo do próprio assistente social do judiciário para o manejo técnico nesses casos. Fica muito a Deus dar. Tem que se ter um critério, um cuidado, porque não estamos falando de qualquer criança. Nós estamos falando de crianças que tem feridas profundas, algumas com questões psiquiátricas e que tem pais com quadros psiquiátricos. Eu acho que é séria essa questão.

R: Para resgatar a história de vida, eu precisava de dados da criança e de fotos. Lembra-se das fotos que eu pedi? Você tirou fotos da criança com outras crianças e com pessoas, as quais ela mais gostava na instituição, e que fossem significativas para ela. Como foi? Você tinha os equipamentos disponíveis para fotografar? Como foi a escolha das fotos?

PS: A instituição era tão desorganizada que não tinha nem o prontuário da criança. Uma criança teve alergia a um remédio e a boca ficou extremamente inchada, mas ninguém sabia dizer se aquela criança era alérgica. Era uma instituição bem desorganizada e negligente mesmo, que visava só essa questão mais assistencialista: alimentação e vestuário. Eu lembro que eu tirei algumas fotos com as crianças. Como eu sou arte-terapeuta, eu fiz um trabalho, também, com fotos. E você também tinha pedido. Então, eu levei minha máquina e imprimi na minha impressora. Eu estava tirando fotos e ele quis tirar fotos com determinadas pessoas. Aproveitei que já estava tirando fotos com algumas crianças e tirei com as pessoas que ele escolheu. Depois eu mandei para você.

R: Você aproveitou um trabalho que você já estava fazendo para atender aquilo que eu havia pedido. Você teve alguma dificuldade com relação a instituição para tirar essas fotos ou mandar as fotos para mim? Você foi questionada sobre o por que estava tirando fotos?

PS: Eu tive dificuldades para trabalhar com fotos. Eu me lembro que tinha uma caixa de fotos com mais de trezentas fotos que estava jogada num canto. Eu pedi para usar e fazer um trabalho de arte terapia com as crianças. A gente trabalhava em grupo e começamos a montar. Eu achava importante cada criança se apropriar do que era seu. Como é uma instituição, tudo é muito coletivo. Para você ter idéia, tinha calça que era número oito, por exemplo, e servia para três crianças e as três podiam usar a mesma calça. As crianças não se apropriavam daquilo que era delas. Então, eu peguei essa caixa e fiz um álbum. Eu peguei aqueles albinhos de fotógrafos e cada um confeccionou seu álbum. Escolheram as fotos que quiseram as quais eram significativas. Depois cada um levou pro seu espaço. Depois de uma semana as crianças me contaram que os álbuns foram confiscados pela instituição. Eu achei um pouco estranho, mas depois eu soube que realmente foram confiscados, sem as crianças saberem. Disseram que aquilo era propriedade da instituição e não das crianças. Essa dificuldade com as fotos mostra uma dificuldade da instituição de permitir que cada um seja um indivíduo único. Na verdade eu nem pedi permissão para tirar essas fotos que eu te mandei. Eu tirei e mandei. Não me lembro, na época se alguém viu que eu mandei. Mas provavelmente se tivessem visto, teria um questionamento de para quem e para que eram as fotos.

R: Eu acredito que você percebeu que a instituição talvez não entendesse ou não comprasse a idéia. Você usou da sua autonomia, uma vez que você entendia a finalidade e porque ia ao encontro daquilo que você estava propondo.

PS: É, porque eu acho importante mesmo esse resgate. Trabalhar com foto é extremamente significativo. É a sua identidade, é você que está ali. Você mostra várias coisas através das fotos. Acho um trabalho bem legal e não vejo porque não fazer. Eu só entendi que a instituição era contra um trabalho desses quando confiscaram as fotos que a gente trabalhou.

R: E você soube depois qual foi o destino dessas fotos confiscadas?

PS: Talvez - voltaram para a caixa, infelizmente.

R: Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

PS: O quanto as instituições precisam ter um olhar mais aprofundado sobre as crianças. A criança precisa de vestimenta e de alimentação? Com certeza, porque isso eles tinham com qualidade lá. Mas tem muito mais por trás disso. E se a gente não cuida desse muito mais, as crianças entram num estado de transgressor. O que eu percebia na instituição é que as crianças estavam desenvolvendo um quadro de transtorno de conduta, um transtorno desafiador opositivo. Iniciei um trabalho levando-as para avaliação psiquiátrica. Foi quase diagnosticado isso, mas eu não pude ver a conclusão desse acompanhamento porque eu fui demitida antes. Por exemplo, se eu estava com um grupo fazendo algum trabalho de arte e a porta estava fechada, eles chutavam a porta, eles quebravam a porta, eles jogavam tudo no chão. Isso é característica de criança que não tem aquele algo mais que eu falei. Não tem um olhar voltado para as necessidades individuais de cada um. O que é uma pena, pois se olha muito o coletivo e esse indivíduo não é visto. Nem sabem na verdade, quem ele é. Não tem uma identidade. A identidade é do coletivo.

R: Muito obrigada “A”.

Entrevista 06²⁸**Motorista do abrigo - Entrevistado: O.T.**

R: Senhor “O”, eu gostaria que me dissesse como percebia as crianças as quais levava ao meu consultório, para serem atendidas. Elas diziam alguma coisa quando iam ao atendimento? Acha que elas mudaram em alguma coisa? Se quiser comentar sobre algum caso ou sobre alguma criança, em particular, pode falar.

MO: O que eu tenho a declarar sobre isso aí é que elas adoravam ser atendidas por você. Tanto o “B” como as outras crianças.

R: Quanto ao “B”, por exemplo, houve um episódio no primeiro dia. O senhor lembra que ele não queria entrar?

MO: Porque a primeira vez que a criança vai num lugar ela sente perdida. Depois que foi uma vez, duas, já foi se acostumando e foi passando a ter mais conhecimento contigo. Aí ele mesmo falava: “vamos lá na tia Rilma hoje”. Mas antes tiveram momentos em que, eu lembro, ele chorava antes de entrar. Quando ele começava a chorar eu lhe dizia: “B”, a tia Rilma vai conversar com você. Então eu o aconselhava a ir fazer o tratamento porque precisava.

R: E por que o senhor achava que precisava?

MO: *Risos...* “Olha, sinceramente, para falar que eu achava que era importante e que ele precisava fazer, não”. A professora me dizia para levá-lo. Tinha criança lá que eu nem imaginava, e quando via estava levando à psicóloga. Eu não sei o que se passava lá, para eles acharem que deveria ir à psicóloga. Por mim eu achava que não precisava. Porque o “B”, principalmente, ele era uma criança doce, ele se sentia sozinho. Longe do pai e da mãe, quem não fica revoltado? Então justamente por causa disso, é que eles o mandavam.

R: Então, o senhor acha que algumas crianças lá do abrigo se sentiam revoltadas por não terem uma família?

²⁸ Para identificação das falas utilizou-se: “R”: entrevistadora e “MO”: motorista.

MO: Ah! Certamente! Eles viam os outros terem mãe e pai. Então, é lógico que eles sentiam alguma diferença. Porque os outros têm pai e mãe e eu não tenho?

R: Em algum momento eles comentavam sobre isso entre eles ou com o senhor?

MO: Comentavam. Sobre isso aí eles comentavam

R: O que eles diziam?

MO: Uns falavam que o pai estava preso. Outros falavam que o pai estava morto. Queriam achar uma pessoa que ficasse com eles. Perguntavam se eu não queria ficar com eles.

R: Eles perguntavam?

MO: Falavam: “Ô tio, eu quero morar com você!” Todos eles queriam morar comigo.

R: E o que o senhor dizia pra eles nesse momento? E o que sentia quando eles faziam essa pergunta?

MO: Ah, eu me sentia pai – eu me sentia mais pai ainda. “Porque eu com os meus filhos todos criados e ter um de sete ou seis aninhos. Eu me sentia orgulhoso por ter mais uma criança para cuidar.”

R: E o que o senhor dizia pra eles quando eles diziam: “Ah tio me leva para morar com o senhor”?

MO: Eu dizia que não podia: “O tio tem vontade, mas não pode porque você mora com a tia “Z”. Então não posso levar. Só se o juiz der uma liberação para você ir morar com o tio. Senão, não vai.”

R: Quando fala que as crianças pediam para ficar com o senhor, elas também diziam daquilo que sentiam. Elas sentiam confiança no senhor gostavam do jeito que as tratava.

MO: Gostavam um pouco de mim, eu achava. O que passava na cabeça deles, eu não sei. Mas eu achava que eles gostavam sim, porque só queriam estar comigo. Só queriam sair comigo.

R: Como o senhor se sentia transportando as crianças?

MO: Ai, difícil de falar, viu. Porque eu dirigindo o meu carro, dirijo com muita atenção. Agora eu com dez dentro da perua, a minha atenção dobra. Então, eu só pensava neles. Aí tinha que medir tudo: o tempo para chegar ao atendimento certo dos médicos. Tinha que cuidar deles lá dentro. Não podia breicar ou realizar manobras bruscas, tinha que estar preparado. É uma coisa muito difícil para eu lhe explicar. Sou rigoroso comigo mesmo – passava no DETRAN para me aconselhar, como motorista, sobre cuidados a tomar.

R: Como era a sua relação com a instituição?

MO: A minha relação com a instituição foi a de sempre ajudar todo mundo. Tanto a instituição como as crianças. Porque parece que tudo que eu estava fazendo, eu estava fazendo em benefício deles. Eu gostava de ser pontual. Mas confesso que era difícil tirar as crianças dos brinquedos. Mas eu chegava e dizia: ô fulano, você precisa ir à tia Rilma, vamos supor. Então vamos e depois a hora que voltar o tio deixa você brincar. Mas agora vamos primeiro lá. Eu era sempre jogo duro com eles. Não ficava apalpando. Eu agradava todo mundo, mas tinha que correr atrás para que eles fizessem as coisas direito. Eu sempre os considerei como meus filhos. O que eu faria por um filho meu, eu fazia por eles - a mesma coisa.

R: É como um cuidado paterno. Cuidar de levar ao atendimento e cumprir o horário, como se fosse o horário de um filho. O senhor percebe o que eu disse no início: “o que fazia ia além de um motorista”. Porque quando a criança estava brincando e não queria ir, o senhor podia deixar e não levar. Mas o senhor cuidava de outro jeito. Eu me lembro que ao deixar as crianças, o senhor parava, abria a porta da perua, as levava até o portão e só ia embora quando tinha certeza que elas estavam lá dentro.

MO: Eu só ia contente quando eu saía vendo que ele estava ali na tua mão. Eu não saía e o deixava na porta. Se tivesse gente para atender, tudo bem. Se não tivesse, eu levava de volta. Eu era assim.

R: Voltando ao caso do “B”, lembro-me que foi uma das crianças que o senhor mais levou aos atendimentos. No início se recusava porque tinha medo de ficar sozinho comigo. Na primeira vez, o senhor quase entrou na sala de atendimento, mas ele não ficou. O senhor se lembra disso?

MO: Lembro.

R: E como foi que ele começou a ir sem chorar? Como o senhor percebeu essa passagem? Porque até entrar numa boa, levou um tempo.

MO: Na terceira vez, mais ou menos, ele já foi sossegado, sem trabalho nenhum. Teve época depois que eu não precisava nem chamá-lo para ir. Ele vinha e dizia: “nós não vamos hoje”? Às vezes não era nem dia dele ser atendido e ele me chamava para levá-lo. Depois ele acostumou e nunca mais deu trabalho para ir.

R: Eles pediam para passear em algum lugar?

MO: Não. Eles não pediam para passear não. Isso eles nunca pediram. O passeio deles era quando eu falava: “nós vamos passar em tal lugar”, na Ane Sullivan, na APAE - eles gostavam. Eu os pegava lá e os segurava dentro da perua porque mesmo querendo voltar para o Lar, não dava tempo para ir a outro lugar. Por causa disso eu os levava. Se desse tempo para eu sair lá do teu consultório, vamos supor, e levá-los ao Lar, eu levaria, mas não dava tempo. Eu pegava o “B” 10 horas, vamos supor, às 10h05min ou 10h10min, eu tinha que estar na APAE para pegar outra criança. E se fosse o caso de voltar para o Lar não daria tempo. Então, era o caso de ficar com eles dentro da perua mesmo, querendo ou não. O trajeto se tornava um passeio pra eles.

R: Mesmo que o senhor não entrasse em meus atendimentos, nem no de outras psicólogas, tinha alguma coisa de diferente que o senhor via nas crianças ou na postura do profissional?

MO: A diferença que eu acho é que não era em todas as psicólogas que eles gostavam de ir. Tinha uns que não queriam ir. Mas não havia outras diferenças. Quando eu os levava ao seu atendimento, nunca tive problema com criança que não quisesse ir. Todos eles foram de bom gosto.

R: Quando o senhor ainda estava no abrigo, algumas crianças saíram. Algumas daquelas crianças que eu atendia foram embora – voltaram para a família ou foram adotadas. O senhor sabia que elas iam embora? Elas chegaram a se despedir? Como foi?

MO: Muitos não. Foi raro a criança que se despediu. Uma porque eu estava na rua e, outra, havia criança lá que nem eu queria me despedir. Me cortava coração saber que eu nunca mais iria vê-la. Então, às vezes eu não queria me despedir.

R: Alguma criança das que eu atendi, foi um desses casos que o senhor não quis se despedir?

MO: Eu acho que foi a “S”.

R: A “S” e o “E”?

MO: É. Aqueles pareciam meus filhos. *Entrevistado se emociona.* Aqueles dois lá... Aqueles dois, onde eu estava eles queriam estar atrás de mim.

R: Quando as crianças chegavam pela primeira vez, em que momento o senhor as conhecia?

MO: Só quando ia levar para algum lugar. As tias falavam: “Ah, chegou uma criança nova”. Aí eu passava a conhecer só na hora que eles estavam almoçando. Porque é difícil, não dava tempo de descer e ir lá ver. Então na hora do almoço perguntava para ela: “qual foi a que chegou”? Aí, se desse, ia lá conversar, com ele ou com ela, e ficava por ali.

R: Como foi a sua saída do abrigo?

MO: Para mim foi duro. Eu tive que sair quase não me despedindo deles. Eu fui lá à hora do almoço e disse: “A partir de amanhã o tio não estará mais aqui”. Mas

eles achavam que eu estava brincando. Só quem sabia mais eram os maiores - tinha o "D" e a "V". Esses maiores sabiam que eu ia mesmo. Eles pediam para eu não ir. Mas eu falava pra eles: não tem jeito.

R: E o que eles diziam?

MO: Eles falavam: "Ah tio, não vai entrar ninguém aqui igual ao senhor. Não vai. Então, não vá não". Eu falava para eles que o tio tinha que seguir a vida dele. Foi duro. É difícil lembrar viu Rilma. Aí você me deixou. *(entrevistado se emociona)*

R: Tem alguma coisa que eu não tenha perguntado e que o senhor acha importante dizer?

MO: Não. Eu queria perguntar se você continua atendendo eles?

R: Não.

MO: Não?

R: Eu interrompi o trabalho. Também foi algo difícil para mim. Até porque foi de uma forma brusca a interrupção daqueles que eu ainda atendia.

MO: É Rilma, é muito difícil você estar ali no meio deles todo dia. Aos domingos eu ia brincar com eles lá embaixo, na quadra, ou lá dentro no salão. E eles não queriam sair de perto. Eu ia fazer pipa lá pra eles, mas a professora não deixava. A tia "Z" também não deixava. Porque criança quando começa a brincar quer correr e, se cair uma pipa, quer buscar. É perigoso. Então, ficávamos tomando conta deles.

R: Aos domingos, não tinham muitos lugares para levá-los. Era só para emergência que o senhor ficava lá? Como era?

MO: Era só emergência ou passeio. Eu os levava para passear e ficava lá dentro. Não tinha outro lugar. Não tinha jeito.

R: E eles é que convidavam o senhor para brincar ou o senhor que ia? Como era?

MO: Ah! Eu entrava no meio deles lá. Eles estavam chutando bola, eu entrava também: “Chuta aí tio, pega aí”. E a brincadeira começava. A brincadeira já pegava. Lá me deixou marcado, viu. Esse serviço, eu acredito, que pode ter sido o meu último serviço, mas ficou marcado para sempre.

R: Quando o senhor entrou para fazer esse trabalho, imaginava o que poderia acontecer?

MO: Eu não imaginava nada. Porque eu adoro criança. Eu estava feliz, porque estava no meio deles. Agora nos primeiros dias de trabalho eu achei que não dava conta de fazer todo o serviço em dia, e de cumprir com a minha obrigação. Mas graças a Deus, nunca atrasei ninguém. Eu levava onde fosse e dava o horário que fosse. Eles jogavam muita coisa pra gente fazer fora disso. Não eram só as crianças. Tinha que passar nos lugares. Se tivesse uma doação para pegar roupa e eu estivesse ali perto – para não mandar o caminhão só para isso – eles me davam o papel e eu passava e pegava. Só que isso poderia atrasar as crianças. Se eu chegasse a um apartamento para pegar, até chamar a pessoa, já foram dez a quinze minutos. No final, eu já não estava mais fazendo isso, porque fiz uma reclamação. Falei: “Não posso pegar doação porque o meu horário é com as crianças.” E eu não vou comprometer esse trabalho não. Eu me preocupava era com eles. Por final, deixaram a doação para eles (instituição). Ai eu fiquei só com as crianças.

R: Quem que organizava o seu itinerário e os horários?

MO: Fazia a estimativa de mais ou menos quanto tempo se gastava do Lar até a prefeitura, ou de lá ao São José. Depois aqui embaixo, no pronto socorro. Ali tinha psicóloga também. Eu baseava certo e dava. Não dava para fazer o percurso contrário. Porque se tinha que deixar uma criança na APAE oito horas e, outra criança no Rudge Ramos, oito e quinze, e depois tinha que estar aqui no centro de novo, era difícil fazer. Mas eu fazia. Não sei de que jeito, mas eu fazia.

R: Eu me lembrei de uma coisa. Que logo que começaram os atendimentos eu marcava com a psicóloga ou com a assistente social, os horários. Mas depois eu perguntava para senhor se o horário que eu estava pensando em marcar era

possível. Eu queria saber como foi isso pro senhor? Era bom, ou não, eu consultá-lo antes de marcar o horário com o abrigo?

MO: Eu fazia o cálculo sobre o horário que você queria. Você entrou em contato comigo, então, eu consultava a lista e via se realmente dava para fazer ou não. Houve muitas vezes que eu falava para você que aquele horário não dava. Aí você consentia outro horário.

R: Então foi importante eu conversar diretamente com o senhor?

MO: Justamente. Porque você perguntava se dava. Se não dava você arrumava outro horário. Mas quando dava, então, podia marcar. Quando não dava, eu falava explicava que já tinham dois, por exemplo, em outro lugar. Porque eles não gostavam que chegasse atrasado.

R: E na instituição, eles também perguntavam isso para o senhor?

MO: Não. Lá teve muita encrenca sobre horário. Eu falava: “você têm que consultar se dá”. Porque eles colocavam mais crianças na lista para ir a outro lugar e não consultavam para ver se dava para fazer, ou não. De vez em quando eu dizia: “esse horário não dá para fazer”, embora insistissem. Tem que ter muita calma porque criar confusão assim, não dava certo. Tinha que fazer o serviço. Mas não consultavam. Aumentavam as crianças e não me avisavam. Colocavam na lista e eu tinha que fazer o horário deles. Até chegar ao ponto que você está falando. Chegar junto à psicóloga, ou no lugar e falar: “não dá para marcar outro dia, ou outro horário”?

R: Eu percebia que o senhor sabia da agenda das crianças. Sabia que elas faziam determinada coisa, em tal horário e em tal lugar.

R: Tem mais alguma coisa que o senhor queira dizer?

MO: Não, está muito bem. Se isso for bom para você, eu também fico contente. Eu quero ver você seguir seu rumo com bastante felicidade.

R: Obrigada.